

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E
TERRITÓRIO**

CLARISSA GODINHO PRATES

**EFEITOS DERRAME DA MINERAÇÃO, VIOLÊNCIAS COTIDIANAS E
RESISTÊNCIAS EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO-MG**

MONTES CLAROS

2017

Clarissa Godinho Prates

**EFEITOS DERRAME DA MINERAÇÃO, VIOLÊNCIAS COTIDIANAS E RESISTÊNCIAS EM
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO-MG.**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado interinstitucional em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Orientador: Dra. Andréa Luisa Zhouri Laschefski

MONTES CLAROS

2017

Prates, Clarissa Godinho.

P912e
2017 Efeitos derrame da mineração, violências cotidianas e resistências em Conceição do Mato Dentro-MG./ Clarissa Godinho Prates. Montes Claros, MG: Instituto de Ciências Agrárias/UFMG, 2017.
95 f.: il.

Dissertação (Mestrado interinstitucional em Sociedade, Ambiente e Território) Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Estadual de Montes Claros, 2017.

Orientadora: Prof.^a Andréa Luisa Zhouri Laschefski.

Banca examinadora: Denise de Castro Pereira, Rômulo Soares Barbosa, Felisa Cansado Anaya.

Referências: f. 90-94.

1. Conflito Ambiental. 2. Mineração. 3. Resistência camponesa. I. ZHOURI, Andréa Luisa. II. Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais. III. Título.

CDU: 316.334.55

Elaborada pela Biblioteca Universitária do ICA/UFMG

Dedico esta dissertação aos lutadores e lutadoras da região de Conceição do Mato Dentro. Em especial, aos moradores da Comunidade Passa Sete. Pessoas guerreiras que não se “esmorecem” por qualquer tempestade.

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata aos atingidos com que tive a oportunidade de conviver. Agradeço pelo carinho, pela atenção e pelos aprendizados proporcionados.

Agradeço ao meu pai, Mateus, e à minha mãe, Eneida, pelo amor incondicional. Por estarem presentes em todos os momentos da minha vida, tanto nos bons quanto nos ruins. Por apoiarem as minhas escolhas pelos caminhos dessa vida. Amo vocês!

À minha orientadora e professora Andréa Zhouri, por ter aceitado mais esse desafio ao meu lado e pelo apoio nos momentos difíceis dessa caminhada. Agradeço também pela paciência, pelos valiosos aprendizados e pela dedicação ao meu trabalho, mesmo estando do outro lado do oceano. Obrigada também pelas palavras amigas quando mais precisei. Continua sendo minha fonte de inspiração pessoal e profissional.

À professora Denise, pelo pronto aceite em participar da minha banca. Agradeço também por mais essa oportunidade de aprendizado e pelas trocas que tivemos durante todos esses anos. Ao professor Rômulo, pelo aceite em participar da banca, pelos comentários na qualificação e pela oportunidade de mais este aprendizado.

Às professoras Felisa Anaya e Andréa Narciso, por terem me acolhido com tanto carinho em Montes Claros, pelas palavras amigas e solidárias quando foram necessárias. Agradeço também pelo aprendizado dentro e fora da sala de aula. Obrigada pela leveza do contato diário. Sou imensamente grata a vocês! Agradeço à professora Felisa pelo aceite em presidir minha banca.

À professora Ana Flávia, pela oportunidade do aprendizado, pelo convívio e pelas conversas sobre o “Caso Conceição”.

À minha família de Montes Claros – Helen, Elis, Lud e Paulo –, pelo amor, carinho, amizade, convívio diário, aprendizados e aprendizados. Obrigada por tornarem essa caminhada mais leve e solidária. Vocês são as frutas do Norte que a terra do calorzinho aconchegante me deu.

Aos amigos de Belo Horizonte, pelo apoio em todos os sentidos. Luts, Naiara, Bia, Layla, Laura, Bela, Babi, Ferron, Aninha, Paty, Gu, Fernandinho, Mari, Lu, Ricardo, Vanessa, Davi, Vivi e Fred.

Aos companheiros e parceiros que o GESTA me proporcionou: Luciana, Laurinha, Maria Letícia, Gabriel, Léo, Lívia, Luciana, Raquel, Marcão, Max, Maryellen, Lúnia, Ilklin e Thomás. Em especial Yasmin e Marina, que me ajudaram na reta final dessa caminhada.

Aos meus amados amigos da UFMG: Amanda, Helen, Natan, Pedro, Daniel, Julianas, Rafa, Bruno, Paloma e Mateus.

Ao João, mesmo não estando mais juntos, ainda compartilhamos cuidados e as durezas da vida.

Aos meus novos amigos de MOC, em especial a Paty de quem me aproximei devido à afinidade dos nossos temas de pesquisa e, desde então, não nos afastamos mais.

Aos professores Isabel, Bárbara e Daniel, pela convivência e pelos aprendizados em Montes Claros.

Ao Eliseu e a ao Russo, maridos das minhas amigas Helen e Lud, respectivamente, por sempre me receberem tão bem em suas casas.

À Larissa, pela convivência e pelas trocas, principalmente sobre o “Caso Conceição”. É sempre um aprendizado está ao seu lado.

As equipes do Polos CMD e Cáritas CMD, pelo apoio à pesquisa, principalmente nos períodos iniciais.

À Fundação de Amparo à Pesquisa de MG (FAPEMIG), pela bolsa, que possibilitou a realização deste trabalho.

Latinoamérica

(...)

*_Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, ¡mi hermano!
Soy el sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
Las caras más bonitas que he conocido
(...)*

*Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis Dolores
(...)*

*Vamos caminando
Aquí se respira lucha
Vamos caminando
Yo canto porque se escucha
Vamos dibujando el camino
(Vozes de um só coração)
Vamos caminando
Aquí estamos de pie
¡Que viva la América!
No puedes comprar mi vida*

(CALLE 13)

RESUMO

O empreendimento Minas-Rio é um complexo minerário da empresa Anglo American que compreende uma mina em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, um mineroduto, que perpassa por 33 municípios entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, e um porto, situado em São João da Barra-RJ. Esse empreendimento tem sido objeto de contestações e denúncias quanto à violação de direitos humanos e aos seus efeitos degradadores no ambiente. No ano de 2014, em uma reunião marcada por violências e silenciamentos dos atingidos, a Licença de Operação da Fase 1 foi concedida sem que 368 condicionantes fossem cumpridas. A partir desse contexto, esta dissertação pretendeu analisar as violências cotidianas produzidas pela mineração nas comunidades atingidas no entorno do empreendimento Minas-Rio. A partir de três narrativas dos sujeitos locais, entrelaçadas pelos processos de violência e resistência, abordo os temas: sofrimento social, os efeitos da transformação do *lugar* no corpo e a violência explícita contra o movimento de resistência dos atingidos.

Palavras chaves: Conflitos ambientais; Neoextrativismo; Minas-Rio; Atingidos pela mineração; Luta por justiça.

Abstract

Minas-Rio is a mining project owned by Anglo American which comprises a mine and adjacent structures in Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas and Dom Joaquim; a pipeline that runs through 33 municipalities between the states of Minas Gerais and Rio de Janeiro; and a port, in São João da Barra-RJ. Since the beginning of the licensing process, the project has been the target of protests and opposition by farmers and social movements over human rights violations environmental degradation. In 2014, these claims were met with violence and overall disregard during a hearing that granted Anglo American the License to Operate despite its non-compliance with 368 legal requirements. Given this broader context, this dissertation analyzes the day to day violence produced by mining, considering the affected communities around the Minas-Rio project. From the narratives of three local subjects, themselves entangled with processes of violence and resistance, I approach the themes of social suffering, the effects of transformations of place on the body and the explicit violence against those who oppose the project.

Keywords: Environmental conflict; Neoextractivism; People affected by mining; Minas-Rio development; Struggle for justice.

LISTA DE SIGLAS

BH – Belo Horizonte

B.O – Boletim de Ocorrência

CMD – Conceição do Mato Dentro

CODEMA – Conselho Municipal de Defesa e Proteção do Meio Ambiente,

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

GESTA–UFMG – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

LP – Licença Prévia

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MAM – Movimento dos Atingidos por Mineração

MST – Movimento dos Sem Terra

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

REASA – Rede de Acompanhamento Socioambiental

REAJA – Rede de Articulação e Justiça dos Atingidos do Projeto Minas-Rio

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

PPDDH–MG – Programa de Proteção aos defensores dos Direitos Humanos de Minas Gerais

SAPO – São Sebastião do Bom Sucesso

SEDPAC–MG – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

SUPRAM – Superintendência Regional de Meio Ambiente

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

URC–JEQ – Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrada principal da Anglo American cercada com grades. (Fonte: Arquivo Pessoal. 08/08/2016).....	14
Figura 2: Comunidade do São José do Jassém bloqueando outro trecho da MG-10. (Fonte: Arquivo Pessoal. 08/08/2016).....	14
Figura 3: Funcionários da mineradora à beira da MG-10. (Fonte: Arquivo Pessoal. 08/08/2016).....	15
Figura 4: MG-10 desobstruída pela Polícia Militar. Cartazes e faixas dos atingidos foram arrancados violentamente. (Fonte: Arquivo Pessoal, 8/08/16.)	16
Figura 5: Marcha dos manifestantes pela MG-10 até à entrada da Anglo American. Ao fundo, é possível observar as filas dos carros. (Fonte: Arquivo pessoal, 08/08/2016).....	17
Figura 6: Entrada da Mineradora na MG-10. (Fonte: Arquivo pessoal, 08/08/2016.).....	18
Figura 7: Atingidos no canteiro central, sob o sol escaldante e poeira. (Fonte: Arquivo Pessoal, 08/08/2017.).....	19
Figura 8: Eu, colegas, professores e um atingido no ponto de ônibus, na expectativa de conseguirmos um veículo para nos transportar ao local da reunião da URC-JEQ. (FONTE: Arquivo pessoal, 29/09/2014).....	22
Figura 9: 86ª reunião da URC JEQ. Na imagem, é possível observar a quantidade de trabalhadores uniformizados. (Fonte: Arquivo GESTA, 29/09/2014)	23
Figura 10: Mapa da Expansão da fronteira minerária no estado de Minas Gerais (Fonte: RIBEIRO, 2015, P.34)	42
Figura 11: Nessa imagem, é possível observar a proximidade entre a comunidade do Passa Sete, a barragem de rejeitos e o percurso do córrego Passa Sete. (Fonte: Imagem retirada no Google Earth e produzida pela autora, 10/07/2017).....	50
Figura 12: Córrego Pereira, após a segunda falha do sistema de contenção de sólidos da mineradora. Foto apresentada por um atingido na 8ª reunião da REASA. (Fonte: Arquivo pessoal. Dez/2012)	60
Figura 13: Bica da água da propriedade do Eliseu e Vera, sem vazão. (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto/2016).....	81
Figura 14: Dona Vera e os dois galões de água de 25 litros, na bica da casa da Dona Graça. (Fonte: Arquivo Pessoal/ 04/08/ 2016).....	82
Figura 15: Na imagem, é possível observar o córrego Passa Sete, com suas águas em tons verdes e azuis, e a presença de espumas, como foi narrado pelos atingidos nas entrevistas. (Fonte: Arquivo Pessoal, 05/05/2016).	89
Figura 16: Manifestação na MG-10, em Julho de 2015, que durou três dias. Fonte: foto fornecida por um atingido, Arquivo pessoal. 29/07/2015).	95
Figura 17: Trechos do pedido de expedição do mandado de Interdito Proibitório feito pela Anglo American 08/08/2016. Para consultar o documento completo ver anexo 1. (FONTE: Ação de Interdito, data: 08/08/2016)	96

Sumário

PREÂMBULO	13
INTRODUÇÃO	21
Breve apresentação dos atores	25
CAPÍTULO 1: OBJETIVOS, PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	29
1.1: O percurso da pesquisa e notas metodológicas	31
1.2 : O retorno à comunidade Passa Sete.....	33
CAPÍTULO 2: Neoextrativismo e seus efeitos	35
2.1: Discurso do desenvolvimento e as suas implicações	36
2.2 Neoextrativismo no Brasil – breves anotações	38
2.3 Minas Gerais e a nova fronteira minerária	40
2.4: Extrativismo e o conflito	43
2.5 O licenciamento ambiental do empreendimento Minas-Rio, as estratégias de alegalidade/ efeitos derrame e constituição de modus operandi	44
CAPÍTULO 3: NARRATIVAS VIVENCIADAS E VIOLÊNCIAS COTIDIANAS	49
3.1: Breve descrição da Comunidade do Passa Sete	49
3.2 “E se a barragem estourar?”	50
3.2.1: Da construção do risco (barragem de rejeitos) e desconstrução (dos modos de vida)	52
3.2.2: A lógica da gestão do risco	54
3.2.3: A produção do risco e o início de um cotidiano do medo	57
3.2.4: Medo simbólico x medo real.	61
3.2.5: O desastre tecnológico em Mariana e a intensificação do sofrimento social	65
3.3.6: Desastre tecnológico de Mariana e os efeitos derrame nas comunidades situadas à jusante da barragem do empreendimento Minas-Rio	67
3.2.7 Tempo presente, tempo do sofrimento	70
3. 3 “O corpo não está mais aguentando”	75
3.3.1: o sacrifício para carregar água	79
3.3.2 O corpo e o <i>lugar</i>	82
3.3.3: Violência no <i>lugar</i> e o sofrimento no corpo	85
3.4 “Me tiraram de cena”	92
3.4.1 A contradição perversa da criminalização	93
3.4.2 A criminalização como elemento fundamental da deterioração da vida	99
3.4.3 “Nós e Eles”	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
ANEXO I	116
ANEXO II	122

PREÂMBULO

“NÃO QUEREMOS SER A NOVA BENTO RODRIGUES” “REASSENTAMENTO JÁ”

Era 8 de agosto. Eu estava hospedada na casa do Pedro e fui acordada por ele às 3h30 da manhã. Como demorei para sair da cama, fui chamada novamente, pois ele já havia levantado e estava fazendo um café para tomarmos e para levarmos ao nosso destino. Daniel (Comunidade São Sebastião do Bom Sucesso), que nos levaria ao local combinado, já havia chegado e tinha preparado um chá de hortelã com manjeriço para ser distribuído entre os colegas. Após tomarmos o café, saímos às 4h20 da comunidade do Turco em direção ao nosso destino. A madrugada estava fria, o céu estrelado, mas tudo escuro. Eu usava duas blusas, cachecol, gorro e, ainda assim, continuava sentindo frio. Foi nesse momento que entendi o motivo das garrafas de chá e café preparadas pelos dois atingidos¹.

Chegamos às 4h40 ao local combinado. O ambiente estava muito escuro. Eu não conseguia ver as pessoas presentes, mas observei que dois carros e duas motos já nos esperavam no ponto de encontro. Enquanto aguardávamos os atingidos da comunidade de São José do São José do Jassém, que chegariam de ônibus, outros dois carros também chegaram ao local. Os comunitários estavam impacientes quanto ao atraso do ônibus e, por isso, resolveram seguir sem o veículo para o ponto combinado.

Ao passarmos pelas entradas da Anglo American, observamos que já estavam cercadas com grades e seguranças, ou seja, a empresa já sabia da intenção da manifestação. Entretanto, ela esperava que o ato ocorresse na porta da mineradora, como tinha sido disseminado entre os atingidos. Essa informação, porém, foi divulgada incorretamente como estratégia para confundir o empreendedor. O local combinado para a manifestação, de fato, seria outro.

¹ Segundo Vainer (2008), a categoria “atingido” está em disputa. Entretanto, no caso do conflito da mineração em Conceição do Mato Dentro, as pessoas utilizam esse termo para evocar o reconhecimento dos direitos. Neste trabalho, em consonância com os sujeitos da pesquisa, compreendo a categoria como referindo-se ao reconhecimento e à legitimação de direitos, a partir das concepções de Vainer (2008), Santos (2014) e Zhouri (2014).



Figura 1: Entrada principal da Anglo American cercada com grades. (Fonte: Arquivo Pessoal. 08/08/2016).

Chegamos ao Km 190, estacionamos o carro e um atingido começou a organizar as pessoas para iniciar o fechamento da rodovia. Inicialmente, acendeu-se uma fogueira, tanto para esquentar os manifestantes quanto para iluminar o local. Ao mesmo tempo, galhos e ramos das laterais da estrada foram recolhidos e jogados no asfalto de forma a montar as barreiras da manifestação. Essa atividade ocorreu dos dois lados da via. Entre a construção de uma barreira e outra, deixou-se um espaço de cerca de 500 metros ou mais para a circulação das pessoas. Nesse meio tempo, com o dia já claro, o ônibus do São José do Jassém chegou. Com o reforço, os atingidos resolveram bloquear outro trecho da rodovia MG-10 que também dava acesso à entrada da empresa. Contudo, quando os encontramos, os atingidos acharam prudente todos seguirem para o Km 190 e se juntarem aos outros manifestantes, pois como havia poucas pessoas no local, a segurança estaria comprometida. Dito isso, todos nós retornamos ao Km 190.



Figura 2: Comunidade do São José do Jassém bloqueando outro trecho da MG-10. (Fonte: Arquivo Pessoal. 08/08/2016).

Com o passar das horas, carros e motos dos manifestantes se multiplicaram, as pessoas foram contribuindo na organização e encorpendo o ato. As duas barreiras, formadas por galhos e cones, foram complementadas com faixas e cartazes que denunciavam as diversas violações de direitos cometidos pela mineradora. Neste ato, estavam presentes membros das comunidades: Turco, Cabeceira do Turco, Beco, São Sebastião do Bom Sucesso (SAPO), Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém. O perfil dos manifestantes era diverso: mulheres e homens de diferentes idades, tanto crianças e adolescentes quanto mulheres grávidas; pessoas com dificuldade de locomoção e idosos – inclusive um senhor de 77 anos. Também estavam presentes uma representante da Cáritas/Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM) e outra do coletivo de advogados populares, o Margarida Alves².

Quando o dia clareou, o fluxo dos carros nas estradas se intensificou. Às 7h da manhã já havia carros da Anglo American enfileirados nas duas barreiras produzidas pelos manifestantes. Inicialmente, combinou-se que os veículos pequenos e não associados à empresa seriam liberados para transitar na rodovia. Entretanto, após algumas liberações, os manifestantes decidiram também por restringir a passagem dos carros pequenos, pois a intenção do ato era provocar um efeito tanto na empresa quanto na região.

Por volta das 8h30, a Polícia Militar (PMMG) chegou ao local. Nesse momento, as filas dos veículos já estavam compridas nos dois sentidos da rodovia. Porém, o congestionamento do sentido Conceição do Mato Dentro (CMD)-Serro era maior do que o do sentido inverso. Diversos ônibus, vans e carros da mineradora estavam impedidos de transitar, embora fosse difícil mensurar a quantidade dos transportes paralisados. Mais de 100 funcionários da empresa estavam posicionados nas laterais da via, observando o ato. Alguns apoiavam os manifestantes de forma tímida e quase secreta, dizendo palavras de solidariedade ao movimento. Outros, principalmente os que ocupavam cargos de chefia, lançavam palavras de desaprovação. Um funcionário, identificado como sendo do alto escalão, chegou a ameaçar um atingido de forma mais agressiva e violenta.



Figura 3: Funcionários da mineradora à beira da MG-10. (Fonte: Arquivo Pessoal. 08/08/2016).

² O coletivo Margarida Alves presta assessoria jurídica popular a movimentos sociais, ocupações urbanas, comunidades tradicionais e coletivos organizados, dentre outras organizações. Não se limitam somente a assessoria jurídica, também fazem educação popular e formação jurídica e política. Para saber mais, acessar: <http://www.coletivomargaridaalves.org/quem-somos/>. Esse coletivo presta assessoria jurídica ao movimento dos atingidos pela mineração em Conceição do Mato Dentro.

O Tenente da PMMG se apresentou de maneira hostil e logo perguntou aos manifestantes se poderiam liberar um lado da rodovia para veículos pequenos. Como os atingidos estavam dispersos no local, alguns responderam positivamente pela liberação, outros, não. Entretanto, como era interesse da PMMG desafogar o trânsito, o Tenente ouviu a resposta que lhe interessava e procedeu à imediata desobstrução de parte da via. A ação foi executada de forma truculenta, rasgando cartazes, faixas e retirando os galhos do local.



Figura 4: MG-10 desobstruída pela Polícia Militar. Cartazes e faixas dos atingidos foram arrancados violentamente. (Fonte: Arquivo Pessoal, 8/08/16.).

Desse momento em diante, iniciou-se um processo de violência psicológica e intimidação por parte da PMMG e de alguns funcionários da Anglo American. Os policiais pressionavam os manifestantes a todo o momento para que indicassem as lideranças do ato. Os manifestantes receavam que o intuito fosse o de responsabilizar e criminalizar algumas pessoas individualmente, como já havia ocorrido em outras ocasiões. Além disso, os policiais tentavam de forma insistente conseguir o nome completo e a identidade de algum atingido desavisado para registro em Boletim de Ocorrência (B.O). Anotaram dados de um senhor de 77 anos³, o que foi entendido pelos atingidos como mais uma tentativa de intimidação dos manifestantes. Eu mesma me senti intimidada por um policial em um dado momento. Quando me afastei da multidão de atingidos para fazer algumas filmagens, um policial se aproximou de mim e disse: “Você sabia que só pode divulgar essas imagens com a minha autorização, né?”. Para não causar tumulto, respondi que sim e encerrei o assunto. Então o policial repetiu o que tinha dito anteriormente e eu respondi da mesma forma. Logo em seguida, ele retirou um bloquinho e uma caneta do bolso, perguntando meu nome e CPF. Respondi que não iria dizer e saí de perto. Nesse momento, ele me disse em voz grossa: “Olha, menina, que eu te processo, hein?”. Ignorei e segui para o meio da multidão.

³ No item 2 do capítulo 3, retomarei a sua história.

Os policiais também exigiam de forma inquisitiva quais eram as reivindicações dos atingidos e os objetivos da manifestação. Sempre quando demandavam essas informações, os manifestantes respondiam de forma veemente: “Reassentamento Já!”. Entretanto, para os policiais, essa resposta não era o suficiente. Eles necessitavam de um papel, um documento, para reconhecer a reivindicação. Esse documento foi produzido pelos manifestantes na hora, à caneta, e entregue à corporação.

Por volta das 9h30, dando continuidade à pressão para os comunitários desobstruírem a via, o Tenente ordenou que liberassem as duas pistas da rodovia. Segundo suas palavras, caso não fosse liberado por bem, ele teria que utilizar de “outros meios”. O prazo dado aos manifestantes para a desocupação da estrada foi de 10 minutos. Segundo o Tenente, essa ordem teria sido emitida por seus superiores. Nesse momento, os manifestantes se reuniram e decidiram seguir em marcha para a porta da empresa.

A marcha se organizou de forma rápida e caótica, pois a PMMG não estava autorizando a caminhada, alegando falta de segurança. Por volta das 10h30, os manifestantes pegaram as faixas e começaram a seguir em direção à entrada do empreendimento. O início do trajeto era asfaltado, depois seguia em terra batida. Como a manifestação ocorreu em agosto, no tempo da seca, a poeira estava suspensa e o sol cada vez mais quente. Os atingidos seguiram todo o trajeto “engolindo poeira”. Alguns policiais fizeram um cerco ao lado da marcha com uma corda, seguindo a pé, junto com os manifestantes, até a entrada da mineradora. Outros seguiram de viatura. Algumas pessoas locomoveram-se de carro pelo trajeto, transportando idosos e também utilizaram o veículo como instrumento para retardar a liberação completa da MG-10, seguindo o trajeto de forma lenta. Em meio aos diferentes veículos que percorreram o caminho, os atingidos seguiram a pé, de forma corajosa e determinada, até o local destinado.



Figura 5: Marcha dos manifestantes pela MG-10 até à entrada da Anglo American. Ao fundo, é possível observar as filas dos carros. (Fonte: Arquivo pessoal, 08/08/2016).

Como eu havia ficado para trás junto com a advogada popular do Coletivo Margarida Alves, a representante da Caritas/MAM e alguns manifestantes, ajudei a recolher as faixas que tinham sido

deixadas e segui de carro com as meninas. No meio do trajeto, desci do veículo para ajudar a distribuir os cartazes e tirar algumas fotos. O carro em que eu estava ficou para trás devido ao engarrafamento. Por isso, segui adiante andando.

A MG-10, em frente ao destino final, no Km 186, estava em manutenção. O local tinha sido transformado em um canteiro de obras. Havia tratores, retroescavadeiras, tapumes e muita poeira. Os manifestantes seguiram até a portaria principal, com objetivo de impedir a entrada dos veículos. A polícia, ao perceber sua intenção, agiu de forma violenta, empurrando as mulheres e crianças que estavam nas grades da portaria. Foi então que o Tenente gritou para os seguranças particulares da Anglo American: “Venham, venham! Não vão proteger a entrada? Podem vir!”. Nesse momento, houve vários protestos e questionamentos indignados dos manifestantes: “Quem vocês realmente estão protegendo?”, “Vocês trabalham para quem?”. E os policiais respondiam: “Estamos protegendo vocês”. Os atingidos foram empurrados para o canteiro central, a PMMG conseguiu liberar a passagem dos veículos e formou uma “proteção” com corda entre a entrada e o canteiro de obras, impedindo a passagem dos manifestantes.



Figura 6: Entrada da Mineradora na MG-10. (Fonte: Arquivo pessoal, 08/08/2016.).

Com a entrada da mineradora liberada, nos concentramos no canteiro central da empresa, próximo à rodovia. Os veículos passavam e levantavam uma quantidade enorme de poeira. Foi nesse momento que conseguimos compreender a quantia de ônibus, vans e carros que foram impedidos de transitar. Eram muitos. Enquanto observávamos os veículos trafegarem, a poeira nos encobria e o sol nos castigava com sua alta temperatura. As máquinas das obras continuaram trabalhando, aumentando os níveis de poeira e barulho no local. Já cansados, os manifestantes organizaram uma precária estrutura de lona para que nos protegêssemos do sol, mas como essa estrutura não era suficiente para todos se abrigarem ocorreu uma dispersão pela área.

Os idosos, as pessoas com dificuldade de locomoção e as crianças permaneceram no ato, naquela situação precária. Eu, a advogada popular, a representante da Cáritas/MAM e alguns

atingidos estávamos preocupados com eles, pois corriam risco de passarem mal devido à alta temperatura e a situação de estresse por nós vivenciada. Procuramos acomodá-los em locais que seriam um pouco mais confortáveis naquela circunstância. Sugeríamos para alguns idosos que fossem embora do ato, uma vez que permanecer ali, com o sol a pino, seria desgastante. Mas eles se recusaram.



Figura 7: Atingidos no canteiro central, sob o sol escaldante e poeira. (Fonte: Arquivo Pessoal, 08/08/2017.).

Por volta das 11h, eu e a representante da Cáritas/MAM fomos buscar o almoço no São José do Jassém. Quando entramos na comunidade, as pessoas nas ruas nos perguntavam se a manifestação tinha surtido algum efeito. Nós respondíamos que naquele momento estávamos aguardando um dirigente da Anglo American no local. Era perceptível a expectativa da comunidade quanto à possibilidade de alguma resolução. Fomos à casa de uma comunitária que já estava nos aguardando, recolhemos o almoço e retornamos ao ponto de apoio do ato. Almoçamos todos juntos, em meio à poeira e ao sol escaldante. A polícia permanecia no mesmo local e dentro da viatura. Na hora do almoço, um carro da corporação saiu para buscar marmitex. E então os policiais almoçaram ali mesmo.

Após o almoço, refletíamos sobre qual seria o próximo passo. Alguns afirmavam que o ideal seria permanecerem ali, inclusive dormir, até a mineradora apresentar uma proposta aos manifestantes. Outros, já cansados, apoiavam o movimento de retorno para as casas. Um atingido, durante a manhã, tentara se comunicar com o representante do Ministério Público da Comarca, porém sem sucesso. Só às 14h, o promotor retornou a ligação, dizendo que iria até o local juntamente com a defensora pública e o novo Juiz da Comarca. Após esse retorno, foi cogitado que o ato se encerraria com a presença dos operadores do direito, pois na percepção dos atingidos, a ida deles ao local representaria que a manifestação não tinha sido em vão.

Às 15h35, os operadores do direito comparecem ao Km 186, onde nos encontrávamos. Primeiramente, o promotor apresentou o novo juiz e a defensora da comarca para os manifestantes. Em seguida, prosseguiu dizendo que estava ciente da situação das comunidades, que já existia um Inquérito no Ministério Público Estadual (MPMG) sobre a barragem de rejeitos e propôs uma audiência pública ampla (com a participação da academia, explicitou ele) para tratar do tema. Um manifestante apresentou também a demanda dos atingidos, que era a de uma reunião envolvendo o diretor da empresa, representantes dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, o Secretário do Meio Ambiente de Minas Gerais, um representante da Prefeitura e a Secretaria dos Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais. O promotor sugeriu que a reunião fosse marcada em instância estadual, pois receava que a empresa não comparecesse às reuniões marcadas em nível local. Ele completou sua fala recomendando aos manifestantes que formassem uma comissão e levassem as reivindicações para o Ministério Público e a Defensoria.

Outro ponto abordado pelos atingidos junto aos operadores do direito foi a atuação policial naquele dia, que os ameaçou, os amedrontou e utilizou da força física durante aquela manifestação. Em relação a esse tema, o promotor se comprometeu, juntamente com a defensora, a enviar uma recomendação para a PMMG atuar de forma mais cautelosa com os manifestantes. Dito isto, o novo juiz da comarca também informou aos atingidos que iria marcar uma audiência⁴ com representantes da empresa, os réus da ação de Interdito Proibitório⁵ e a Polícia Militar para definir as diretrizes das próximas manifestações e propor, entre os presentes, os limites de cada parte, estabelecendo diretrizes para os próximos atos. Após o pronunciamento do Juiz, foram feitos alguns questionamentos. Logo em seguida, os operadores do direito retornaram para Conceição do Mato Dentro. Nós também nos dispersamos e, já exaustos, seguimos nossos caminhos.

4 No item 2.3 do capítulo, mencionarei os resultados dessa audiência.

5 Em 2015, após uma manifestação semelhante que paralisou a MG-10 na altura da entrada da Anglo American, três atingidos sofreram processo de Interdito Proibitório por parte da empresa, entre eles, o Pedro. O Interdito Proibitório é um mecanismo processual de defesa da posse, previsto pelo artigo 932, do Código de Processo Civil: "[...] possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá impetrar ao juiz que o sequeure da turbacão ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgrida o preceito". Informações consultadas em: <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/942/Interdito-proibitorio> Acesso em 20 de junho de 2017.

INTRODUÇÃO

*Eu vi o horror (...).
Eu vi uma empresa sem compostura, sem dignidade, cruel, covarde e cínica. Eu vi governantes mineiros exatamente da mesma forma. Eu vi conselheiros imorais, subservientes, fantoches. Eu vi técnicos incompetentes e irresponsáveis. (...)
Eu vi o desmanche das instituições construídas arduamente pela sociedade brasileira. Eu vi o mandonismo, a confiança na impunidade. (...)*
(ZHOURI, 2014)

29 de setembro de 2014...

Acordei apreensiva, não era um dia como os outros, era um dia decisivo para várias famílias que eu conheci durante os dois anos de pesquisa e extensão no Grupo de Pesquisa em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG). Um dia que iria definir suas vidas para os próximos 30 anos. Segui para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) às 6h da manhã, pois tínhamos marcado de sair de lá às 7h. Estávamos indo para Diamantina, local onde ocorreria a 86ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha (URC-JEQ), que objetivava votar a Licença de Operação (LO) do empreendimento Minas-Rio.

Cheguei ao local marcado, encontrei alguns colegas e aguardamos os outros. O Grupo tinha reservado dois veículos para seguirmos viagem até Diamantina: um micro-ônibus e uma van. Entretanto, no momento da partida, descobrimos que a van estava com defeito e não iríamos conseguir prosseguir viagem com ela, somente com o outro veículo disponível, Assim foi feito.

A viagem seguiu tranquilamente até o momento em que o micro-ônibus da UFMG começou a apresentar falhas. O motorista, no entanto, tentou prosseguir no trajeto. Ao chegarmos a um entroncamento, no município de Presidente Juscelino, local onde havia apenas uma borracharia e um ponto de ônibus, ele nos informou que não tínhamos condições de prosseguir com aquele veículo. Foram momentos de tensão, pois tínhamos a intenção de chegar cedo à reunião para ocuparmos os lugares da frente. Descemos do micro-ônibus e fomos para o ponto de ônibus, na esperança de que um veículo com destino à Diamantina logo chegasse. Entretanto, o borracheiro nos informou que o transporte público com direção ao nosso destino iria passar somente após 13h, nos fazendo atrasar para a reunião. Diante disso, nos dividimos, dividimo-nos em duplas e trios e seguimos para a reunião com as caronas disponibilizadas pelos viajantes, percorrendo 85 km até o nosso destino.



Figura 8: Eu, colegas, professores e um atingido no ponto de ônibus, na expectativa de conseguirmos um veículo para nos transportar ao local da reunião da URC-JEQ. (FONTE: Arquivo pessoal, 29/09/2014).

Cheguei ao Ginásio Poliesportivo de Diamantina com mais duas colegas do grupo de pesquisa. Antes mesmo de entrar, encontrei na porta uma pessoa de CMD aflita. Perguntei o que estava acontecendo e se a empresa já havia chegado. Ela me informou que o ônibus dos atingidos que estava vindo de CMD também havia quebrado, mas que já estavam a caminho. A atingida ainda me disse que o ginásio estava lotado de trabalhadores da Anglo American e que a empresa teria levado dois ônibus repletos de funcionários.

Entre no ginásio e me surpreendi com a cena. No local, havia mais de 100 trabalhadores, praticamente todos uniformizados com o macacão azul, a típica vestimenta que caracteriza um funcionário da mineradora. Eles ocupavam parte da arquibancada a eles destinada. No lado apostado, era possível notar que aquele espaço fora ocupado pelos dirigentes da empresa, claramente identificados como tal pelas suas roupas e pelo reconhecimento de alguns atingidos. O impacto visual daquela cena, no momento em que cheguei, me impressionou muito. Cada funcionário possuía dois cartões, um verde e um vermelho em tamanho 4A. O objetivo desses cartões era erguer o verde quando houvesse fala a favor do empreendimento e o vermelho quando houvesse fala contrária. Entretanto, é importante observar que aquela metodologia dos cartões tinha sido utilizada pelos atingidos na reunião anterior⁶, tendo a mineradora se apropriado do recurso.

⁶ 85ª reunião extraordinária URC-JEQ, ocorrida no dia 18/09/2014. Mencionada por Ribeiro (2015) como “a famosa reunião que não acabou”, na qual foi pautada a avaliação e a deliberação da Licença Prévia (LP) do empreendimento “Manabi Morro do Pilar Minerais S.A.” e a LO da “Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.” Devido a uma ação cautelar do MPMG relacionada à supressão da Mata Atlântica, o ponto de pauta referido à LP do empreendimento Manabi foi retirado. Em relação à pauta que discutia a LO da Anglo American, a reunião foi encerrada devido ao pedido de vistas do conselheiro do MPMG, após uma tumultuada intervenção dos atingidos de CMD, que exibiram garrafas de água e peixes mortos do córrego Passa Sete, em um “ato repleto de simbolismo. pois representa um grito, em um momento no qual falar de maneira educada não seria mais possível” (RIBEIRO, 2016, p.43).



Figura 9: 86ª reunião da URC JEQ. Na imagem, é possível observar a quantidade de trabalhadores uniformizados. (Fonte: Arquivo GESTA, 29/09/2014)

Os atingidos, assim como nós, por também terem tido problemas mecânicos com o ônibus na estrada, quase não conseguiram chegar a tempo para o início da reunião. Quando chegaram, foi organizada a ordem da lista de fala ao microfone e a reunião iniciada.

No ginásio, ao chegarem, os atingidos estenderam suas faixas em contraposição às já estendidas em prol da mineradora. Nas faixas e cartazes afixados, haviam fotos do rio assoreado e da cachoeira implodida pelo empreendedor, além de diversas faixas, incluindo aquelas com frases que denunciavam as violações.

A reunião durou 12 sofridas horas. Uma arena de repressão, silenciamento e descaso foi formada naquele ginásio. Um grande contingente de policiais portando armas de fogo cercavam os atingidos. Trabalhadores da Anglo American, identificados como sendo do baixo escalão, acusavam os agricultores de mentirosos, individualistas, acusando-os de atrapalhar o emprego e o progresso da cidade. Conselheiros apáticos perante as denúncias, aos questionamentos dos atingidos e as discussões promovidas pelo conselheiro do MPMG. A conselheira representante da Federação das Indústrias dos Estado de Minas Gerais (FIEMG) e funcionários da mineradora responsáveis pelo licenciamento ambiental silenciavam e deslegitimavam a fala dos atingidos, dos representantes dos movimentos sociais e dos membros das universidades. Técnicos da Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM), a todo o momento, eximiam a mineradora das suas infrações e adotavam uma retórica supostamente técnica: a de que, se não tem como provar o nexo causal⁷, também não se pode responsabilizar a empresa.

⁷ “É o vínculo existente entre a conduta do agente e o resultado por ela produzido; examinar o nexos de causalidade é descobrir quais condutas, positivas ou negativas, deram causa ao resultado previsto em lei. Assim, para se dizer que alguém causou um determinado fato, faz-se necessário estabelecer a ligação entre a sua conduta e o resultado gerado, isto é, verificar se de sua ação ou omissão adveio o resultado”. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/291656/nexo-causal>. Acessado em: 18/07/2017

Entretanto, mesmo com esse cenário de repressão, violência e silenciamento, os atingidos não se intimidaram. Eles enfrentaram corajosamente essa “cena pública” (ZHOURI, 2008) ⁸, denunciaram as violações dos seus direitos, gritaram as injustiças, apresentaram provas dos efeitos do empreendimento (como garrafas com água suja do córrego Passa Sete, fotos da mortandade dos peixes, dentre outras) e aguardaram o resultado da votação. A licença de operação foi aprovada por 4 votos contrários e 16 a favor do empreendimento.

Após a votação, houve dispersão da reunião. Alguns atingidos se organizavam para retornar a Conceição do Mato Dentro. Nós, da universidade, nos organizávamos para ir embora do Ginásio, comer algo e, depois, dormir na casa da Glória, imóvel da UFMG em Diamantina. Tanto eu, quanto meus colegas pesquisadores, saímos da reunião exaustos e chocados com tamanho descaso, injustiças e irregularidades. Sentia-me anestesiada e ao mesmo tempo revoltada com aquela reunião⁹.

Essa experiência ainda não foi completamente digerida por mim. Ainda me emociono quando retomo algumas memórias daquela reunião, das injustiças, das violências e do descaso *blasé* dos conselheiros perante as dores e os sofrimentos dos atingidos. Resolvi narrá-la brevemente para situar o leitor quanto ao primeiro marco temporal ao qual se refere esta pesquisa e retratar, de forma sucinta, o evento que deflagrou processos e originou contextos que permearam os objetivos e o desenrolar deste trabalho: a violência deflagrada pelo Minas-Rio nas localidades de sua inserção imediata.

Com efeito, o empreendimento Minas-Rio da mineradora Anglo American, objeto de pauta da referida reunião, encontra-se em fase de operação¹⁰ nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Atualmente, é o maior complexo minerário da empresa no cenário global (Mapa dos Conflitos Ambientais, 2016). A mineradora retira o minério “pobre” (baixo teor de ferro) da região, faz o beneficiamento e exporta pelotas de minério de ferro com o teor de 67-68% para o mercado mundial via porto fluminense de Açu (Anglo American, 2016). Além da mina, o complexo compreende uma unidade de beneficiamento, um mineroduto de 529 Km, que percorre 33 municípios mineiros e cariocas (Mapa dos Conflitos Ambientais, 2016). O empreendimento tem sido objeto de contestação pelos moradores locais, comunidade acadêmica e movimentos sociais antes mesmo do processo de licenciamento ter sido iniciado, por motivos relacionados aos seus efeitos no ambiente, as violações de direitos e o reconhecimento reduzido do universo dos atingidos.

Obtive a oportunidade de participar da 86ª reunião da URC-JEQ devido aos meus dois anos e seis meses como bolsista no GESTA-UFMG, realizando atividades de pesquisa e extensão. A minha inserção no grupo ocorreu no início de 2012, quando eu ainda estava na graduação. A partir daí, passei a acompanhar o “Caso Conceição”. Foram dois anos intensos de idas a campo, pesquisa, produção de documentos e acompanhamento de reuniões.

Quando ingressei no grupo de pesquisa, em 2012, o empreendimento Minas-Rio encontrava-se em fase de instalação. Nesse período, o Ministério Público Estadual, em parceria com o Ministério

⁸ Em âmbito do licenciamento ambiental, a participação configura-se como uma formalização do procedimento democrático, que tem como objetivo legitimar um processo previamente definido. (ZHOURI et al, 2005, ZHOURI, 2008).

⁹ Para ler uma etnografia completa da 86ª URC-JEQ, ver: PENNA, 2016.

¹⁰ O empreendimento Minas-Rio já obteve a licença de operação da fase de “Otimização da Mina do SAPO” (Etapa 2) e, atualmente, está pleiteando a licença prévia da “expansão da Mina do SAPO” (Etapa 3).

Público Federal e Defensoria Pública, criou a Rede de Acompanhamento Sócio Ambiental (REASA), que tinha o objetivo de discutir os impactos socioambientais e propor soluções para o problema. As reuniões eram mensais e ocorriam em comunidades diferentes. Em razão das minhas ações de pesquisa e extensão pelo GESTA, eu frequentei e acompanhei os encontros, etnografando as reuniões. O resultado da pesquisa no grupo foi a produção da minha monografia, intitulada “MINERAÇÃO EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO: uma análise da REASA como instância de ‘resolução’ de conflito”, defendida em 2014, no curso de graduação em Ciências Socioambientais da UFMG. O trabalho analisa: a rede como uma instância criada a partir das concepções de governança ambiental propostas pelo Banco Mundial; os alcances e limites da mediação de conflito via REASA, os desdobramentos da rede para a garantia de direitos dos atingidos e a atuação do Ministério Público Estadual como mediador do conflito. A pesquisa desta dissertação foi realizada no âmbito do projeto “Nova fronteira minerária, *land grabbing* e regimes fundiários: consequências socioambientais e limites da gestão de conflitos”, executado pelo GESTA-UFMG.

Para esta dissertação, analisarei aspectos das violências que configuram o universo dos efeitos derrame da mineração (GUDYNAS 2016), elementos cotidianos da violência das afetações (ZHOURI, BOLADOS E CASTRO, 2016), assim como a vida no contexto de crise (OLIVEIRA, 2012), que expõe os moradores atingidos pelo projeto Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro, a um deslocamento *in situ* (Feldman, 2003). Farei isso a partir das histórias e narrativas de alguns atores com os quais pude conviver desde a reunião que concedeu a licença de operação para o projeto Minas-Rio. Nesse sentido, pretendo com esta dissertação trazer à superfície as violências cotidianas que são invisíveis aos olhos do Estado, dos moradores urbanos da sede do município de Conceição do Mato Dentro, bem como das autoridades do Judiciário, e apresentar as narrativas de resistência proferidas por esses atores.

Porém, antes de apresentar em detalhe no capítulo 1 os objetivos, métodos e conceitos acionados nesta dissertação, apresentarei, de forma sintética, a seguir alguns dos interlocutores principais nesta pesquisa. Os nomes são fictícios em função do próprio contexto de violência e criminalização que impera na região, sobre o qual discutirei neste trabalho e que também tem sido ampla e recentemente noticiado pela mídia (Jornal O Tempo, 10/07/2017).

Breve apresentação dos atores

Eliseu, 77 anos, é lavrador e casado há 24 com Vera, de 53 anos. Ambos residem há duas décadas na comunidade do Passa Sete, situada à jusante da barragem de rejeitos da Anglo American, em Conceição do Mato Dentro. O casal se mudou para o local quando seu pai estava doente e precisava de companhia para ajudá-lo a cuidar da saúde. Trabalhou parte da sua vida nas fazendas e/ou como meeiro nos mesmos locais.

Em visita à sua casa, em agosto de 2016, presenciei a situação de fragilidade vivenciada pelos agricultores devido à falta de água na sua propriedade. A nascente que abastecia a sua residência havia secado há mais de três meses, e o rio que margeia a sua terra está poluído. Para conseguirem exercer suas atividades diárias mínimas, como tomar banho, beber água e cozinhar,

eles precisam percorrer, diariamente, 610 metros até a casa do vizinho e transportar dois galões de água de 25 litros no ombro, percorrendo a mesma distância no trajeto de volta. Relataram a dificuldade de transportar esses galões todos os dias. “O corpo não está aguentando”, conta Eliseu. Os vizinhos sempre que podem levam garrafas de água para o casal. Porém, essa ação não é suficiente para atender as necessidades diárias de água da família.

Dona Vera e Seu Eliseu foram para a manifestação no km 190 junto com os outros atingidos. Chegaram ao local quando o dia estava amanhecendo. Inicialmente, juntaram-se às pessoas que estavam próximas à fogueira para se esquentarem do frio. Quando a Polícia chegou, reparei que o casal se afastou do asfalto da rodovia e se aproximou das laterais da estrada. Ficaram observando a ação da PMMG e se mantiveram ali por algum tempo.

Em um determinado momento do ato, os policiais perguntaram aos manifestantes quais eram as denúncias para produzirem o B.O a favor dos comunitários. Nesse instante, um atingido chamou o Sr. Eliseu e solicitou que ele contasse o seu caso. Feito o relato, o policial pediu o nome completo e o número de identidade do atingido, sendo atendido prontamente. Ao perceber o ocorrido, uma advogada popular que estava presente no ato disse ao Sr. Eliseu que ele não deveria ter passado as suas informações, já que esses dados poderiam incriminá-lo em um futuro processo de Interdito Proibitório. De fato, ao sermos informados do ocorrido com Sr. Eliseu, todos ficamos receosos quanto à possibilidade de ele ser processado, tal como já tinha ocorrido com atingidos da comunidade do Turco na manifestação de 2015. O receio aumentou quando o Juiz da comarca de Conceição do Mato Dentro, ao final da manifestação, informou que a empresa havia acionado novamente esse recurso.

Durante a marcha foi oferecido ao Sr. Eliseu e à Dona Vera a possibilidade de irem de carro ao Km 186 da MG-10. Entretanto, os dois recusaram. Preferiram marchar junto com os outros manifestantes. Fiquei impressionada com a força e a coragem deles, pois Eliseu já tem 77 anos e carece de boa saúde. Os dois seguiram todo o trajeto a pé até o canteiro central da MG-10, em frente à entrada da Anglo American. Quando nos estabelecemos no local, o casal aproximou-se de uma pequena sombra que mal os abrigava. Eu e a advogada popular sugerimos que eles se acomodassem no carro da representante da Cáritas/MAM para terem o mínimo de conforto naquela situação. Inicialmente, Eliseu recusou a sugestão, mas acabou aceitando. Os manifestantes, preocupados com o casal, ofereciam para levá-los de volta para casa. Entretanto, eles permaneceram firmes no local, almoçando junto com os demais. Só aceitaram ir embora quando souberam que o promotor da comarca estava a caminho e que os manifestantes já tinham decidido que não iriam dormir no canteiro central.

Dona Graça, 53 anos, assim como o Seu Eliseu e a Dona Vera, reside na comunidade do Passa Sete. Lavradora, casada com o Exedito, moram no local há 38 anos. A Lavradora tem dois filhos, Guilherme e Julieta, de 19 e 16 anos respectivamente. Guilherme já completou o ensino médio e ajuda seu pai nos “bicos” fora da comunidade como diarista. Já Julieta, está no segundo ano do ensino médio e estuda à noite em Itaponhoacanga, outra comunidade da região.

Dona Graça nasceu em Água Santa/Mumbuca, comunidade que foi reassentada para a construção da barragem de rejeitos da Anglo American. Toda sua família pertencia ao local. Quando eles se mudaram, a lavadora perdeu contato com a maioria dos familiares. Essa quebra dos vínculos familiares e comunitários ainda não foi restaurada. Sempre que pode, a atingida participa das audiências públicas, reuniões e oficinas. Nesses espaços, quando faz o uso da palavra, denuncia os impactos vivenciados por ela e por seus vizinhos em sua comunidade, principalmente o medo de residirem à jusante da barragem de rejeitos.

Após o desastre tecnológico¹¹ (ZHOURI et al., 2016) da empresa Samarco, em Mariana, o medo da moradora se intensificou de forma considerável. Isso ocorreu também com outros moradores de Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém. Comunidades essas que estão localizadas à jusante da barragem da Anglo American. Foi esse medo que impulsionou a manifestação no mês de agosto. Os moradores consideraram insustentável continuar morando em suas comunidades, devido ao risco a que estão expostos. Principalmente depois do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana, eles não se sentem mais seguros em seus locais de morada.

Dona Graça, ao ficar sabendo da manifestação, prontificou-se a participar, pois segundo ela, “do jeito que tá, tá cada vez pior e vai piorar”. No dia do ato, ela chegou junto com o casal Eliseu e Vera. Também se aproximou da fogueira para esquentar o corpo, e conversou com outros atingidos. Quando eu a avistei, fui cumprimentá-la e perguntei como estava sua família. Ela disse que estava feliz em me ver e que todos se encontravam bem.

Durante o ato, a lavadora conversou com os outros manifestantes, inteirou-se da situação das outras comunidades, reiterou a todo o momento o medo que sentia de residir à jusante do empreendimento e falou das dificuldades encontradas para sobreviver no seu local de morada, tais como o forte odor oriundo da barragem de rejeitos, tremores nas casas advindos das explosões, poluição do córrego Passa Sete, escassez de água e os ruídos originários do empreendimento.

Durante a marcha, Dona Graça seguiu a pé junto com os manifestantes no meio dos carros que foram liberados pela Polícia Militar. Mesmo com problemas de saúde, ela achou pertinente acompanhar a marcha juntamente com os demais. A atingida permaneceu na manifestação até por volta de 15h30, quando um comunitário lhe ofereceu carona. Ela aceitou e, antes de ir embora, confessou “o dia foi cansativo, mas valeu!”.

Pedro, 38 anos, e Eliana, 34, são casados e possuem dois filhos, Ana e Thiago. Eliana pertence, desde que nasceu, à comunidade da Cabeceira do Turco. Já Pedro nasceu na região metropolitana de Belo Horizonte e foi morar em CMD ao se casar com Eliana.

O comunitário começou a participar do movimento de resistência dos atingidos em 2014, após a licença de operação do empreendimento, quando o mineroduto passou a operar. Foi nesse período que tanto a comunidade do Turco quanto a comunidade da Cabeceira do Turco passaram a sentir os efeitos da mineração. Principalmente, a escassez de água e os tremores em suas casas, causados pela operação do mineroduto.

¹¹ “Um desastre atribuído em parte ou no todo a uma intenção humana, erro, negligência, ou envolvendo uma falha de um sistema humano, resultando em danos (ou ferimentos) significativos ou mortes” (SEGEN, J. C., 20002 apud ZHOURI et al, 2016, p.37).

Em 2015, as comunidades do Turco, Cabeceira do Turco e São Sebastião do Bom Sucesso fizeram a primeira manifestação na MG-10. O ato perdurou por três dias, mas foi reprimido pela PMMG e pelo Policiamento de Evento (Pelotão de Choque).¹² A partir desta manifestação, então, ocorreu o primeiro processo de Interdito Proibitório envolvendo três atingidos das comunidades, dentre eles, o Pedro.

Após a primeira manifestação, o atingido engajou-se no movimento de resistência local. Passou a acompanhar as demandas e as denúncias das famílias, interagir com os mediadores e denunciar as violações de direitos humanos cometidos pela empresa. Devido a essas ações, ele relata que passou a ser perseguido e vigiado pelos seguranças da mineradora. Entre os atos intimidatórios relatados por ele estão a invasão da sua casa, perseguição ao seu carro nas estradas e também ameaças verbais. Diante desses episódios, o atingido foi acolhido junto ao Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos-MG (PPDDH-MG.).

Como Pedro havia participado da manifestação de 2015, essa experiência o habilitou para se tornar o ponto de referencia das pessoas no último ato em agosto de 2016. Desta forma, tanto agentes da empresa quanto da PMMG o seguiram de perto na ultima manifestação. Havia uma estratégia de provocá-lo com intenção de desestruturá-lo, talvez visando algum ato mais intempestivo da sua parte e, com isso, um novo processo de Interdito Proibitório para retirá-lo da luta. A PMMG perguntava reiteradamente ao próprio Pedro, assim como aos demais manifestantes, se era ele a pessoa responsável pelo ato. Embora todos respondessem que não, a percepção da intenção de incriminá-lo estava presente. Por volta das 9h45 da manhã, um funcionário do alto escalão da Anglo American o abordou em tom ameaçador: “Você está ai, né Pedro?”. Ao que Pedro respondeu de forma nervosa: “Qual o problema?”, e nesse momento foi iniciada uma discussão entre os dois. Após mais algumas intimidações dirigidas ao atingido, o diretor da empresa se retirou.

No momento da marcha, Pedro seguiu junto aos outros para a portaria principal da mineradora. Ele tirou muitas fotos e ajudou na estrutura da organização do toldo de proteção do sol. Quando o promotor sinalizou a sua ida ao local do ato, Pedro e os demais atingidos dialogaram quanto à necessidade de a comunidade relatar ao promotor as suas demandas. Foi no local que ele ouviu do Juiz da Comarca de Conceição do Mato Dentro que a empresa tinha entrado com um novo processo de Interdito Proibitório contra ele e os outros dois atingidos já alvos da ação judicial anterior. Entretanto, exceto Pedro, as outras duas pessoas não participaram dessa manifestação em agosto. A entrada desse novo processo pelo empreendedor foi entendida pelos atingidos como mais uma tentativa de criminalização do movimento. Encerrado o ato, Pedro seguiu para a sua casa preocupado com o novo processo que estaria por vir.

¹² “O policiamento de evento consiste na mobilização policial de prevenção criminal, controle de Ordem e segurança em eventos.” Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portalpm/portalinstitucional/portalinstitucional/conteudo.action?conteudo=693&tipoConteudo=subP>. Acessado em: 13/07/2017.

CAPÍTULO 1: OBJETIVOS, PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

O neoextrativismo¹³ materializou-se na implantação e na operação do Projeto Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro, a partir dos diferentes processos expressivos do seu *modus operandi*. Processos esses marcados pelas múltiplas formas de violências, denominadas por *extrahecciones*¹⁴ (GUDYNAS, 2016), que se impõem no território das comunidades e se derramam para além das fronteiras regionais do município.

Araóz (2013a) aponta a violência como fator fundamental da manutenção da ordem colonial institucionalizada na modernidade. O autor identificou três “ciclos históricos da violência” que compuseram o cenário colonial: a violência do terror que dizimou povos nativos, a violência da expropriação do território e do corpo e a violência naturalizada do fetichismo. Nesta última, o fetichismo refere-se ao desejo à mercadoria. Foi por esse desejo insaciável que a violência da “ação civilizadora” foi justificada no período colonial. O fetichismo, então, atuou como o principal dispositivo da regulação da vida social, das emoções e dos sentimentos na era colonial.

Portanto, Araóz (2013a) entende que o neoextrativismo corresponde a uma nova fase da violência que reuniu os três ciclos da violência colonial no movimento de “re-colonização do continente”. Para o autor, as práticas coloniais produziram novas formas de se relacionar com a natureza, com o ambiente e com o território. Nesse sentido, o neoextrativismo no contexto neocolonial passa a dominar não só as esferas do ambiente e da natureza, como também domina e domestica os corpos, os sentimentos e as emoções. Essa dominação ocorre principalmente nos territórios em que as empresas extrativistas estão instaladas e derramam os seus efeitos para além das fronteiras locais.

Desta forma, a violência das afetações, fruto das práticas neoextrativistas das mineradoras, impõe-se no dia a dia das comunidades, afetando não somente o ambiente, mas também, os modos de ser, viver e sentir dos atingidos (ZHOURI, BOLADOS, CASTRO, 2016). No conjunto das violências das afetações encontram-se as violências simbólica, física, epistêmica, administrada e tantas outras.

Segundo Quijano (2002), tanto a força quanto a violência são premissas fundamentais para a dominação. Nas sociedades modernas, diferentemente do período colonial, essas premissas não são exercidas de forma aparente e de modo contínuo. Elas são ocultadas pelas estruturas institucionalizadas do Estado e pelas ideologias do modelo político-econômico dominante.

No caso do Brasil, em nome do “desenvolvimento” e do “progresso”, o Estado, em conjunto com empresários, planeja instalações de megaprojetos em áreas tidas como “enclaves econômicos”. Entretanto, nesses locais residem populações e comunidades que, em muitos casos, possuem lógicas próprias de apropriação do território que se contrapõem à racionalidade socioeconômica dos grandes empreendimentos. Diante desse contexto, os agentes públicos e privados produzem processos expropriatórios, no qual, as famílias e as comunidades são vistas como entrave ao

¹³ Modelo econômico de extração estabelecido na América Latina a partir do ano 2000. O conceito será abordado de forma completa no Capítulo 2

¹⁴ Violência oriunda do neoextrativismo que compõe tanto as violações dos direitos humanos quanto a expropriação da natureza. O conceito será melhor explicado no Capítulo 2.

desenvolvimento (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010), sendo enquadradas em categorias administrativas e classificatórias como afetado, pobre e superficiário (no caso da mineração). A partir dessa compreensão, o poder público circunscreve “os limites entre aqueles que podem legitimamente fazer uso da violência e aqueles contra os quais a violência pode ser legitimamente mobilizada” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 23). Nesse contexto, a violência é rotinizada e naturalizada, expondo a população “marginalizada” a uma violência invisível e considerada imensurável pela racionalidade tecnicista.

A partir dessa lógica, a instalação do empreendimento Minas-Rio engendrou um contexto de violências e desestruturação dos modos e dos meios de vida das comunidades no entorno que perdura até o presente momento. Desta forma, o contexto de violências que as famílias estão vivenciando não pode ser considerado somente como uma “crise temporária” (TURNER, 2008) ou como “evento crítico” (DAS, 1995). Turner (2008) entende a crise como um estágio provisório do conflito, em que a ordem será instaurada novamente. Já o conceito de “evento crítico” (DAS, 1995) é visto como um evento violento que resulta em desestruturação social e fortes rupturas nas relações sociais.

No caso do conflito de mineração em Conceição do Mato Dentro, optei por trabalhar com a perspectiva de que a instalação do Minas-Rio configurou-se como um evento crítico, que se estendeu a um contexto de crise. No sentido utilizado por Oliveira (2012), a “crise como contexto” propõe pensar no caráter endêmico e persistente das situações que expõe o sujeito a incapacidade de controlar os seus meios de sobrevivência, nesse sentido,

crise é um estado social, um contexto em que o risco e a incerteza se tornam permeantes. O caráter crônico forja, portanto, esquemas de ação e percepção ajustados as condições de conflito prolongado, volatilidade, instabilidade e imprevisibilidade. (OLIVEIRA, 2012 p.71)

Diante desse entendimento, interpreto o conflito instalado na região como um contexto de crise crônica no qual proliferam diferentes formas de violências. Violências essas que produzem diferentes processos sociais, que se interconectam e se intercalam, tais como sofrimento social, insegurança administrada, violência administrada, efeitos dos corpos mineralizados e criminalização dos movimentos sociais.

Tratar sobre as comunidades atingidas pelo empreendimento é também compreendê-las sob a ótica do *deslocamento in situ* (FELDMAN et al, 2003). Processo entendido como um deslocamento em que o atingido não é deslocado da sua localidade, mas tem “suas condições de existência significativamente alteradas, modificando sua posição social, em especial suas condições de vulnerabilidade e risco” (ZHOURI et al, 2013, p.8). Nessa medida, o deslocamento compulsório compreende o deslocamento físico, como também abarca as condições de insegurança e vulnerabilidade a que as famílias são expostas perante aos projetos de “desenvolvimento”.

Portanto, a partir das histórias e das narrativas de resistências dos atores apresentados anteriormente, pretendo com esta dissertação trazer à superfície as violências cotidianas às quais as comunidades da região foram expostas. Registrar que a invisibilidade dessas violências advém de uma racionalidade tecnicista praticada pelo Estado, a qual, para ser reconhecida, precisa ser medida, calculada e numerada. Nesse sentido, tendo como referência de fundo a ideia de efeitos derrame

(GUDYNAS, 2016) da mineração, pretendo remeter os processos cotidianos vivenciados pelos moradores atingidos a várias instâncias políticas e institucionais, que extrapolam o local e estão interligados a processos globais de dominação relativos ao modo de produção capitalista.

Assim, no capítulo 2 tratarei, em uma perspectiva teórica, os conceitos de extrativismo e neoextrativismo, o discurso do desenvolvimento e os seus efeitos no território a partir da mineração. Trabalhei com autores como: Gudynas (2009, 2012, 2016), Zhouri, Bolados e Castro (2016), Esteva (2000), Porto-Gonçalves (2006), entre outros.

No capítulo 3 apresentarei as narrativas dos três atingidos mencionados anteriormente, que, a partir das suas experiências vividas, narram as violências cotidianas às quais estão sujeitos pelos processos oriundos das múltiplas práticas de *extrahecciones*. Compõem essas narrativas os depoimentos, as denúncias e os documentos de outros sujeitos que também vivenciam as mesmas formas de violências cotidianas do empreendimento Minas-Rio. Utilizei autores como: Gudynas (2009, 2012, 2016), Zhouri, Bolados e Castro (2016), Oliveira (2014), Santos (2014), Araújo (2013a), Araújo (2013b), Santos (2007) entre outros.

1.1: O percurso da pesquisa e notas metodológicas

Após dois anos sem retornar ao município Conceição do Mato Dentro, voltei à região em fevereiro 2016 para iniciar os trabalhos de campo relacionados à minha pesquisa de mestrado. Na última vez em que eu havia estado no local, o empreendimento Minas-Rio ainda não tinha obtido a licença de operação da Etapa 1. Portanto, o meu retorno se inseria em um contexto posterior a dois eventos marcantes para os atingidos da mineração. O primeiro acontecimento foi a concessão da licença de operação da mineração, em setembro de 2014¹⁵, reunião descrita brevemente na introdução desta dissertação. O segundo evento que compõe o cenário do meu retorno foi o desastre tecnológico em Bento Rodrigues (Mariana-MG), em novembro de 2015. Esse desastre possibilitou tornar real aos olhos da sociedade (Estado, empresa, cidadãos) os riscos de se viver à jusante de uma barragem de rejeitos de mineração.

A princípio, fui a campo com a proposta de continuar a pesquisa iniciada em minha monografia sobre a mediação de conflitos. Portanto, meu tema inicial era pesquisar as consequências da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o MPMG e a mineradora Anglo American, em maio de 2013¹⁶, e as novas formas de mediação de conflito possibilitadas por esse termo a partir da introdução de dois novos atores: Cáritas e o Polos de Cidadania. A primeira é uma instituição associada à Igreja Católica. Já o segundo é um programa interdisciplinar de pesquisa e extensão associado à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

As duas instituições foram convidadas pelo MPMG a executar projetos em âmbito do Programa de Apoio a Projetos da Região Central (Proap Central), que tem como objetivos articular, coordenar e monitorar projetos que “visam transformar a realidade social e promover a eficácia dos direitos fundamentais” (MPMG, 2015) nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de

¹⁵ Reunião descrita brevemente na introdução desta dissertação

¹⁶ Para saber mais, ver Prates, C. 2014.

Minas e Dom Joaquim. Assim, iniciei a minha pesquisa de campo em diálogo com essas duas instituições e tive a oportunidade de acompanhar alguns projetos que estavam sendo implantados naquele período.

Ainda durante a incursão ao campo, em fevereiro, eu tive a possibilidade de me aproximar de um atingido, o Pedro, da comunidade do Turco, que entrou no movimento dos atingidos após a operação do empreendimento. Segundo ele, os motivos que o fizeram entrar para o movimento dos atingidos foram os efeitos da operação da mineradora em sua comunidade, como os tremores nas casas oriundos do funcionamento do mineroduto, o assoreamento de nascentes e diminuição da quantidade de água disponível para o abastecimento das residências e a desestruturação da agricultura local. Em conversa com uma atingida da mesma comunidade do Pedro, ela relatou que os tremores em sua casa assemelhavam-se com o que ela entendia ser um terremoto, devido à sua intensidade, e que teriam causado rachaduras nas casas e perdas de telhas da cobertura do seu domicílio.

Nesse período também, tive a oportunidade de visitar Água Quente e Passa Sete¹⁷, comunidades do entorno do empreendimento. Fui à casa de algumas famílias e me deparei com relatos de uma realidade de violências cotidianas que haviam se intensificado devido ao acúmulo das violações de direitos humanos, cometidas pela empresa nas fases anteriores ao licenciamento ambiental, e aos novos efeitos oriundos da operação do empreendimento Minas-Rio. Somou-se a esse cenário, as consequências da tragédia de Mariana, que alarmou ainda mais os moradores quanto aos riscos e perigos de se viver à jusante da barragem de rejeitos.

Naquele momento, embora eu houvesse ido até suas casas, para retomar contatos e conversar sobre os projetos de reestruturação produtiva proposta pelo MPMG e executado pela Cáritas, foram feitos relatos dolorosos sobre como é conviver com o medo de a barragem se romper, sobre as dores no corpo por ter que carregar galões de água para casa, sobre a tristeza de se viver sem água para nadar, pescar ou regar uma horta e sobre o mal-estar de se conviver com a “catinga”¹⁸ da barragem.

Diante daqueles relatos, a todo o momento eu relembra da 86ª reunião da URC-JEQ, que deliberou sobre a LO e as violências cometidas naquele contexto, que apareciam refletidas no cotidiano dessas pessoas. As narrativas que ouvi me instigaram a aprofundar nos processos de violência oriundos de um contexto mais amplo, o do neoextrativismo.

O meu retorno para Belo Horizonte foi repleto de questionamentos, principalmente quanto à pertinência do objetivo principal da pesquisa. Entendo que o trabalho de campo é um processo dinâmico e, à luz das ideias de Brandão (2007),

[um] envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas, como contexto da pesquisa e assim por diante, como dados do próprio trabalho científico. Ou seja, como dados que, em vez de serem tomados como alguma coisa que se põe contra e precisa ser controlada, são tomados como alguma coisa que faz parte da própria prática do trabalho de campo. (BRANDÃO, 2007, p.12)

¹⁷ Visitei a comunidade do Passa Sete em atividade de campo pelo GESTA-UFMG em 2013.

¹⁸ Expressão local frequentemente proferida pelos moradores da região.

Por isso, compreendi que a partir da minha relação interpessoal com os atingidos e das observações que eu havia feito em campo, era pertinente a mudança do objetivo da pesquisa. Portanto, também como foi frisado por Brandão (2007), não é porque o trabalho passa pelo domínio do subjetivo e pelas relações interpessoais que a pesquisa tem um caráter “espontaneísta”(p.12). Essas relações e os próprios dados subjetivos são elementos fundamentais para a constituição do método de trabalho, denominado pelo autor como “observação participante” (p.12).

Nesse sentido, para a constituição do presente trabalho, foi utilizada a metodologia desenvolvida por Gluckman (1987) e Van Velsen (1987), denominada de “método de estudos de caso detalhado” ou “análise situacional”. Esse método trata diferentes eventos como processos sociais, possibilitando, assim, analisar os processos sociais no tempo e no espaço. Adota-se uma perspectiva histórica dos processos. Portanto, fez-se necessário compreender as situações sociais de acordo com as interconexões:

No campo da realidade, os efeitos e as causas não são apenas interdependentes, como também cada evento causal torna-se, por sua vez, um efeito e cada evento é produzido por muitas causas e produz muitos efeitos. (Gluckman, 1987, p. 301).

Assim, após minha inserção no “Caso Conceição”, no processo de licenciamento da etapa 1, tive a possibilidade de compreender as diferentes fases do conflito ambiental de mineração em CMD e, a partir desse conhecimento, compreender os processos das violências cotidianas. Além disso, ao trabalhar com o método de análise dos casos desdobrados, também tenho a possibilidade de compreender os eventos nas diferentes escalas, permitindo dialogar com as interconexões entre o global e o local.

Para tecer o trabalho, além de visitas a campo, participação em reuniões e nas audiências públicas, analise outros materiais complementares. Como expõe Van Velsen (1997), para compor o quadro de análise, também é necessário buscar outros tipos de informações, “como, por exemplo, a memória dos informantes, registros do tribunal de justiça e outras fontes documentadas ou não” (p. 36). Portanto, também compilei dados oriundos de documentos do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria Pública, atas de reuniões e documentos dos órgãos ambientais, documentos produzidos pelos atingidos e reportagem da mídia local e nacional. Os materiais utilizados para a coleta de dados foram: diário de campo, gravador e máquina fotográfica.

1.2 : O retorno à comunidade Passa Sete

“Para mim, o trabalho de campo é uma vivência (...), ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento (...)” (BRANDÃO, 2007, p. 12). A partir dessa fala de Brandão, compreendo o meu trabalho de campo como um compartilhamento de conhecimento, sendo eu a aprendiz em praticamente todo o tempo em que eu estive na região. Através da convivência, das conversas informais, dos cafés, dos ensinamentos, das idas às hortas e aos quintais.

Como em minha primeira incursão a campo, as narrativas de violências, sofrimentos, dores e perdas se evidenciaram no meu encontro com os atingidos. Retornei à região para compreender essas vivências e as resistências, também cotidianas, a partir do contexto de expropriação a que

aquelas famílias foram sujeitadas. Vivências essas que eu trouxe a partir dos depoimentos que foram coletados nas entrevistas semiestruturadas, conversas informais e através da minha experiência dos dias que passei na casa de Dona Graça.

Ressalto que, nesse trabalho, compreendi as narrativas cotidianas como formas de resistências. Segundo Scott (1985), “essas formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes rurais subordinadas que vivem em difíceis condições” (p.24). Nesse sentido, inspirada em Oliveira (2012), compreendo que as narrativas proferidas pelos atingidos são “formas de compartilhar a tragicidade dos dramas vivenciados” (p.68), sendo fundamental para a resiliência daqueles que narram, já que “o ato de narrar permite reenquadrar os eventos a fim de torná-los significativos e não despropositados” (OLIVEIRA, 2012, p. 69). Em diálogo com Das (1995), Oliveira (2012) compreende que como a escrita não faz parte da centralidade da vida daquelas pessoas, o ato de narrar permite que sejam questionadas as inter-relações que envolvem narratividade, subjetividade e poder (p.69).

Desta forma, trazer as narrativas dos sujeitos para minha pesquisa significa compreender como as estruturas globais interferem na vida cotidiana dessas pessoas, expor as violências invisíveis às instituições burocráticas e compreender, a partir das teias de significados, como as comunidades têm se reinventando nesse contexto de crise.

Destaco também que o meu objetivo da pesquisa não foi “dar voz à comunidade” ou falar por ela. Zhouri e Oliveira (2012) assinalam o perigo do ventriloquismo¹⁹, quando o pesquisador fala pelo outro, desautorizando-o. Nesse sentido, a partir de uma postura crítica e através de um olhar situado, compreendendo no

horizonte reflexivo esse conjunto de relações, esboçamos tentativas de nos tornar responsivos sobre aquilo que aprendemos a ver a partir do lugar em que nos situamos, social e cognitivamente, nas experiências e nas interações que desenvolvemos com nossos sujeitos de pesquisa (ZHOURI e OLIVEIRA, 2012, p.104-105)

Diante dessa perspectiva, adoto como estratégia de escrita nesta dissertação a composição das falas e narrativas dos atingidos no mesmo tamanho da fonte do meu texto, como forma de enfatizar que essas falas são tão importantes quanto a minha, e as diferencio somente pelo recuo no texto.

Nas páginas seguintes, farei uma discussão teórica sobre o neoextrativismo e o discurso do desenvolvimento, com o objetivo de apresentar ao leitor o contexto global em que se insere o conflito dos atingidos pelo Minas-Rio. Em seguida, faço uma breve menção do histórico da mineração no Brasil e em Minas Gerais, e depois apresento o processo de licenciamento ambiental que constituiu o contexto de violências na qual a minha pesquisa se insere.

19 Significa que a “efetividade dessa representação se baseia em operações de distanciamento. O representado deve retirar-se dos nexos discursivos e não discursivos que o rodeiam e o constituem e ressituar-se no domínio autoritário do representante” (HARAWAY, 1999 apud ZHOURI e OLIVEIRA, 2012, p.87)

CAPÍTULO 2: Neoextrativismo e seus efeitos

A mineração é uma atividade econômica que, ao longo dos séculos e no mundo inteiro, tem gerado inúmeros conflitos ambientais, principalmente os territoriais (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010). Para compreender a dimensão dos efeitos desse tipo de empreendimento, é importante ter em mente que a instalação de uma mina em determinado local demanda uma gama de estruturas, além da cava propriamente dita. O transporte do minério até o seu destino final necessita de rodovias, ferrovias, minerodutos e portos. Também é preciso que haja formas de fornecimento de energia, o que no Brasil, se dá através de hidrelétricas e linhas de transmissão. Além disso, faz-se necessária uma abundância de água, tanto para a bacia de rejeitos quanto para o transporte do minério, em caso de empreendimento conter um mineroduto. (WANDERLEY, 2012). Conceitualmente, o projeto Minas-Rio é considerado uma mega-mineração a céu aberto, devido à necessidade de estruturas adjacentes instaladas para a sua operação: mina, pilhas de estéril, adutora de água, barragem de rejeitos, dique, mineroduto, linha de transmissão e outras estruturas complementares.

Em linhas gerais, a mineração em CMD faz parte de uma racionalidade que incorpora o discurso de desenvolvimento como a única solução para o crescimento econômico e se apropria da natureza de forma violenta. Essa racionalidade faz parte do modo como Gudynas (2016) compreende o extrativismo. Segundo o autor, compõem o extrativismo atividades econômicas que possuem um caráter de expropriação social e ambiental, causando efeitos potencialmente degradadores nos territórios. Essas atividades possuem como *modus operandi* a remoção de grandes volumes de recursos naturais, a alta intensidade de efeitos degradadores no ambiente e a não produção de bens manufaturados, somente extração de matéria prima.

A mega-mineração a céu aberto, a exploração de minério e do gás natural, o monocultivo para exportação e atividades de apropriação extensiva da natureza constituem exemplos do extrativismo. Ainda segundo o autor, complementam as características operacionais dessas atividades a instalação e a operação em território específico, localizado, enquanto a produção é destinada para o mercado global. Por esse motivo, tanto o preço quanto a demanda também são definidos pelos os agentes internacionais.

Porém, por mais que o extrativismo ocorra em âmbito local, Gudynas (2016) expõe que os efeitos dessa atividade se “derramam” por todo o território, afetando os entendimentos e sentidos das diversas políticas públicas, como as ambientais, as sociais, as econômicas e também os sentidos de entendimento do que sejam desenvolvimento, política, justiça, democracia e natureza. (GUDYNAS, 2015). Além disso, esses efeitos derrame são multidimensionais, pois atingem os aspectos sociais, econômicos, ambientais e territoriais. Impactos esses que se relacionam entre si.

Nos anos 2000, o extrativismo tem se reestruturado na América Latina, passando a ser chamado por Gudynas de neoextrativismo. O conceito remete à idéia de *reprimarização da economia*, originada por alta demanda do mercado internacional e que tem levado os países da América do Sul a essa nova inserção econômica. Esse processo foi adotado tanto pelos governos liberais quanto

pelos governos progressistas do continente sul-americano. (GUDYNAS, 2009, GUDYNAS, 2015 E ZHOURI, BOLADOS e CASTRO, 2016). O neoextrativismo advém de um processo de retomada dos programas neodesenvolvimentistas na reformulação de políticas nacionais, que ocorreu em função das pressões do mercado internacional e da reestruturação econômica neoliberal iniciada nos anos 90. Ainda segundo as autoras, esse processo se consolidou em um período em que as lutas sociais para construção de uma sociedade plural conquistavam vitórias relevantes para o movimento. (ZHOURI, BOLADOS e CASTRO, 2016).

Em resposta aos conflitos sociais desencadeados entre os anos de 1950-1970 em todo o mundo, como as revoltas estudantis (em Paris, Milão, México, Rio de Janeiro e São Paulo), os movimentos de libertação nacional e as mobilizações socialistas advindas da Revolução Cultural na China, de Che Guevara na América Latina e do Socialismo com Rosto Humano na Primavera de Praga, a globalização neoliberal surge negando grande parte das demandas exigidas por esses movimentos sociais. (PORTO-GONÇALVES, 2006.) Diante desse fato, como uma resposta política, o neoliberalismo revoluciona de forma profunda a tecnologia, intensificando a “reprodução das assimétricas relações sociais e de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 19). Constituiu-se, assim, um mundo sem fronteiras que facilita a livre circulação (de bens, mercadorias e fluxos financeiros), um Estado mínimo (de flexibilização generalizada das normas, chegando até as relações sociais), uma mídia que opera na reafirmação do capitalismo (na instrumentalização do desejo e no fetichismo das mercadorias), a criminalização das lutas sociais e a institucionalização da questão ambiental (criando um paradoxo reformador e perdendo seu viés transformador) (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Assim, na América Latina, como consequência dessa reestruturação econômica e política, via neoliberalismo, estabeleceu-se um processo denominado por Svampa (2013) de *Consenso de Commodities*, que significa o direcionamento da economia para a exportação de bens primários em grande escala. A autora utiliza o conceito de *commodities* em um sentido amplo, relacionando-o com qualquer tipo de produto que tenha seu valor demarcado pelo mercado internacional, ou ainda, com qualquer produto que possua uma demanda global, de baixa tecnologia para a produção e ainda tenha os preços estipulados pelo mercado. Os produtos que se enquadram nesse conceito são os primários, destinados às indústrias, como: soja, milho, trigo, gás, petróleo, ferro, cobre e ouro.

Nesse sentido, todo esse cenário de reformulação da economia global foi justificado por um discurso do desenvolvimento baseado na perspectiva econômico-financeira que se iniciou no século XIX. Esse discurso, consolidado como hegemônico, pautou as ações políticas e econômicas dos países, principalmente os do Norte. Nesse sentido, firmou-se como uma racionalidade própria e dominante que tem como fundamento principal a justificativa do capitalismo em sua forma mais “primitiva”, degradadora e expropriatória.

2.1: Discurso do desenvolvimento e as suas implicações

Discutir desenvolvimento é ter em mente que estamos falando de um projeto econômico, político e ideológico que carrega em suas bases relações desiguais de poder. De acordo com Porto-Gonçalves (2006), desenvolvimento significa *dominação da natureza*, ou seja, ser desenvolvido é ser

industrializado, urbano e civilizado: “é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria” (p. 62).

Nesse sentido, Esteva (2000) analisa que o termo desenvolvimento corresponde a um discurso que remete ao crescimento, evolução e avanço. Concepção essa originária da biologia evolucionista do século XIX e que foi transportado para a economia a partir de uma ideologia disseminada pelo presidente americano Truman, no período pós-guerra, para justificar as ações econômicas intervencionistas do seu país. Nesse mesmo período, surgiu também a categoria “subdesenvolvimento”, indicando que os países não industrializados ou pouco industrializados eram considerados atrasados economicamente em relação aos países desenvolvidos. Segundo o autor, de um dia para outro, dois bilhões de pessoas foram consideradas pobres.

Desde então, sair da condição de subdesenvolvido tornou-se objetivo dos países considerados “atrasados”. O modo de produção industrial que era considerado somente um modelo econômico entre tantos outros, tornou-se o estágio final da evolução social. (ESTEVA, 2000). Carregada de sentidos que evocam uma condição de superioridade em relação ao que passou a ser considerado atrasado, a categoria “desenvolvimento” criou hierarquias para que se acreditasse na possibilidade de alcançar um futuro melhor.

A partir desse contexto, o discurso do desenvolvimento forneceu os alicerces políticos e ideológicos para ações destinadas aos países do “Sul”. Segundo Sachs (2000), essas concepções de desenvolvimento configuram uma “percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões” (p. 12). Assim, os países considerados subdesenvolvidos iniciaram sua corrida “contra o tempo”, focaram suas políticas no incentivo ao modelo de produção econômica industrial, partindo da premissa de que através da industrialização desenfreada iriam alcançar o seu “lugar ao sol”: “ao se libertarem do jugo colonial, todos os países do sul, fossem esses democracias ou ditaduras, proclamavam como sua aspiração primordial o desenvolvimento” (SACHS, 2000, p.11). Em paralelo às ações dos países do Sul, as nações desenvolvidas investiam no avanço das tecnologias de ponta.

Nesse sentido, o desenvolvimento foi consolidado entre os anos 1950/60 como um projeto civilizatório para o qual era necessário subsumir as diferenças, intensificar as desigualdades sociais e dominar a natureza. O desenvolvimento como um projeto civilizatório foi implantado por agentes que se consolidavam como oligarquias dominantes em escala mundial, como instituições financeiras, industriais de capital internacional em parceria com a burguesia nacional desenvolvimentista do Terceiro Mundo, as oligarquias latifundiárias e governos civis e militares, tanto em países que continham preceitos liberal e capitalista quanto socialdemocrata e socialista.

Entretanto, foi nesse mesmo período que o modelo econômico de industrialização desenfreada e crescimento a qualquer custo passou a apresentar fissuras e as contradições do desenvolvimento ficaram cada vez mais latentes. Movimentos sociais de diferentes segmentos (ambientalistas, feministas, raciais, povos da floresta etc.) passaram a questionar esse projeto político, econômico e ideológico quanto à sua viabilidade, homogeneização das identidades e não redução das desigualdades sociais.

Embora o desenvolvimento fosse posto como a solução para a diminuição da pobreza, na realidade, esse modelo econômico não reduziu as desigualdades sociais, mas levou à sua intensificação. Outro discurso contestado pelos movimentos sociais estava relacionado ao fato de que “o desenvolvimento era para todos”. Essa “igualdade” pregada pelo discurso hegemônico exigia que a “igualdade” fosse nos padrões ocidentais europeu e norte-americano, ignorando as diferenças. Grupos ou sociedades que não possuíam o mesmo padrão almejado pelo desenvolvimento eram considerados atrasados, primitivos e arcaicos. Além disso, a matéria prima que alimenta o desenvolvimento estava dando claros sinais de colapso. A sociedade moderna percebeu que os recursos naturais se esgotavam, que o ar contaminado causava doenças e chuvas ácidas, que a água poluída já não tinha utilidade e que a terra degradada necessitava de anos para se recuperar. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Entretanto, mesmo com as diversas lutas sociais para desmitificar a lógica autodestrutiva do desenvolvimento, essa racionalidade evolucionista se consolidou como uma lógica dominante no sistema ocidental moderno, no qual impera o paradigma do pensamento cartesiano, que insiste em homogeneizar os diferentes modos de vida, apropriando-se dos territórios e expondo-os a diferentes formas de risco. (ZHOURI, BOLADOS e CASTRO, 2016).

Nesse sentido, o campo do desenvolvimento se consolidou em uma realidade em que grupos distintos estão em relações desiguais de poder e ocupam posições divergentes. A composição desse campo se dá pelos diferentes atores: populações locais, empresários de capital privado, funcionários e políticos dos diferentes níveis do governo, empresários de instituições desenvolvimentistas, ONG's, sindicatos, universidade, setores da igreja, dentre outros. Esses atores se relacionam através dos interesses por acumulação econômica e política ou por divergências nas concepções das lógicas de apropriação do território. (RIBEIRO, 2014).

Assim, a atividade minerária se enquadra no discurso do desenvolvimento econômico, pois envolve interesses públicos e privados em torno da acumulação de capital que, segundo Oswaldo Sevá (2010), corresponde “à acumulação do capital em grande escala, ampliação da economia mercantil, apropriação de terras, rotas e recursos” (p. 115), violentando territórios, natureza, culturas e almas.

2.2 Neoextrativismo no Brasil – breves anotações

O Brasil, devido à sua extensão territorial, possui uma diversidade de recursos minerais. Ocupa, assim, as primeiras posições no ranking da exportação de alguns minerais, tais como: 1º lugar em exportação de nióbio, 2º lugar em exportação de minério de ferro, manganês, tantalita e bauxita e 3º lugar de exportação de grafita (IMBRA, 2011). Segundo Malerba (2012), a extração de minério no Brasil aumentou consideravelmente a partir dos anos 2000; o estado do Pará, por exemplo, iniciou os anos 2000 produzindo 4 bilhões de reais em minério, e em 2011 o valor da produção atingiu 25 bilhões de reais.

Na Amazônia, nos últimos anos, surgiram novas frentes de extração mineral. Em Carajás houve ampliação da produção de ferro e manganês e em Juriti também se iniciou a exploração de Bauxita. Malerba (2012) também destaca que está prevista a construção de 20 novas hidrelétricas em

todo o território amazônico. Segundo a autora, esses dados mostram o avanço da fronteira de produção energética e de exploração mineral no mesmo espaço amazônico. Em Minas Gerais, esse contexto não é diferente, haja vista as descobertas de jazidas de ferro na Serra do Espinhaço, entre Conceição do Mato Dentro e Serro, e no Norte do Estado, em Rio Pardo de Minas, Grão Mogol e Salinas. Além da implantação do mineroduto Conceição do Mato Dentro (MG)-São João da Barra (RJ), estão previstos oito novos projetos de implantação dessa mesma estrutura no estado. (ZHOURI, 2014).

Todo esse contexto, desenhado desde o início dos 90, foi reforçado no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio da Silva, em 2003, que continha em seu projeto econômico prioridades como:

Investimento em infraestrutura, estímulo de investimento residencial para combater os déficits habitacionais, estabelecimento de créditos acessíveis para grupos menos favorecidos, uma política interna que visa o aumento de consumo das famílias através da elevação do salário mínimo, expansão do emprego formal e uma política de intervenção no mercado priorizando a distribuição de renda mais equitativa, como por exemplo, o Bolsa Família; a política externa independente dos países centrais que busca estreitar as relações com as outras nações da América Latina e com os países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) (LASCHEFSKI, 2014, p. 244 e 245)

Todos esses pontos foram baseados na política neodesenvolvimentista introduzida nos países latinos a partir da década de 90. O autor ainda explica que diversas medidas econômicas e projetos de infraestrutura propostos pelo governo anterior foram implantados. Entretanto, as políticas progressistas inseridas pelo então presidente do PT utilizavam recursos financeiros advindos da participação nos lucros dos produtos extrativistas, diferenciando-se, nesse aspecto, de um governo liberal.

Diante desse cenário, em que o governo federal prioriza as políticas de ajuste fiscal e a formação dos superávits comerciais, Zhouri (2104) aponta que “os instrumentos normativos de regulação ambiental vêm sendo considerados entraves ao desenvolvimento e sendo flexibilizados” (p.83), ocorrendo assim um processo de desregulação ambiental, no qual, leis e normas foram e/ou estão sendo revisadas e instituições ambientais atuando de forma inadimplente em suas funções. Como exemplo estão a alteração do código florestal, a aprovação do projeto de lei em Minas Gerais para tornar o licenciamento ambiental ágil, tentativas de alteração do marco regulatório da mineração e de agilidade do processo de licenciamento em um nível federal. Concomitante com a flexibilização e a desregulação ambiental, ocorrem desastres socioambientais, como o rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco (Vale e BHP) em Mariana, Minas Gerais, considerado um dos maiores desastres tecnológicos da América Latina.

Todo esse contexto de alteração das normas, leis e direitos tem desencadeado um processo denominado por Gudynas (2016) de “extrahecciones”, sendo mais um efeito derrame do extrativismo. Segundo o autor, são formas de violência que se derramam em todo território através das instituições que solapam os movimentos de resistência e criminalizam as os atingidos locais.

Porém, como dito anteriormente e também demonstrado no preâmbulo desta dissertação, os sujeitos sociais atingidos não estão passivos nesse processo. Organizam-se em redes e movimentos de resistência. Como exemplos, podem ser citados movimentos como: Rede de Articulação e Justiça

dos Atingidos do Projeto Minas-Rio (REAJA), Atingidos pela Vale, Movimento pelas Serras e Águas de Minas, Movimento Atingidos pela Mineração (MAM), Movimento Atingidos por Barragem (MAB), Movimento Sem Terra (MST), organizações dos povos e comunidades tradicionais, como os geraizeiros, quilombolas, indígenas, dentre outros.

2.3 Minas Gerais e a nova fronteira minerária

Iniciada em 1500, a formação territorial do Brasil é marcada pelas “vicissitudes das disputas econômicas e territoriais que se travavam entre as potências europeias” (CARNEIRO, 2016, 256) e pela expropriação dos povos indígenas. Após períodos de disputas com potências europeias e a consolidação do domínio Português sobre o litoral brasileiro, o século XVII foi marcado por campanhas que incentivaram o avanço da fronteira ao interior do país, nos “sertões”.

Em 1676, o paulista Salvador Furtado de Mendonça e sua bandeira descobriram ouro de aluvião na beira do rio em uma região denominada por eles de “Mata Cavalos”, (ALMEIDA COSTA, 2003) atualmente, Mariana (MG). Ao ser constatado que a região era promissora em metais preciosos, iniciou-se um processo de ocupação regional, fundando-se, assim, a região mineradora do Brasil colonial, denominada de Minas Gerais (ALMEIDA COSTA, 2003). Entretanto, foi somente a partir do início do século XVIII que o local passou a ser intensamente povoado.

Alguns autores (ALMEIDA COSTA, 2003; BRITO, 2013; entre outros) apontam que o início da ocupação do estado de Minas Gerais não se deu pela mineração de ouro, mas sim pelos currais da Bahia. Segundo esses estudiosos, o governo da capitania da Bahia distribuiu, entre os anos de 1670 e 1690, grandes extensões de terras que atualmente compõem o Norte de Minas Gerais. Regiões essas marcadas pelos comércios e circulação de mercadorias e gente. Inicialmente, o fluxo de produtos abastecia os engenhos e, posteriormente, as minas (BRITO, 2013).²⁰

Devido ao fluxo de pessoas atraídas pela mineração de ouro, a região desenvolveu uma “agricultura mercantil de subsistência (...) e uma forte indústria artesanal doméstica, constituída, especialmente, de pequenas forjas de ferro e oficinas têxteis” (CARNEIRO, 2016, p. 258). Assim, os séculos XVIII e XIX foram marcados pela expansão desses dois setores econômicos através de “intensos processos de expropriação, êxodo, escravização, aldeamento e morticídio dos povos indígenas” (CARNEIRO, 2016, p. 258) no território mineiro e do gerais.

A industrialização no estado de Minas Gerais foi tardia em relação à região de São Paulo, como aponta Carneiro (2016). Devido ao fraco capital econômico da burguesia mineira para financiar a industrialização, o processo ocorreu pela mobilização política nacional através do investimento estrangeiro no local. Assim, constituiu-se um “complexo mineiro-siderúrgico” no qual a composição se deu por: mineração, captação e bombeamento de grande quantidade de água, infraestrutura para transporte do minério, cultivo, corte e transporte de monocultivo (eucalipto), hidrelétricas, linhas de transmissão e edificação de plantas industriais (CARNEIRO, 2016). Segundo o autor, essa primeira onda de industrialização concentrou-se na produção de bens intermediários – aço e cimento.

²⁰ Esses dados são importantes, pois desmitificam a concepção que o Estado de Minas Gerais surgiu através da mineração de Ouro.

O final dos anos 60 e início dos 70 foi marcado por intenso investimento do capital estrangeiro no setor mineiro-siderúrgico. Como exemplos, podemos citar a implantação de três companhias mineradoras em Mariana, iniciando um ciclo de mineração de ferro na região; os investimentos da SUDENE no Norte de Minas Gerais, para alavancar economicamente o local, e a instalação do centro industrial de Contagem, dentre outras atividades.

Entretanto, com a crise do capital no final dos anos 70 e início dos 80, a política de investimento na industrialização pelo Brasil modificou-se, passando de investimentos massivos na industrialização para o foco na exportação de commodities. Segundo Carneiro (2016), esse momento coincidiu com

o avanço dos grandes conglomerados de capital sobre as riquezas públicas e coletivas. Enormes volumes de capitais de excedentes passam a exigir trânsito livre pelo globo, à caça de investimentos que se façam lucrativos mediante à apropriação privada, via coerção estatal (legalizada ou não), das riquezas que estavam sob controle público ou coletivo (p. 263).

As consequências desse processo, segundo o autor, foram o desmonte, a flexibilização e a precarização das instituições brasileiras. Os governos nacionais passam a investir em infraestrutura para atrair investimentos estrangeiros, entretanto, devido ao elevado gasto público, ocorre a “explosão da dívida pública” (CARNEIRO, 2016). Assim,

os custos do endividamento público passam a superar os ingressos obtidos com os investimentos que se financiam por meio desse endividamento. Nesse quadro, o Brasil ingressa nas décadas de “ajuste” neoliberal, que perduram até os dias de hoje, abandonando as pretensões de constituir-se como economia de acumulação autossustentada (CARNEIRO, 2016, p. 264).

Assim, é desencadeada no país uma estratégia para a obtenção de superávits primários mediante à exportação de *commodities*, com o investimento nos bens primários pelos quais o Brasil poderia oferecer vantagens econômicas, como por exemplo, o minério de ferro. Para a concretização desse processo, o governo passou a investir em obras de infraestrutura, como hidrelétricas, transposição do rio São Francisco, dentre outras, para auxiliar e atrair investimentos estrangeiros nas atividades relacionadas ao extrativismo, principalmente mineral.

No início do século XXI, a demanda por minério de ferro nos países estrangeiros, principalmente a China, impulsionou a busca por novas jazidas em todo o território Brasileiro. Nesse sentido, empresas transnacionais de capital estrangeiro aumentaram os registros dos “direitos minerários, e concessões de lavra passaram a ser deferidas pelo DNPM (...). Por sinal, os direitos minerários se tornaram o mais fidedigno protocolo de intenções das corporações, revelando também os seus novos alvos estratégicos” (RIBEIRO, 2015, p. 33).

Além do aumento considerável da demanda por minério, principalmente de ferro, pela China, os aumentos dos preços e a escassez mineral das melhores jazidas de minério do país, dentre elas, Carajás e o quadrilátero ferrífero, fez com que o setor mineral buscasse dois caminhos para a intensificação e a expansão da atividade. Segundo Milanez (2012), esses caminhos seguiram dois movimentos: a intensificação da exploração das áreas já consolidadas de extração mineral, que não eram suficiente para atender a demanda estrangeira, bem como a abertura de novas jazidas em territórios que até então ainda não tinham sido explorados, como a serra do espinhaço.

Essa nova expansão se caracteriza por megaempreendimentos em que as suas estruturas compõem mina, mineroduto e porto. Nesse sentido, os novos empreendimentos tinham como base a

“exploração minerária baseada em moderna tecnologia, que permite a exploração em larga escala de itabiritos com baixo teor de ferro” (ZHOURI, 2014, p. 123). Através da exploração da cava desses empreendimentos, pretendem garantir uma produção entre 20 e 25 milhões de toneladas/ano (Mtpa), valores considerados elevados em comparação com as minerações mais antigas do estado. Os minerodutos, por sua vez, se configuram como alternativas rentáveis de transporte do mineral em relação às ferrovias e a instalação de novos portos ampliou a zona portuária na costa brasileira. (RIBEIRO, 2015).

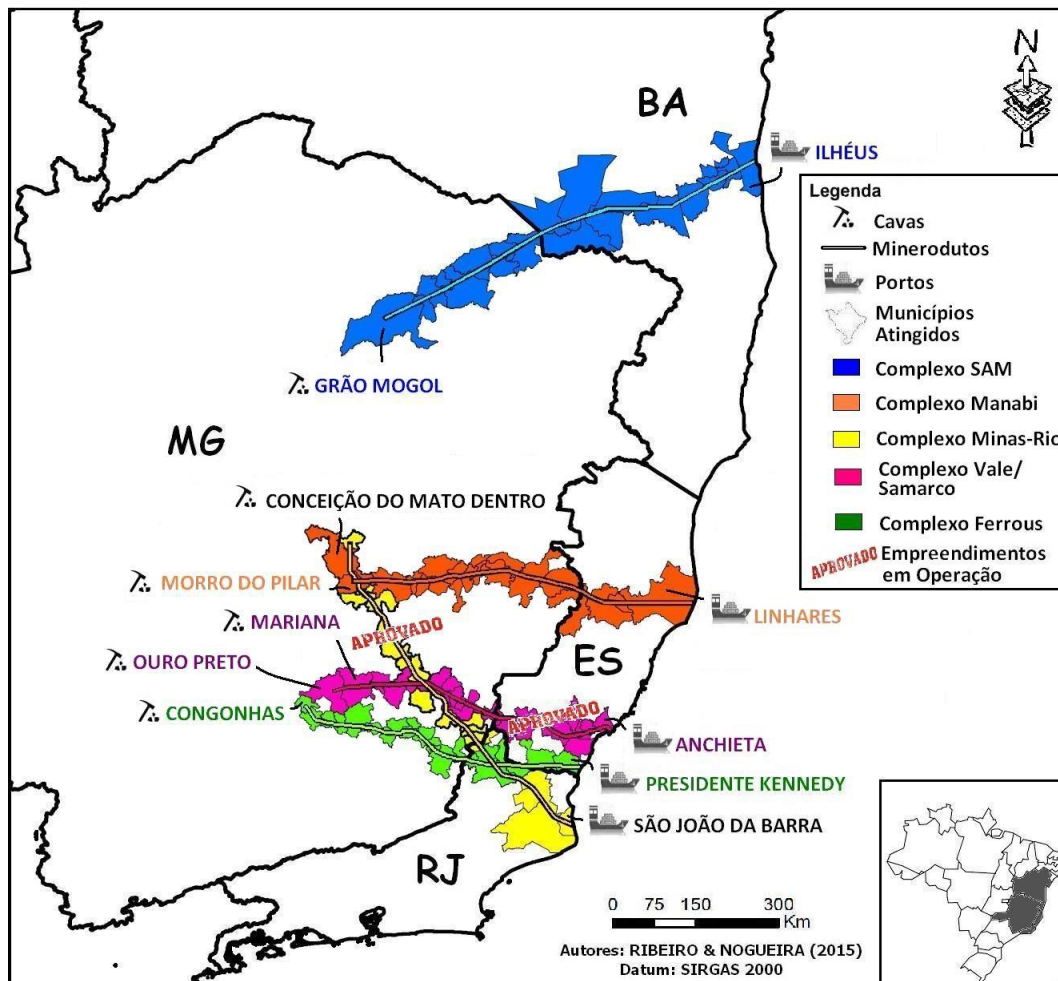


Figura 10: Mapa da Expansão da fronteira minerária no estado de Minas Gerais (Fonte: RIBEIRO, 2015, P.34)

Esse mapa apresenta os cinco projetos que iniciaram seus procedimentos administrativos em âmbito do licenciamento ambiental. Dois desses empreendimentos foram instalados, o complexo Minas-Rio (legenda amarela) e o complexo Vale/Samarco (legenda rosa). O primeiro empreendimento, localizado na serra do Espinhaço, já está na terceira etapa do licenciamento sob inúmeras denúncias quanto à sua viabilidade e legalidade. O segundo corresponde ao maior desastre tecnológico do Brasil, responsável por 19 mortes, extinção de comunidades e de uma bacia hidrográfica. Os três outros estão em fase de licenciamento e correspondem às jazidas descobertas em Rio Pardo de Minas, Grão Mogol e Salinas, às jazidas na serra do Espinhaço (empreendimento da Manabi) e à instalação de um mineroduto na região de Congonhas.

2.4: Extrativismo e o conflito

O extrativismo tem produzido conflitos por todo o continente da América do Sul. Impulsionado pelos investimentos estrangeiros, os megaprojetos e as monoculturas avançam por todo o território latino-americano, criando um processo denominado de *violência das afetações* (ZHOURI, BOLADOS, CASTRO, 2016), que segundo as autoras é um processo definido pelas economias globais que se concretizam em âmbito local. Assim fomentam a expropriação dos territórios, a desestruturação do ecossistema e o desmonte das economias regionais e locais. Segundo as autoras, juntamente com a *violência das afetações* ocorrem outras modalidades de violência, como “as violências epistêmicas, simbólicas e raciais (...)” (p.15).

No entanto, agricultores, comunidades e povos tradicionais, indígenas, quilombolas e pescadores, dentre outros grupos sociais, não têm se mantido apáticos nesse processo, organizando-se em redes, movimentos sociais e grupos de resistência na luta pela justiça ambiental e social. Segundo ZHOURI et al (2005), os direitos desses grupos têm sido considerados um entrave ao desenvolvimento econômico pelos os setores privados e governamentais. Esse quadro de enfrentamento e resistência configura o conflito ambiental, definido por Acsehrad (2004, p. 26) como:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Portanto, o conflito surge quando ocorrem disputas entre grupos que atribuem diferentes sentidos e formas de utilização da natureza em um determinado espaço. Neste, grupos com poderes econômicos e políticos produzem processos violentos e expropriatórios em localidades que não possuem acesso ao poder, impedindo assim as formas de reprodução dos seus modos de vida, conforme dito por Acsehrad (2004, p. 15).

Na mesma direção, ZHOURI e LASCHEFSKI (2010) propõem uma tipologia de conflitos ambientais, diferenciando-os em três modalidades: *Conflitos Ambientais Distributivos*, que indicam graves desigualdades sociais em torno do acesso e utilização dos recursos naturais; *Conflitos Ambientais Espaciais*, que abrangem aqueles causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição da água e outros; e os *Conflitos Ambientais Territoriais*, que marcam situações em que exista sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.23).

A categoria analítica utilizada pelos autores Acsehrad (2004), ZHOURI et al (2005) e CARNEIRO (2005) para abordar o conflito ambiental se dá a partir da perspectiva de “campo ambiental” (ZHOURI et al, 2005), em que esse é compreendido como um espaço social de dominação e de conflitos, composto por regras próprias em que os agentes (estado, empresários,

sociedade civil organizada e comunidades) ocupam diferentes posições nesse espaço delimitado (BOURDIEU, 2002). Dentro do campo, ocorrem disputas que estabelecem relações de poder e lutas simbólicas, nas quais os grupos tentam fazer valer as suas visões e concepções de mundo (BOURDIEU, 2002). Nesse sentido, *doxa*²¹ do “campo ambiental” (CARNEIRO, 2005) é composta pela ideologia do desenvolvimento sustentável, proposta entendida como aquela capaz de manter o crescimento econômico e mitigar, por via da modernização ecológica, os impactos ambientais oriundos dos grandes projetos de desenvolvimento.

2.5 O licenciamento ambiental do empreendimento Minas-Rio, as estratégias de alegabilidade/ efeitos derrame e constituição de *modus operandi*

O empreendimento Minas-Rio, situado nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim (MG), contém três grandes estruturas: mina, mineroduto (529km de extensão) e porto (em São João da Barra- RJ). Considerado uma das maiores minerações do Brasil, obteve sua primeira licença ambiental em 2008. Desde então, atingidos, ambientalistas, movimentos sociais e universidades têm denunciado as diversas formas de desestruturação da organização social da região.

²¹ Segundo Bourdieu, (1994) a *doxa* é a ideologia dominante que se apresenta como um ponto de vista universal.

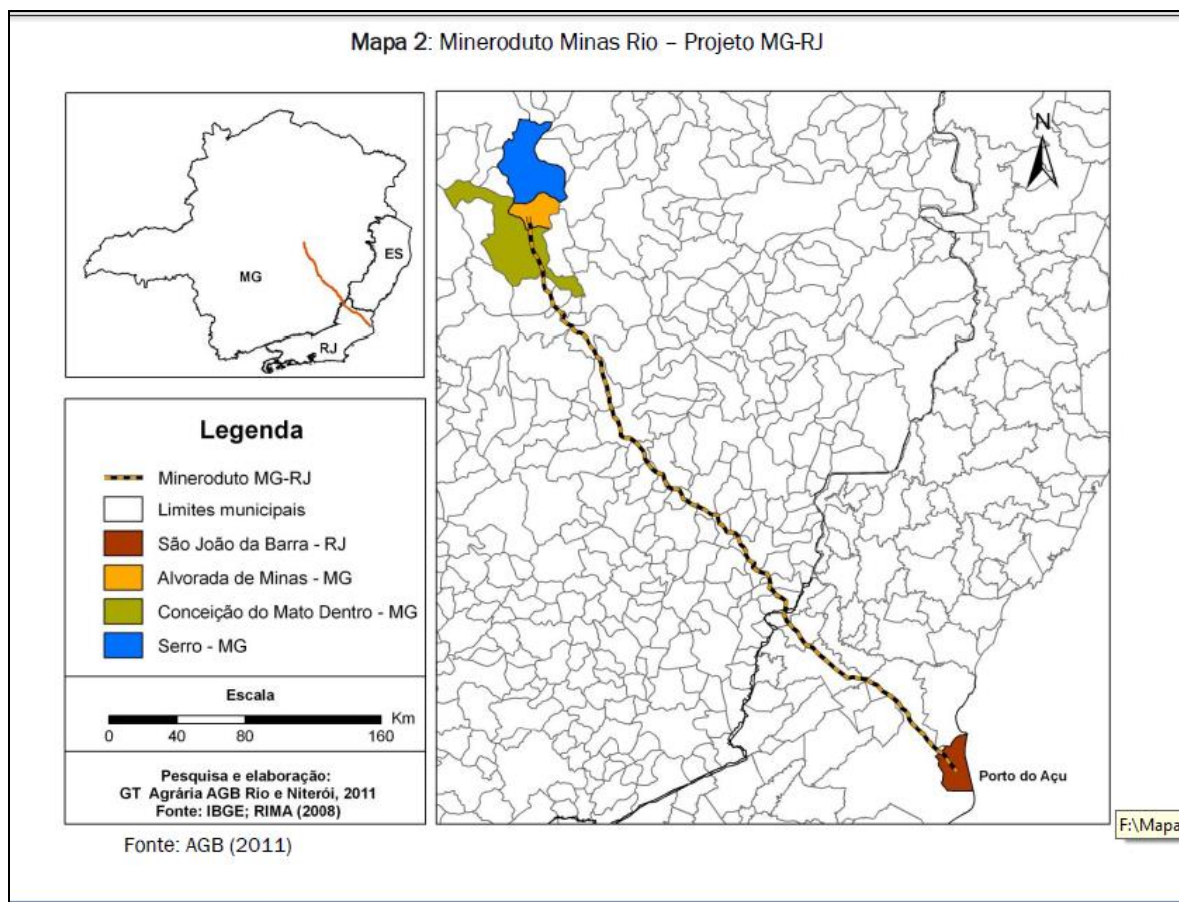


Figura 12: Complexo Minerário Minas-Rio. (Fonte: Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú AGB Rio e Niterói /SETEMBRO/2011.)

A Anglo American, responsável pelo empreendimento, tem sua origem na África do Sul, em 1917. Porém, atualmente a mineradora é um conglomerado britânico, com sede situada em Londres. A produção da empresa está voltada para minério de ferro e manganês, carvão térmico e metalúrgico, cobre, níquel, nióbio, fosfatos, platina e diamante. Suas minas estão situadas no sul na África, América do Norte, do Sul e Austrália. (ANGLO AMERICAN, 2016). O Brasil possui os dois maiores investimentos globais da empresa, a mineração de Níquel, em Barro Alto/Goiás, e o empreendimento Minas-Rio.

A empresa transnacional, que possui atividades minerárias em cinco continentes, é considerada uma das maiores do planeta no ramo de mineração e está inserida no cenário global das grandes corporações transnacionais. A Anglo American extrai minérios para exportação, alimentando a demanda internacional por diferentes produtos primários. É uma das principais empresas que mantém o neoeextrativismo na América Latina.

O empreendimento Minas-Rio é um exemplo do *modus operandi* extrativista discutido por Gudynas (2016). Planejado pela empresa MMX Minerações e Metais, o processo de licenciamento do Minas-Rio foi iniciado em 2006 sob inúmeras contestações dos atores locais. Dentre essas, haviam denúncias quanto à falta de informação sobre o empreendimento, irregularidades e ausência de identificação do universo de atingidos (BECKER e PERREIRA, 2011; ZHOURI, 2014; SANTOS, 2014; ZHOURI, GENEROSO e CORUJO, 2016).

Em maior escala, o licenciamento do empreendimento Minas-Rio é permeado pela lógica da adequação ambiental (ZHOURI, LASCHEFSKI e PAIVA, 2005), ou seja, há a adequação das normas e leis, de modo que essas não impossibilitem o empreendimento, que é tido como indispensável ao “desenvolvimento” e considerado de interesse público. Para Zhouri (2008), essa é a disputa entre a noção de governança ambiental em oposição ao paradigma ambiental. Enquanto a governança ambiental se constitui em uma forma de gestão ambiental inserida na lógica dominante do mercado, que parte da premissa de que é possível conciliar “interesses” econômicos, ecológicos e sociais, o paradigma ambiental centra-se no questionamento da real viabilidade social do que é proposto.

Cabe ressaltar que as três principais estruturas (mina, mineroduto e porto) do empreendimento foram licenciadas por órgãos ambientais diferentes, provocando o subdimensionamento dos efeitos do complexo minerário como um todo. Além disso, o mineroduto foi licenciado antes da mina, dando como fato consumado que haveria a mineração no local. Esses fatos revelam uma “lógica de apropriação territorial que promove uma *di-visão* (BOURDIEU, 1998) instrumental ao controle do meio ambiente e à fragmentação dos sujeitos e suas eventuais resistências” (ZHOURI, 2014, p. 99). O fracionamento do licenciamento desse empreendimento configura-se como um efeito derrame dessa mineração, a *alegalidade* (GUDYNAS, 2016). Segundo o autor, esse conceito expressa práticas que são formalmente consideradas legais pela legislação, mas que utilizam vícios e limitações das normas para garantir benefícios considerados ilegais perante aos marcos jurídico. Após essa estratégia ter sido inaugurada pelo Minas-Rio, ocorreram outras tentativas de fragmentação do licenciamento no estado por outras empresas do mesmo ramo extrativista.

Outro efeito derrame, oriundo da alegalidade, provocado pelo licenciamento ambiental do complexo minerário, foi a desregulação e a flexibilização das normas ambientais do estado. Em 2009, ocorreu a fracionamento da licença de instalação (LI) em fase 1 (LI-fase1) e fase 2 (LI-fase2). O motivo desse ato foi conceder a licença de LI sem cumprir as condicionantes da LP e, assim, aprovar a viabilidade do empreendimento. Essa manobra possibilitou postergar as condicionantes da LP para LI-fase 1 e as condicionantes da LI para a LI-fase 2. Cabe mencionar que o fracionamento das licenças é um recurso que não existe no marco regulatório do licenciamento ambiental, e acabou possibilitando, o avanço da atividade minerária. Nesse contexto, o Minas-Rio obteve a licença aprovada com mais de 358 condicionantes, sendo que a maioria em *status* de “não cumprida” ou “em cumprimento”. A aprovação das licenças sem que as condicionantes fossem cumpridas fez com que a condicionante perdesse o seu principal efeito, o de condicionar, tornando a norma inútil nesse procedimento. A legislação quanto à aprovação das licenças sem terem sido cumpridas todas as condicionantes é clara quanto a esse ponto: não existe na resolução do CONAMA 327/97²² o status da condicionante “em cumprimento” ou “cumprida fora do prazo”. Esse contexto de “flexibilização das normas do licenciamento e a ineficácia na fiscalização das obras abrem ainda brechas para a insurgência, em geral, de ações arbitrárias e violentas²³ na localidade” (ZHOURI, 2014, p. 99).

22 “Licença de Operação como a Licença Ambiental que autoriza a operação de atividade ou empreendimento após a verificação do efetivo cumprimento de que consta das Licenças Anteriores com as medidas de controle ambiental e Condicionantes determinadas para a operação” (artigo 8º, inciso III da Resolução CONAMA 237/97)

23 Iremos tratar do tema violência no capítulo 3.

Nesse sentido, através de etnografia da 86ª URC JEQ, em que foi concedida a LO da etapa 1 do empreendimento, Penna (2016) apresenta em seu estudo como ocorreu a construção da *alegalidade* durante o processo de licenciamento. Analisa, assim, as estratégias utilizadas tanto pelo empreendedor quanto pelos técnicos da SUPRAM, e pelos conselheiros da URC Diamantina, para a consolidação desse efeito derrame. Dentre esses artifícios estão a falta de transparência tanto na documentação do processo de licenciamento quanto aos questionamentos dos atingidos sobre os procedimentos adotados pelo empreendedor. A produção dos pareceres pelos técnicos da SUPRAM, por exemplo, apontava que alterações dos parâmetros da água ou do ar pela mineradora eram infrações pontuais, ou que já eram esperadas pelo licenciamento ambiental.

Diante desse contexto, a *alegalidade* construída no processo de licenciamento da etapa 1 está se perpetuando para as etapas posteriores, de forma mais ágil e violenta. No período da anuência do município para o avanço dos trames burocráticos da etapa 2, foram denunciados pela REAJA os artifícios da mineradora para convencer o município a conceder a anuência e, ao mesmo tempo, criminalizar o movimento dos atingidos. Em um desses episódios, a mineradora ameaçou desempregar e rescindir contratos de aluguel/prestação de serviços com os comerciantes do município. A partir dessa ameaça, trabalhadores da empresa e os comerciantes passaram se posicionar contra os atingidos, criando aquela máxima, “entre nós e eles”.

Outros artifícios foram denunciados, como, por exemplo, o fato de que o licenciamento da etapa 1 tinha validade para 5 anos e, ainda assim, após 6 meses da concessão da LO da etapa 1, as movimentações para a fase de Otimização da Mina do SAPO (etapa 2) começaram a ocorrer. Diversas manobras denunciadas consistiram em tentativas de deliberar a anuência de conformidade municipal para a etapa 2 sem audiência pública, que nesses casos, é garantida por lei.

Além disso, para a deliberação da anuência de conformidade ambiental da Etapa 3, a secretaria do Meio Ambiente de CMD elaborou três pareceres diferentes, sendo que um deles era desfavorável à anuência da declaração de conformidade da etapa 3. Em âmbito estadual, foram denunciados pela REAJA os artifícios da SUPRAM em relação à convocação de reuniões extraordinárias com apenas 05 dias de antecedência, mesmo havendo reuniões ordinárias próximas da data. Esse *modus operandi* se configura como uma estratégia para dificultar a participação dos atingidos, prática que também foi utilizada pelo Conselho Municipal de Defesa e Proteção do Meio Ambiente, (CODEMA). Além disso, os atingidos denunciam que ambos os órgãos passaram a adotar as praxes de reuniões preliminares entre os conselheiros em datas anteriores às reuniões colegiadas com pautas para a deliberação. Alterações de regimentos internos e instruções normativas também foram feitas para favorecer as pretensões do empreendedor.

O empreendimento Minas-Rio obteve a LO da fase de otimização da mina (etapa 2) em outubro de 2016. Foram utilizadas as mesmas estratégias da 86ª URC-JEQ pelos agentes do estado e da mineradora para que a licença fosse deferida. Desde a aprovação da licença, sem que as condicionantes fossem cumpridas ou com condicionantes em status de “em cumprimento”, a falta de transparência dos órgãos ambientais quanto aos questionamentos dos atingidos é evidente. O parecer técnico da SUPRAM eximiu a mineradora das suas infrações, a conselheira da FIEMG deslegitimava a fala dos agricultores e vasto contingente policial situado na arquivancada próximo os

comunitários intimidava os participantes da reunião. Atualmente, a mineradora está pleiteando a licença prévia da etapa 3 e as ações casuísticas permaneceram sendo reproduzidas da mesma forma durante todo o “novo” processo de licenciamento ambiental, porém, com intensificação da violência na localidade.

Diante desse contexto de flexibilização, desregulação ambiental e constituição da *alegalidade* da norma ambiental, Santos (2014) aponta para a constituição de um processo denominado por ela como “mecânica da violência”. Ela se manifesta nas violências cotidianas, como em ameaças veladas e diretas, e nas violências psicológicas. Zhouri et al (2016) apontam para uma violência das afetações que se constitui a partir desse cenário. No próximo capítulo, irei apresentar três histórias que se entrelaçam e, embora afetadas por essas várias formas da violência, continuam resistindo para fazer valer seus direitos e seus projetos de vida.

CAPÍTULO 3: NARRATIVAS VIVENCIADAS E VIOLÊNCIAS COTIDIANAS

3.1: Breve descrição da Comunidade do Passa Sete

O Passa Sete é a primeira comunidade residente à jusante da barragem de rejeito do Projeto Minas-Rio. A casa mais próxima da estrutura, na qual residem o casal Dona Carmen e Sr. Ricardo com seu filho Diogo (Binho), encontra-se a 1,5 km de distância. A vila está situada na Comarca de Conceição do Mato Dentro e é composta por oito casas espaçadas em sua localidade. Além da residência de Dona Carmen e Sr. Ricardo, situam-se às margens do córrego Passa Sete outros cinco núcleos familiares: Dona Graça, Expedito e os seus dois filhos; Dona Vera e o Sr. Eliseu; Dona Fátima e seu filho Cássio; Simone, Paulo e seus filhos; e Helen. As casas de Doninha, Teodoro, Marta e filhos; e casa a do Patrício e da Batina estão situadas do outro lado da serra.

Em sua maioria, os moradores da comunidade são posseiros; somente um residente possui o documento da terra. As famílias são agricultoras. Em cinco das casas, existe ao menos um membro do núcleo familiar que é aposentado, garantindo, assim, uma renda fixa mensal na residência. Em algumas casas dessa localidade, jovens trabalham para a mineradora e/ou empresa terceirizada da mesma.

Nessa comunidade, os moradores são ribeirinhos e os recursos hídricos disponíveis são utilizados para “os usos múltiplos e costumeiros” (GALIZONI, 2000), sendo fundamental para a manutenção do universo sociocultural da comunidade. A água para eles significa “uma dádiva divina e gratuita, que existe sem intervenção do trabalho humano (...)” (RIBEIRO e GALIZONI, 2003, p.134). Por causa dessa compreensão, para as famílias, a água simboliza riqueza e, sendo assim, não deve ser negada ou privatizada por algum comunitário. (*idem*). Seus usos são diversos: para a produção, dessententação animal, como espaço de recreação, para a pesca e para as atividades domésticas como tomar banho, lavar louça e roupas.²⁴

²⁴ No item 3.3, irei aprofundar o tema da água.

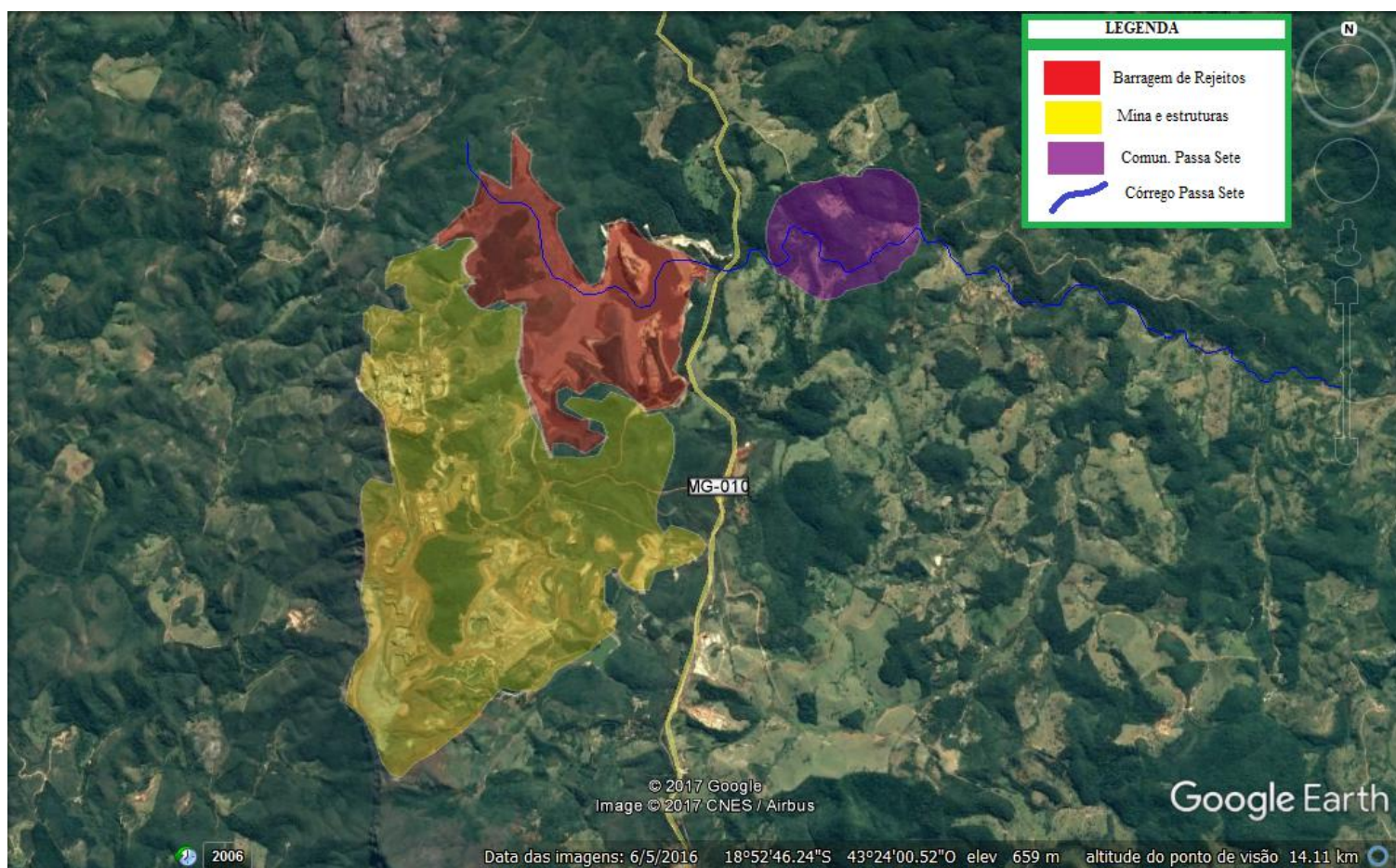


Figura 11: Nessa imagem, é possível observar a proximidade entre a comunidade do Passa Sete, a barragem de rejeitos e o percurso do córrego Passa Sete. (Fonte: Imagem retirada no Google Earth e produzida pela autora, 10/07/2017).

3.2 “E se a barragem estourar?”

Dona Graça é agricultora, casada com o Expedito e mãe de um casal, Guilherme (19 anos) e Julieta (17 anos). Nascida e criada na comunidade de Água Santa/Mumbuca²⁵, reside na comunidade do Passa Sete há 38 anos. A agricultora é frequente nas manifestações, reuniões do movimento dos atingidos, tanto nas reuniões da REASA/REAJA quanto nas audiências da URC-JEQ, em Diamantina, e nas audiências na Assembleia Legislativa, em Belo Horizonte. Ela também participou ativamente das oficinas propostas pelo GESTA²⁶.

As primeiras vezes que vi Dona Graça foram durante as reuniões da REASA, em 2012. Eu me impressionava com as suas denúncias, bem como com as de Dona Fátima, sua vizinha, que relatavam, com riqueza de detalhes, os acontecimentos e tinham como foco principal as temáticas relacionadas à poluição dos córregos, o medo da barragem, seca das nascentes, contaminação das pessoas pela utilização das águas do rio e assuntos referentes às negociações de terras. Seus relatos, que têm se repetido ao longo dos anos, expõem as perdas, as dores e os sofrimentos

²⁵ Comunidade reassentada pela mineradora Anglo American. Atualmente, no local da comunidade está a barragem de rejeitos do Minas-Rio.

²⁶ O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG (GESTA) desenvolve ações de pesquisa e extensão junto aos atingidos do Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro desde 2012. Entre as atividades, estão oficinas de capacitação político-participativa e de mapeamento das comunidades.

vivenciados em sua localidade. A voz de preocupação revelava a apreensão devido à desestruturação dos seus modos de vida e as incertezas quanto ao futuro.

Em julho de 2013, quando eu ainda estava na graduação e o empreendimento Minas-Rio em fase de instalação da etapa 1, eu e a equipe do GESTA-UFMG, fizemos um trabalho de campo nas comunidades do Passa Sete, Água Quente e em São José do São José do Jassém. Durante a pesquisa, visitei a casa de Dona Graça. Conheci a sua família, a residência, a horta, o quintal e um pouco da sua história. Um episódio marcante desse campo foi o dia em que eu e outros pesquisadores, Marcão e Rafael, fomos à sua casa para conhecermos a roça da família, que se situava em uma área distante da residência. Nesse dia, eu decidi não seguir com o grupo para o local, pois no dia anterior eu havia me infestado de micuim (pequenos carrapatos). Devido a esse ocorrido, estava traumatizada. Portanto, resolvi aguardar a equipe na casa da agricultora.

Durante o tempo em que aguardei a equipe retornar, prossegui uma conversa com Dona Graça e Julieta. Conversamos sobre diversos assuntos e, durante a prosa, avistei um cacho de banana verde no quintal. Mencionei para as duas que uma das minhas comidas preferidas era a banana verde frita. No mesmo segundo, tanto Julieta quanto Dona Graça colheram a penca da bananeira e picaram as bananas, o que me deixou um tanto sem graça. Entretanto, como não consegui evitar que fritassem as bananas, comi as melhores bananas verdes fritas que eu já havia experimentado. A partir desse dia, eu criei uma pequena aproximação com Dona Graça e Julieta e toda vez que nos encontrávamos, a agricultora me convidava a retornar à sua casa para tomarmos um café e fritar banana verde. Eu prometia, mas não havia conseguido cumprir com a minha palavra até o ano de 2016, quando iniciei minhas atividades de campo para a dissertação de mestrado.

Dona Graça é uma mulher negra, de olhos castanhos vivos e possui estatura mediana. Seus cabelos são castanho-escuros e, normalmente, estão presos na sua cabeça em forma de coque. Embora seja receptiva à boa conversa, a agricultora, de voz doce, não teme alterá-la quando necessário. Apesar de ter tido a desestruturação do seu modo de vida com a instalação da mineração, Dona Graça mantém a alegria e forças para continuar resistindo às formas de expropriação a que está sujeita. Ela é uma referencia de resistência para atingidos da região.

Em sua residência, as tarefas do trabalho são divididas por gênero. Enquanto Dona Graça e Julieta cuidam dos afazeres domésticos, da horta, galinheiro e da criação, Guilherme e Expedito são responsáveis por trabalhar em outros locais, “pegando dias de serviço”, atividade comum na região, denominada de “empreitada” ou “diária”. Em relação à roça, atividade que garante os principais alimentos da dieta alimentar da família, os cuidados são de responsabilidade de todos. A propriedade da Dona Graça pode ser entendida como um “sítio camponês” (WOORTMANN, 1983), terreno que possui espaços articulados e complementares formando um sistema de produção para manter a reprodução social e econômica da sua família. Esse “modelo de organização produtiva revela ainda a centralidade do trabalho familiar para a execução da diversidade das tarefas previstas e a produção das variedades esperadas” (ZHOURI et al, 2012, 164).²⁷

Sua casa está situada em um vale próximo ao córrego Passa Sete, entre os biomas da mata atlântica e do cerrado, e tem como vizinhos próximos o Sr. Eliseu e Dona Vera. Essas pessoas são

²⁷ Para saber mais da organização produtiva das comunidades atingidas pelo Projeto Minas Rio, ver TÔRRES, M, 2014.

considerados, no dizer da agricultora, “mais próximos que os parentes, às vezes”, devido à amizade construída, às ajudas mútuas nas tarefas do cotidiano e ao compartilhamento das dores e das inseguranças oriundas das mudanças ocorridas pela instalação e operação do empreendimento.

Essa proximidade entre as casas confere às famílias uma forte rede de solidariedade. A todo o momento, cuidados do dia a dia são compartilhados. Julieta, filha de Dona Graça, estuda à noite, e quando retorna da escola, desce em um ponto de ônibus próximo à casa dos vizinhos, que estão sempre atentos para que nada ocorra à adolescente. Outra troca de cumplicidade entre as famílias ocorre quando a nascente da propriedade do Sr. Eliseu seca e os agricultores são obrigados a buscar água na casa da sua vizinha. Para ajudar o casal, sempre que pode, a família de Dona Graça deixa garrafas com água na entrada de sua propriedade, ajudando-os com o abastecimento da sua casa.

3.2.1: Da construção do risco (barragem de rejeitos) e desconstrução (dos modos de vida)

A construção da barragem de rejeitos da Anglo American iniciou-se na fase de instalação do empreendimento, em 2010. A aprovação da implementação da estrutura ocorreu na reunião 43ª URC-JEQ, com a concessão da licença de instalação fase 2 (LI-Fase2), a partir do deferimento do PARECER ÚNICO Nº. 757545/2010 SUPRAM-JEQUITINHONHA. A barragem foi construída no território onde se situava a comunidade de Água Santa/Mumbuca, que possuía extensas redes de relações de parentesco, solidariedade, troca de dia de trabalho e comércio com as comunidades próximas, dentre elas, Passa Sete e Água Quente.

Segundo Dona Fátima, outra moradora da Passa Sete, a notícia de que a sua comunidade iria situar-se à jusante da barragem de rejeitos do empreendimento Minas-Rio foi uma surpresa:

Dona Fátima: [...] que eles queriam construir essa barragem, porque antes a gente não sabia não, né? Nós não sabia que essa barragem perigosa ia ser construída em cima das nossas casas não, quando nós ficamos sabendo, eles já estavam construindo ela já [...]. (Entrevista, comunidade Passa Sete, 05/08/2016)

Essa fala expressa como as decisões sobre a vida das comunidades rurais é definida entre empresários e governo, sem passar pelo consentimento dos moradores. A autonomia não faz parte de suas vidas quando se trata da instalação dos grandes empreendimentos. Portanto, cabe refletir sobre o contexto político-administrativo a que essas famílias estão sujeitas. Nesse caso, a discussão de SCOTT (2009) sobre *descaso planejado* e *insegurança administrada* mostra-se pertinente. O primeiro conceito refere-se ao *modus operandi* da implantação de um megaempreendimento, no qual a implantação é planejada e negociada entre o setor privado e governantes, com antecedência. Nessas circunstâncias, as obras são tomadas como prioridade na pauta governamental. No entanto, os temas relacionados às comunidades são tratados em segundo plano, e essas populações são sujeitas a receberem o ônus do planejamento, o que é compreendido como *descaso planejado*.

A partir da descoberta da construção da barragem, os moradores começaram a se preocupar com a possibilidade de residirem à jusante da estrutura. Essa preocupação gerou um quadro de

insegurança administrada, que “ocorre quando o inusitado ou inesperado se torna realidade” (SCOTT, 2009, p.188). O autor utiliza esse conceito para analisar as políticas do poder público com relação às comunidades reassentadas pela Hidrelétrica de Itaparica e demonstra como o órgão administrativo criou uma situação de insegurança administrada nas localidades atingidas pela barragem. No caso discutido por Zhou, et al (2012), os autores analisam as localidades que estão à jusante da barragem da Hidrelétrica de Irapé e descrevem a situação de insegurança administrada a essas famílias. No texto, os autores revelam que devido às consequências da perda da vazante, ocorreu falta de água potável e a desestruturação do modo de produção econômico das comunidades, impondo aos atingidos um contexto de vulnerabilidade social, devido à perda da soberania alimentar e dos seus modos de vida. Nesse caso em específico, o inusitado e o inesperado se referiam à perda da vazante e o desmantelamento econômico das famílias.

Em relação às comunidades atingidas pelo empreendimento Minas-Rio situadas à jusante da barragem de rejeitos, o contexto de *insegurança administrada* (SCOTT, 2009) ocorreu no momento da descoberta da instalação do empreendimento, devido à falta de informação e às práticas da empresa na localidade, tais como fechamento de estradas, poluição dos cursos d’água e a chegada das pessoas estranhas. Juntando a isso tudo a descoberta da construção da nova estrutura a montante. De acordo com os comunitários, foi nesse período que surgiram os sentimentos de ameaça, medo e preocupação em suas vidas. Produziu-se naquele momento um cenário de vulnerabilidade em que “[...] a clareza das ameaças imediatas à segurança cria tanto uma intensificação das preocupações que já eram latentes quanto introduz preocupações novas” (SCOTT, 2009, p. 190). Essa afirmação pode ser confirmada a partir dos trechos das entrevistas:

Dona Graça: O medo desde de quando eles começou a fazer ela, porque a gente mora abaixo de um imenso de agua. (Entrevista, Passa Sete, 04/08/2016)

Dona Carmen: Quando? Assim que eles fizeram ela.. começou.. que muita gente falava assim.. que eles tão fazendo a barragem e ai eu não sei, mas é insegurança.. tá fazendo com máquina.. jogando terra e passando o tempo todo.. o povo falava.. né? (Entrevista, Passa Sete, 05/08/2016)

Dona Fátima: Minha filha, eu? Desde de quando eu fiquei sabendo que eles ia construir essa barragem, já me pôs preocupação. (Entrevista, Passa Sete, 05/08/2016)

Podemos perceber nas falas das moradoras que a consciência de que a comunidade se transformaria em área de risco ocorreu desde o início do processo de instalação do empreendimento, quando estava sendo construída a barragem. Considero esse momento como o início do processo de *sofrimento social* que se constituiu na localidade.

3.2.2: A lógica da gestão do risco

Conjuntamente com o contexto de *descaso planejado e insegurança administrada* (SCOTT, 2009), o início da construção da barragem de rejeitos também desencadeou um processo de produção do *risco* na localidade.

A categoria *risco* surgiu no início do século XIX para substanciar análises de acidentes de trabalho e para os cálculos relacionados aos seguros bancários e aos riscos profissionais. A compreensão do conceito como um evento de possibilidades de causa de danos ou não, foi construída nos anos 1970. Portanto, foi nesse período que a palavra *risco* assumiu um leque de significados, tornando-se polissêmica, pelo fato das diversidades dos usos do termo tanto nas áreas do conhecimento científico quanto no vocábulo popular. (MENDES, 2015).

Mota (2014) aponta que a partir das contribuições da sociologia do risco, foi possível compreender o conceito como uma categoria de análise sobre a sociedade. Segundo a autora, as abordagens das disciplinas como ciências políticas, ciências naturais, economia, psicologia e outras não conseguiam abarcar as implicações desse efeito na sociedade. Entretanto, dentro das Ciências Sociais ocorreu uma divergência entre a Sociologia e a Antropologia no debate sobre o tema. A primeira conceituou o risco como elemento “específico da modernidade (ocidental), ao passo que a antropologia o trata como uma forma particular de uma função encontrada em sociedades em outros tempos e espaços” (MOTA, 2014, p.16). Nesse sentido, a sociologia analisa o risco nos macroprocessos sociais, enquanto a antropologia propõe uma abordagem cultural/simbólica, na qual os riscos são evocados para compreender os efeitos no corpo humano, na prática, de forma simbólica e metaforicamente. (MENDES, 2015).

Dentre as abordagens sociológicas sobre risco, a corrente que evidenciou mais rapidamente o discurso científico e político sobre risco nos anos 90, foi a vertente da Sociedade do Risco (BECK, 2000). Nessa corrente teórica, Beck trabalhou com dois tipos de estágios da modernidade. O primeiro está relacionado a uma sociedade industrial, avanço tecnológico, exploração dos recursos naturais e crescimento econômico. O segundo estágio, denominado pelo autor como “modernidade reflexiva”, refere-se ao contexto das consequências desenfreadas do modo de produção geradas pelo primeiro estágio da modernidade. O autor classifica como *riscos* os efeitos incontroláveis da industrialização sobre o ambiente, como poluição do ar. Na impossibilidade de responsabilização sobre danos causados, passa a haver a inviabilidade de compensação aos atingidos pelos efeitos indesejados sobre si. (BECK, 2000). Nesse sentido, para a teoria de Beck (1997, 2000), os riscos são distribuídos globalmente e as concepções dos conceitos *controle*, *certeza* e *segurança* ganham contornos incertos. Portanto, para o autor, no estágio da “modernidade reflexiva” ocorrem a precarização das condições de existência, a elevação das desigualdades sociais e a exposição generalizada ao risco. BECK (2000) ainda frisa que os riscos são globalizados, mas as riquezas não o são. As desigualdades sociais são subsumidas e a sociedade do risco passa a reger as relações sociais, nas quais a “lógica do risco se sobrepõe à da distribuição social de recursos e oportunidades; (...) [o] risco é a categoria central de organização da sociedade” (MOTA, 2014, p.20).

Entretanto, alguns autores tecem críticas à teoria da “sociedade de risco” elaborada por Beck, como Mythen (2005), Mota (2014) e Oliveira (2014). Esses autores ponderam a forma evolucionista

que a teoria da “sociedade do risco” possui, ao propor que existe um caminho unilinear da primeira modernidade (industrial, científica e tecnológica) para a segunda modernidade (sociedade do risco). Segundo eles, propor esse estágio evolutivo desconsidera os processos históricos e contextuais das sociedades não europeias. Chamam a atenção, também, para o fato de que nem todas as sociedades caminharam no mesmo processo de modernização que os países europeus.

Outra crítica apontada por esses autores é que a teoria proposta por Beck (1997, 2002) desconsidera a distribuição desigual do risco. Para Mythen (2005), a “sociedade de risco” não suprime as desigualdades sociais, pelo contrário, reforça a lógica distributiva diferenciada, de forma a reforçar a prática de que os bens materiais ainda definem a disparidade dos riscos. Nesse sentido, o autor aponta que “os padrões de distribuição de risco global indicam que os riscos têm impactos geográficos desiguais, em certos países, regiões e grupos mais vulneráveis estão mais susceptíveis a exposição” (tradução própria, MYTHEN, 2005, p. 56)²⁸.

Complementando a análise de Mythen (2005), Oliveira (2014) aponta que quando Beck desconsidera a distribuição desigual dos *riscos*, o autor também suprime a geopolítica do *risco*, invisibilizando as ações políticas dos sujeitos que lutam para evidenciá-los e o sofrimento a que estão expostos. A autora expõe que a geopolítica do *risco*, articulada com a violência estrutural²⁹, cria “padrões de distribuição de ameaças, exposição do ônus e da vulnerabilidade” (p.143). Assim, grupos em situações de injustiça social e ambiental recebem, de forma desigual, os danos da disposição diferenciada dos riscos, e possuem suas formas de sofrimentos subsumidas pela gestão dos riscos executado pelo Estado.

Nesse sentido, Oliveira (2014) avança na discussão sobre riscos. A autora resgata a concepção de O'Malley (2009), que considera o risco como uma técnica matemática que possui uma “abordagem de um amplo número de eventos sobre os quais se quer conhecer sua distribuição no seio de uma população, mediante o desenho de correlações estatísticas entre séries de fenômenos distintos” (p.168). Ainda segundo Oliveira (2014), os riscos são uma condição da realidade dada, em que eventos negativos não podem ser extintos ou anulados, embora possam ser constatados e regulados a partir da delimitação de marcos aceitáveis. (OLIVEIRA, 2014, 168).

Portanto, para a autora, a lógica dos riscos compreende modelos matemáticos e estatísticos, em que os danos e os desastres das tecnologias industriais encontram-se na margem do erro considerado aceitável. Desse modo, a gestão de riscos é compreendida como uma prática administrativa das instituições governamentais, em que são consideradas quais atividades são possíveis de ser operadas, de modo a “administrar e dizer em que ponto o interesse individual constitui um perigo para o interesse coletivo” (OLIVEIRA, 2014b, p.10). Através dessa lógica, são instaurados os métodos de segurança que partem dos cálculos de probabilidades e instrumentos estatísticos para gerirem os possíveis danos. Todavia, essa concepção é incapaz de reconhecer os sofrimentos e as inseguranças dos sujeitos que denunciam tais práticas.

²⁸ “As they are currently mapped, patterns of global risk distribution indicate that risks have uneven geographical impacts, with certain countries, regions and groups being more vulnerable to exposure.” (MYTHEN, 2005, p. 56)

²⁹ “Entendida como um processo sistemático e indireto por meio do qual os aspectos estruturantes da desigualdade se materializam na experiência cotidiana de certos grupos e classes sociais” (OLIVEIRA, 2014, 143)

Portanto, a instalação da barragem de rejeitos, próxima às comunidades do Passa Sete, de Água Quente e do São José do Jassém, foi considerada pelo Estado como uma construção dentro dos parâmetros legais das normas ambientais, pois a instalação da estrutura foi aprovada pelos conselheiros nas reuniões da URC-JEQ e pelos órgãos competentes. Nesse sentido, para o poder público, os perigos da barragem “são assumidos como parte natural do processo de produção. Circunscritas como risco, tais ameaças projetam-se como uma dinâmica na qual se intervém a partir da regulação de seus efeitos” (OLIVEIRA, 2014, p.169). De acordo com as falas dos conselheiros e dos funcionários da Anglo American, a segurança da barragem está garantida, através das medidas de segurança dessa instalação.

Em seguida apresento fragmentos de uma reunião pública, com falas de Daniel Medeiros (representante da Anglo American), Felipe (conselheiro do MPMG) e Rodrigo (técnico ambiental do estado de Minas Gerais).

RODRIGO (SUPRAMA JEQ): Ressalta que analisaram os dados referentes à Barragem, solicitaram a ajuda da FEAM, do Álder, que é especialista na área, que trabalhou com análise de barragem durante a vida inteira, antes da Lei 12.334, acho que não tem ninguém mais experiente em relação a isso. Nós fomos lá, verificamos a implantação da barragem, verificamos a documentação referente à Auditoria Independente que foi feita. A barragem auditada, o auditor atesta a segurança da barragem e até onde a Norma prevê é isso que gente verifica. Nesse momento a barragem não está em operação, não há rejeito depositado na barragem, o que a gente tem hoje é uma barragem plantada com água mais ou menos até a metade da altura do corpo da barragem, portanto, ela ainda não sofre nenhuma pressão, que careça qualquer outro detalhe em relação a isso. **FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO):** Comenta que não está falando que existe uma barragem em risco, mas sim de uma análise preventiva. (ATA 85ª reunião da URC Jequitinhonha, 2014, p.10)

DANIEL MEDEIROS (ANGLO AMERICAN): (...) Eles não vão nos fazer calar, é importante deixar claro para os senhores e para as senhoras que foram lá no empreendimento, que o empreendimento está apto a operar, que o empreendimento possui os seus **controles ambientais em pleno funcionamento**. **DANIEL MEDEIROS:** Os senhores e as senhoras foram lá e viram isso, não existe nada que seja diferente disso. Nossa barragem de rejeitos está pronta. **DANIEL MEDEIROS:** Nosso dique de contenção de finos está pronto. Aquilo que de fato aconteceu no passado não mais vai acontecer, porque o circuito está fechado. **DANIEL MEDEIROS:** Vocês viram isso, vocês não vão calar essa realidade (...). (Fala do Engenheiro da Anglo American na 85ª URC Jequitinhonha, 2014, p.13)

FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): (...) Quanto aos aspectos de segurança da barragem, a empresa fez uma apresentação para o GT. Eu acho que seria muito importante depois dessa mesma apresentação de *dambreak*, do plano de ações emergenciais, fosse feita aqui para o Colegiado, para que fosse dado conhecimento a todos que deliberam sobre o procedimento de licenciamento ambiental, e também junto às comunidades, conforme nos foi informado, **tendo instalado sistema de alarmes sonoros, realização de treinamentos, além de outras medidas indicadas nos planos de ações emergenciais**. (ATA, 99a. URC Jequitinhonha, 2016, p.12, grifos meus).

A partir dessas falas, a racionalidade, tanto do Estado quanto do empreendedor, remete à concepção de que os riscos são assegurados pelas medidas de mitigação. Essa lógica remete a uma compreensão marcada pela “confiança no progresso científico e técnico como forma de entendimento e gestão dos recursos naturais e humanos” (ZHOURI et al, 2013, p.5). Portanto, para esses dois grupos, os impactos cometidos pelo empreendimento são compensados pelos benefícios. Nesse cenário, o Estado assume o papel do gestor dos riscos, cuja gestão, assinala Oliveira (2014b), é perpassada por uma lógica entre os direitos coletivos e os direitos individuais, pois, a

doutrina tradicional[direito] de que os indivíduos possuem direitos absolutos e que as violações de tais direitos são erros a serem incondicionalmente evitados

torna-se inaplicável à gestão do risco, pois outras reivindicações de direitos e de justiça são tomadas como concorrentes. Nesse regime, a liberdade de não ser submetido aos riscos derivados da poluição torna-se comensurável à liberdade de iniciativa daquele que produz o risco. (p. 9)

Diante dessa perspectiva, a gestão dos riscos funciona como uma arbitragem de interesses e não de direitos, na qual interesses de poucos não podem se sobressair aos interesses coletivos. Ainda segundo a autora, essa ótica da gestão dos riscos retira do debate o elemento político e reforça a política da regulação ambiental, que a partir da modernização ecológica, retira de foco um conjunto de discursos e racionalidades que apontam falhas estruturais dessa racionalidade.

3.2.3: A produção do risco e o início de um cotidiano do medo

Para os atingidos das comunidades de Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém, a instalação da barragem de rejeitos sobre suas casas não significou somente mais um impacto da mineração, passível de ser compensado e/ou mitigado pelo empreendedor através das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental. Para esses atingidos, significou a convivência com mais uma violência cotidiana que desestruturou os seus modos de vida e implicou em mudança nas suas rotinas diárias. A instalação da estrutura significou a “produção do risco” na localidade, intensificando vários processos que já haviam sido iniciados, como violência administrada, violência simbólica e sofrimento social.

A primeira etapa desses processos foi instituída no período da instalação da barragem. As obras da estrutura começaram antes mesmo que as negociações fundiárias com as famílias de Água Santa tivessem sido encerradas. Como consequência, diversos comunitários, tanto de Água Santa quanto das localidades próximas, acompanharam algumas das etapas da construção da estrutura. Essa situação potencializou o quadro de insegurança e preocupação por parte dos moradores da comunidade do Passa Sete.

Dona Graça, que nasceu em Água Santa e viveu ali parte da sua vida, tinha parentes residentes na comunidade. Portanto, quando ia visitar seus irmãos e familiares que ainda não tinham negociado com a empresa, ela percorria um trajeto em que era possível visualizar a construção da estrutura:

Dona Graça: Igual a gente via, né? Eu vi construindo ela, o tamanho que ela ia ser e hoje. A onde ela está. (...) Porque a gente assistiu, né? Eu assisti na época que eles tavam fazendo ela, que eles desviaram o nosso caminho, desviou o rio pra fazer ela, britando, ne?

Clarissa: quando eles estavam fazendo (a barragem) que desviou o rio?

Dona Graça: desviou, eles tiram o rio Passa Sete da onde ele passava pra um canto de barranco que tinha, porque ela era uma cachoeira, eles tiraram ele dá cachoeira...

Clarissa: Aquela cachoeira que foi dinamitada?

Dona Graça: É, foi a cachoeira, só que bem pra cima dela, pra cima da cachoeira da caída da água mesmo, mas é na cachoeira mesmo, na cachoeira do Passa Sete mesmo. Aí eles foram tiraram o rio natural que é a onde ele passava, desviou

pra um canto de barranco, inclusive na época esses peixes morreram todos também, porque no que eles desvia o pedaço do rio, pra começar a construir a barragem que era uma vargem, o que aconteceu? A água não ia mais e os peixes tiveram que morrer. Era uma volta, sabe? Era uma a vargem e o Rio fazia uma volta, aí essa volta eles tiraram e pôs o rio em uma reta. Aí cavacaram, mudaram o rio, aí os peixes que ficaram do lado que o rio trabalhava morreram tudo. Eu nem sei o que eles fizeram. Se aterrou o rio, os peixes...

Clarissa: e desviou o caminho da senhora também?

Dona Graça: desviou o caminho que a gente ia para casa do meu irmão. a gente tava bem por cima do caminho, sem ser ali a entrada do Passa Sete, a gente entrava ali naquela entrada..sabe? depois que a gente salta a ponte? a gente entrava ali. então, a represa está um pouco ali na frente, daquela entradinha que tem aquela casinha que o pessoal fica ali. Ai, dali pra frente, eles cortaram uma estrada que fica bem no morrão pra gente passar, que não podia passar onde eles tavam trabalhando. Era só caminhão, e era trator, né? Caminhão descendo com terra pra fazer aterro do alicerce da coisa (barragem). (Entrevista, Passa Sete, 04/08/2016)

No depoimento de Dona Graça, podemos perceber que essa experiência potencializou os seus temores em relação à barragem, pois, para ela, a estrutura não foi construída de forma que garantisse a sua segurança. Como ela mesma aponta em seu relato:

Dona Graça: por isso que eu falo, ela[barragem] **não tem cimento** porque quando eu e meu irmão já saiu de lá eles já faziam a terra massacada com massarico, o caminhão virava, a terra, o trator espalhava e o maçarico vinha amassando. Por isso, que ela não tem estrutura de cimento, não tem nada. Ela não tem escoamento de nada, ela não tem alicerce de cimento, assim, bem que podia ter um muro pra segurar, que se tivesse ao menos um muro, talvez a gente ficava mais tranquilo, mas tudo é terra, essa terra vai molhando, vai molhando, vai chegar um ponto que ela não resiste, se vier um tempestade... hoje que não chove muito, mas se vier uma tempestade igual antigamente, já mais que tinha barragem. (Entrevista, Passa Sete, 04/08/2016)

Outros moradores da comunidade do Passa Sete também compartilham da mesma sensação da Dona Graça. Eles também relataram o mesmo sentimento de insegurança proveniente da forma como a barragem foi instalada:

Dona Fátima: uai minha fia, como que convive? A gente não tem paz. Eu não tenho tranquilidade, aquilo não sai da minha mente. Eu fico "Meu Deus o que nós vamos arrumar" Eu já penso Clarissa, quando começa a chuva que com a chuva ele tem mais possibilidade de acontecer porque amolece a terra. Se aquilo ali é só terra, ai fica mole. Cê vê que um barranco 'desse ai ó [Dona Fátima me mostra o barranco que estávamos sentadas]. Cê vê que o barranco é bem firme. né? Ele começa a quebrar e é uma terra que foi colocada. Igual, isso aqui é

desaterro [falando do barranco que estávamos] a Patrola jogou terra aqui, eu tiro da experiência por aqui. Olha pro cê vê que quando tá chovendo, é uma terra solta. Olha lá pra ocê vê que já tá pisada. Quando começa a chover, o minha fia, isso aqui você pode tirar com a mão. (Entrevista, Passa Sete, 05/08/2016)

Senhor Ricardo: Tava fazendo com máquina jogando terra e passando o tempo todo. O povo falava né?

Senhor Ricardo: Nós viu, eu cansei de ver ali do alto rio, os tratores trabaiano e jogando terra..

Dona Carmen: sempre a gente tinha aquele medo. A gente falava...

Senhor Ricardo: depois eles jogaram outros produtos lá, mas eles misturaram é com terra mesmo. Pegando terra de um alto e do outro e jogando lá no meio. (Entrevista, Passa Sete, 05/08/2016)

Outros episódios que contribuíram para consolidar o sentimento de insegurança dos atingidos em relação à estrutura de rejeitos foram os assoreamentos dos córregos Passa Sete e Pereira, durante a instalação do empreendimento, o que compreendeu mais uma *alegalidade* no processo. No Parecer de Vistas do MPMG sobre o processo de concessão da LO do empreendimento, consta a ocorrência do assoreamento desses córregos, como já havia sido denunciado pelos atingidos durante as audiências públicas e as reuniões da REASA. Abaixo apresento o trecho do parecer sobre o tema:

A cabeceira do córrego Passa Sete é diretamente impactada pelas obras de instalação da barragem de rejeitos. A exposição do solo em uma grande área, associada à deficiência nos sistemas de controle ambiental, **favoreceu a instalação de processos erosivos e a o assoreamento desde curso d'água.**

O córrego Pereira foi **severamente impactado** devido **ao rompimento da bacia de contenção** número 19, localizada no platô 18, em dezembro de 2011. Esta **bacia de contenção não suportou o volume a ela direcionado**. Seu rompimento provocou uma erosão com aproximadamente 300 metros de comprimento e 50 a 80 metros de largura, e área estimada em 2,1 hectares, ou 21.000m², em uma área de mata nativa em estágio avançado de regeneração. **A empresa não executou nenhuma medida estrutural para estabilizar o processo erosivo, limitando-se a instalar dispositivos paliativos**, tais como barricadas de sacos de areia e paliçadas com geotêxtil, para diminuir a velocidade e direcionar a água para fora da erosão. Contudo, tais dispositivos não foram eficientes para conter as águas. Sendo que em dezembro de 2012 chuvas intensas agravaram o processo erosivo. O barramento projetado para contenção de sólidos antes do córrego Pereira não suportou a elevada carga de sedimentos que preencheram a totalidade do volume útil, após que, todo o sedimento carregado passou a atingir o leito do córrego gerando impactos. (PARECER DE VISTAS MPE da 86ª URC Jequitinhonha, 2014, p.8, grifos meus)

Em visita à casa de Dona Fátima, ela relatou como era a “lama” que descia da construção da estrutura:

Dona Fátima: (...) Aqui era uma lama aqui Clarissa. Nessas beradas aqui que até as galinhas não podiam, atolavam. E era uma lama brilhosa escorregadia assim aqui que faltava a gente quebrar a perna. Não podia passar nem na ponta ali em baixo.

Clarissa: Nó, isso foi quando?

Dona Fátima: Isso foi na época que eles tavam construindo a barragem ali em cima. Com máquina, aquelas patrola batendo lá dia e noite, aquele barulhão lá, eles construindo lá e a chuva batia e a água descia aquela lamação, era lama. Aquele trem grosso minha fia que nem o boi de Marcelo bebia.

Em função da deficiência dos sistemas de controle ambiental, ocorreram o rompimento da bacia de contenção, situada no córrego Pereira, e o assoreamento do córrego Passa Sete. Tudo isso alterou as características dos rios, como a cor, o odor, a densidade, a turbidez e a temperatura. A fala da Dona Fátima expressa essa transformação das águas, quando ela utiliza os termos “trem grosso” e “lama brilhosa e escorregadia”. No entanto, em âmbito do licenciamento ambiental, falhas como essa são tidas como “aceitáveis e punindo as infrações como eventos ocasionais facilmente corrigíveis e reenquadrados na legalidade por via do emprego de recursos técnicos ofertados pela modernização ecológica” (OLIVEIRA, 2014, p.192)



Figura 12: Córrego Pereira, após a segunda falha do sistema de contenção de sólidos da mineradora. Foto apresentada por um atingido na 8ª reunião da REASA. (Fonte: Arquivo pessoal. Dez/2012)

Portanto, esses eventos desestruturaram os modos de vida das comunidades do entorno dos córregos, pois, os cursos d’água tornaram-se inadequados para a utilização e os atingidos viram concretizados seus sentimentos de insegurança e medo quanto ao rompimento da barragem. Nesse sentido, uma atingida pontuou em audiência pública:

A empresa não teve engenharia capaz de garantir a segurança de uma bacia de contenção de sedimentos. Se ela não teve condições técnicas para assegurar a segurança de uma bacia de contenção de sedimentos como a equipe da Diversus que identificou cinco pontos de erosão, e tratar isso como se fosse 1093 temor (Atingida, Ata da reunião 89 Jequitinhonha, 2014, p. 23, linhas 1090-1094).

Esses episódios também comprovaram que os riscos oriundos da barragem de rejeitos não eram controlados, como afirmado pelos funcionários da mineradora em reuniões com as comunidades.

A exposição desses episódios teve como objetivo demonstrar que o temor do rompimento da barragem foi um processo construído coletivamente, constituído a partir das experiências vividas, através das observações e percepções diante das transformações do cotidiano dos comunitários.

3.2.4: Medo simbólico x medo real.

As disputas que envolvem o campo científico dentro do contexto do licenciamento ambiental não estão relacionadas somente a um posicionamento técnico e imparcial, envolvem posicionamento político no *campo ambiental* (BOURDIEU, 1989) em que o conflito está inserido.

Durante o licenciamento da etapa 1, ocorreram diferentes tratativas, tanto do empreendedor quanto do governo estadual, para deslegitimarem a luta dos atingidos para seu reconhecimento como tal.³⁰ Neste tópico, em específico, irei tratar sobre o tema do medo do rompimento da barragem, que foi acionado e denunciado pelas comunidades residentes à jusante da estrutura desde a descoberta de que suas localidades seriam transformadas em área de risco. Também irei expor as estratégias da empresa e do governo estadual para deslegitimar as denúncias de violações de direitos humanos, em mais um ato de *alegalidade* dentro do processo de licenciamento ambiental.

Como sinalizado no tópico anterior e a partir das denúncias em diferentes reuniões e audiências públicas, o medo do rompimento da estrutura esteve presente desde 2010, como pode ser visto nas falas a seguir:

Reclama quanto a poluição e escassez da água atualmente na região e relata preocupação com a construção da barragem do empreendimento. (Atingida do Passa Sete, ata 44ª Reunião URC JEQUITINHONHA, 2010)

E a preocupação maior que está sendo construída uma barragem muito grande de rejeitos. E a cada dia que passa, a água vai piorando, e algum dia ela vai virar barro, e nada está sendo feito. Nunca aconteceu de uma reunião na comunidade do São José do Jassém para dar uma satisfação à população do São José do Jassém e de todos esses lugares aqui. (Atingido do São José do Jassém, Transcrição da audiência Pública em São Sebastião do Bom Sucesso, 2012)

Boa tarde a todos. Eu tinha herança no Passa-Sete. Hoje lá existe uma barragem, que fizeram onde nasci, cresci e me casei. (...) Hoje moro para baixo de um empreendimento, e eles não olham o direito da gente. (...) A gente vai falar na reunião, eles dizem que não precisa se preocupar porque barragem não vai arrebentar. Estou cansada de ouvir notícias. No Amazonas, barragem rebentou. Em Goiânia, barragem rebentou. (Atingida, notas taquigráficas audiência da Assembleia Legislativa, 2013)

Boa noite a todos. Eu sou Fátima Silva. Moro para baixo de Passa Sete. E o que eu quero falar é isso, que eu moro para baixo do Passa Sete, para baixo da barragem, né? E agora eles fecharam a barragem já. A barragem tem cheiro. (...) "Ah, não vamos reassentar ninguém. Aqui, todo mundo vai ficar aqui nos lugares que estão". Não é possível que eles vão deixar nós debaixo da barragem, debaixo do perigo. Não só eu, minha família, meus... Que tem mais três casas para baixo da minha ainda, que é dos meus filhos. E para cima também têm os outros morador e tudo debaixo da barragem. (Atingida, Ata da 11a. reunião da REASA em São Sebastião do Bom Sucesso, 2013)

³⁰ Para saber mais dessas estratégias ver os estudos de: BECKER e PEREIRA (2011), ZHOURI (2014), SANTOS (2014), PRATES (2014), TORRES (2014), MOURA (2014) FERREIRA (2015), VIEIRA, (2015), ZUCARELLI E SANTOS (2015) PENNA (2016), entre outros.

Essas falas em relação ao temor do rompimento da estrutura foram ditas e repetidas durante os diferentes os espaços públicos participados pelos atingidos. Entretanto, o silêncio nesses ambientes quanto ao tema era recorrente. Segundo os moradores da comunidade do Passa Sete, quando funcionários da empresa os visitavam em suas casas e eram questionados quanto à segurança da barragem, as respostas proferidas eram vazias e encaradas como uma “*preocupação boba*”, como foi dito a Dona Graça certa vez. O Sr. Ricardo, casado com a Dona Carmen e morador da comunidade do Passa Sete, também expôs, em sua entrevista, a mesma fala recebida pela agricultora a respeito da segurança da barragem. “*eles falavam que não tinha perigo não, que tava com medo é à toa e que foi feito com muita estrutura, muita segurança e que não tinha perigo nenhum... ainda fala direto que não tem perigo nenhum, que eles agarante mesmo*”. (Fala dita em conversa informal no dia 26/05/2016). Embora houvesse preocupação dos atingidos quanto ao rompimento, os funcionários da mineradora minimizavam as suas inquietações. Dona Fátima por sua vez, recebeu em troca outro questionamento: “E eu pergunto para a senhora, quem me garante que um avião não vai cair?”.

Diante dessas falas, pode ser percebido como as respostas dos funcionários da mineradora negam as dores e os sofrimentos dos atingidos a partir de um “discurso abstrato”, no qual o conhecimento técnico é capaz de garantir a vida dos moradores. Essas falas, então, acabam por submeter o atingido a uma “política do silêncio e da aceitação” (ZHOURI, GENEROSO e CORUJO, 2016, p. 344), na qual essas “*violências não-denunciáveis (...)* [são] facilmente elididas e descartadas como inválidas ou não-pertinentes nos contextos institucionais jurídicos e de saúde” (OLIVEIRA, 2014a, 192).

Para a consolidação dessa racionalidade, ainda no licenciamento ambiental da etapa 1, em 2010, após a luta da comissão dos moradores da região, que já nesse momento, se sentiam prejudicados pela instalação da mineração e lutavam para que a Anglo American os reconhecesse como atingidos, o órgão ambiental estadual exigiu do empreendedor que custeasse um novo estudo socioeconômico, dessa vez por empresa indicada pelos próprios:

Que seja custeado pela empreendedora Anglo Ferrous, um laudo confeccionado por empresa independente, de notório saber técnico, a ser indicada pela Comissão de Atingidos, relativamente à caracterização da ADA - Área diretamente afetada e AID-Área de influência direta. Prazos: 20 dias para a indicação de 03 empresas, pela Comissão de Atingidos, devendo a indicação ser protocolada no escritório da Anglo Ferrous em Conceição do Mato Dentro. 20 dias para a contratação da empresa indicada. Na reunião da URC subsequente à contratação, apresentação da metodologia. (Ata da 43ª Reunião Ordinária da URC Jequitinhonha, 2010, linhas 584 a 591).

A empresa escolhida foi a Diversus³¹, que realizou seu trabalho entre 2010 e 2011. O diagnóstico identificou 22 comunidades atingidas, diferentemente do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) que havia considerado somente duas – Água Santa e Ferrugem. O diagnóstico expôs o contexto de violência e de expropriação que as comunidades estavam vivendo, relatando os conflitos relacionados à negociação fundiária e aos efeitos do empreendimento, como: poeira, barulho, rachadura nas casas, pessoas estranhas no local, contaminação dos córregos e seca das nascentes.

³¹ Empresa composta por Antropólogos.

Entretanto, tanto a mineradora quanto o órgão ambiental não aprovaram o diagnóstico feito pela empresa Diversus. Foi alegado que os dados eram inconclusivos e somente apresentava as percepções dos moradores quanto aos impactos e, sendo assim, não cumpriu com o objetivo do trabalho, que era apresentar o cadastro dos atingidos. Cabe mencionar que, de acordo com Zhouri (2014), o cadastro exigido por esses segmentos institucionais evoca uma lógica tecnicista cartorial-patrimonialista, que aciona sentidos econômico-capitalistas, em que os sujeitos são individualizados, fragmentados e, por fim, marginalizados. Os indivíduos são computados como apenas mais um número a ser indenizado. O cadastro, então, passa a ser mais uma medida de compensação e mitigação, acabando por “produzir uma violência insidiosa ao reconhecimento das diferenças societárias realmente existentes em um país pluricultural como o Brasil” (ZHOURI, 2014, p.133).

Devido às pressões populares dos comunitários, fortalecidas pelas reuniões da REASA em 2012-2013, o órgão ambiental apresentou o diagnóstico da Diversus em uma reunião pública. No entanto, em mais uma tentativa de desqualificar o estudo, a Anglo American protocolou um novo documento, que não se constituía como “uma peça legítima no âmbito do processo de licenciamento ambiental” (GESTA, 2013, p.15). O relatório foi produzido pela empresa Ferreira Rocha Gestão de Projetos Sustentáveis. Intitulado de “Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI) do Projeto Minas-Rio Mineração (Mina)”, apresentou uma proposta de resgatar os parâmetros do EIA/RIMA para a definição do universo dos atingidos. O estudo inaugurou, então, uma metodologia em que distinguia os “impactos reais” e os “impactos supostos”. Os impactos reais foram definidos como aqueles impactos passíveis de serem captados por instrumentos de medição (considerados técnicos) e os impactos supostos são os impactos percebidos pelas comunidades (considerados subjetivos).

Portanto, a partir do relatório da Ferreira Rocha, a mineradora não só desqualificou o diagnóstico da Diversus, como também desconsiderou as experiências vivenciadas pelos atingidos, enquadrando-os em uma realidade objetiva, na qual suas vidas foram descartadas em prol do “desenvolvimento”. Diante desse fato, a Ferreira Rocha construiu um entendimento de que as respostas técnicas são prerrogativas inquestionáveis (GESTA, 2013), atingindo o objetivo da mineradora em desqualificar as denúncias, os sofrimentos e as perdas dos atingidos. Esta visão da realidade, proposta pela empresa de consultoria, desconsiderou as relações de poder entre os diferentes segmentos sociais dispostos no *campo* (BOURDIEU, 1989), favorecendo as posições dominante da empresa.

Ferreira (2015) analisa que a construção da metodologia produzida pela empresa Ferreira Rocha compreendeu uma das tantas estratégias do empreendedor que compõe a *mecânica da violência* (SANTOS, 2014), que são práticas produzidas dentro dos procedimentos administrativos legais, mas que estão no nível da informalidade e potencializam ações violentas “que perpassam discursos, pequenos e dispersos atos, ou práticas sistemáticas, que dificilmente geram repercussões substantivas na esfera (formal) dos processos administrativos ou judiciais” (SANTOS, 2014, p145-146.). Nesse sentido, a metodologia da Ferreira Rocha representou outra modalidade de violência, que é a violência epistêmica (ZHOURI et al, 2016). A fala dos atingidos foi desautorizada no momento em que Ferreira Rocha transformou as denúncias, os sofrimentos e as perdas em discurso

“subjetivo”, através do conceito de “impactos supostos, opondo-os ao discurso técnico e aos impactos reais”. (GESTA, 2013, p.12)

Diante do impasse, o órgão ambiental propôs que a Diversus produzisse um novo estudo para atualizar seu trabalho (que havia sido produzido em 2010-2011), bem como que fosse feito um cadastro dos atingidos para serem incluídos na lista do reassentamento.

O novo estudo da Diversus³² foi apresentado na URC-JEQ após a aprovação da licença de operação da etapa 1, 2014. O referencial teórico, o conteúdo e as análises foram alteradas em relação ao primeiro diagnóstico. A partir de uma linguagem “técnica”, a Diversus não abarcou todo o universo dos atingidos, desconsiderou as violações de direitos humanos denunciadas pelas famílias e utilizou uma metodologia quantitativa para a definição dos núcleos familiares que seriam reassentados. Conjuntamente com a recomendação do reassentamento, a empresa sugeriu medidas mitigadoras para serem implantadas nas comunidades. Propostas como justificativa para o “não reassentamento”, essas medidas ignoraram as vontades e as necessidades das famílias atingidas, que já vinham denunciando as violações a que estavam sujeitas. Em relação à comunidade do Passa Sete, a Diversus sugeriu que a mineradora implementasse o mesmo sistema de abastecimento da comunidade Água Quente³³, e justificou a insegurança com relação ao rompimento da barragem de rejeitos como “insegurança simbólica”, afirmando que a solução advinha da eficácia do programa de comunicação social da Mineradora.

A Diversus, em seu segundo estudo, diferente do primeiro, adotou um olhar distanciado, coletou dados objetivos e utilizou como principal ferramenta do estudo uma metodologia quantitativa. Esse novo formato, então, da mesma forma como as falas dos funcionários da Anglo American, se caracterizava como uma desautorização e um silenciamento da fala dos atingidos (ZHOURI e OLIVEIRA, 2012). O estudo da Diversus assimilou a mesma lógica, pois, ao reafirmar o debate técnico na instância do licenciamento ambiental, através do discurso “abstrato e global” (ZHOURI, GENEROSO e CORUJO, 2016, p. 334), o “discurso local” foi transferido novamente para o debate do subjetivo, lugar esse que, para o campo do licenciamento ambiental, não é legitimado. (ZHOURI, GENEROSO e CORUJO, 2016). A desautorização e o silenciamento das comunidades são nítidos quando o trabalho pontua os medos em relação ao rompimento da barragem como uma “insegurança simbólica” e “sem fundamento técnico”:

Outro impacto não valorado por se um impacto simbólico é a insegurança que as pessoas sentem em função da implantação da Barragem. Simbólico no sentido da falta um maior esclarecimento para as pessoas elas se sentem efetivamente incomodadas e ameaçadas pela proximidade em que se encontram da Barragem. (Fala do representante da Diversus, ATA da reunião da 89 URC Jequitinhonha, 2014., p15, linhas:675 a 678.)

Devido a particularidade deste impacto e por se tratar de sentimentos da população **sem fundamento técnico** não é possível avaliar a significância deste. (...) O fato da significância do impacto não ter sido **avaliado como dos outros impactos**, não implica que o **impacto seja pouco significativo**. Este impacto está relacionado com **sentimentos** da população **pouco palpáveis e difícil de serem mensurados**, porém tais sentimentos são muito

³² Intitulado “Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reassentadas Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Entorno da Cava Licenciada e Estruturas Correlatas - Municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim”.

³³ Um sistema de abastecimento de água falho, em que a comunidade permanece 4 a 7 dias sem água. Além de possuir fossas sépticas, exalam mal cheiro, principalmente à noite. Para saber mais, ver ZHOURI, 2014, TÔRRES, 2014)

significativos para população local, segundo entrevistas. (...) Porém, o impacto é reversível, uma vez que, depende somente da implantação de medidas por parte do empreendedor que demonstrem a segurança e estabilidade da barragem de rejeitos. (DIVERSUS, 2014, p.146 *grifos meus*)

Nesses exemplos, as palavras e as expressões “simbólico”, “sentimentos”, “sem fundamento técnico”, “pouco palpáveis” e “difícil de serem mensurados” estão na seara da linguagem subjetiva, sem possibilidade de mensuração ou classificação. Ou seja, o estudo da Diversus pontuou os sofrimentos dos atingidos como não sendo passível de reconhecimento, uma vez que não é possível que se crie prova material. Nesse sentido, a solução proposta por essa empresa ao “problema” dos atingidos foi um aprimoramento do programa de comunicação da Anglo American. Tal sugestão advém da *lógica do paradigma da adequação* (ZHOURI et al, 2005), que adequa os atingidos ao empreendimento, de forma que cabe a eles aceitar viver com esse temor.

O contexto então, acionou mais um dispositivo da mecânica da violência que desqualificou a luta e as denúncias das comunidades. A Diversus utiliza a mesma estratégia da Ferreira Rocha: quando elabora a mesma “(...) distorção semântica de alguns conceitos, acaba por atribuir veracidade às propositivas de interesse do empreendedor” (GESTA, 2014, p.10).

Oliveira (2014) analisa, em seu estudo sobre o conflito ambiental do bairro Camargos, em Belo Horizonte, a luta dos sujeitos para serem reconhecidos como atingidos pela empresa de incineração que foi instalada no local. O autor discute, também, como a gestão dos riscos escamoteia as demandas dos atingidos, através dos laudos técnicos, perícias e estudos científicos. Esse fato assemelha-se ao corrido no conflito ambiental em CMD. Assim como no bairro Camargos, em Conceição do Mato Dentro os sujeitos precisam

(...) exibir, performar e traduzir as perdas enfrentadas em um idioma técnico de *evidenciação* ao qual, no entanto, as narrativas dos moradores não podem aderir. Desse modo, os depoimentos dos moradores e seus esforços de elucidação do conflito são capturados e transfigurados em ‘artefatos verbais’. A culpabilidade, a responsabilização e o dano que elas enfatizam desaparecem porque assumidos nos espaços institucionais como estatisticamente insignificantes e cientificamente controversos. Assim, submetidos a um processo de contestação e esvaziamento de suas narrativas, os moradores mobilizados experimentam um quadro perverso em que o corpo sente e sabe, mas não pode *provar*. (OLIVEIRA, 2014, p.23)

Portanto, em âmbito do licenciamento ambiental, os objetivos do relatório da Ferreira Rocha foram cumpridos, pois a Diversus incorporou as críticas da consultoria e transformou seu novo estudo em um trabalho classificatório. Além disso, a partir desse episódio, foi construído um novo dispositivo de *alegalidade* no processo de licenciamento ambiental que está repercutindo até o presente momento. A racionalidade de que “se não tem como provar o nexo casual, não tem como responsabilizar a empresa”.

3.2.5: O desastre tecnológico em Mariana e a intensificação do sofrimento social

Retomei o processo do licenciamento ambiental da etapa 1 sobre as narrativas das inseguranças da barragem de rejeitos para expor que esses medos já haviam tomado forma antes mesmo da tragédia de Mariana em 2015. Apresentei todo esse cenário, anterior ao desastre, para

expor que o contexto do sofrimento social já estava sendo construído a partir das violências cotidianas a que as famílias foram submetido ao longo dos anos de 2007 até 2015.

Na próxima seção, trabalharei com os processos do sofrimento social e violências cotidianas, a partir do contexto pós-licença de operação da etapa 1 e posterior à tragédia de Mariana, com o objetivo de analisar o efeito derrame da tragédia em relação os processos vividos pelas famílias residentes à jusante da estrutura.

O tema sofrimento possui uma discussão multifacetada. Por esse motivo tem sido debatido em diversas áreas do conhecimento, tanto em âmbito individual quanto coletivo. Áreas como medicina, biomedicina e psicologia possuem diversas pesquisas sobre o tema. Na Antropologia clássica, considerando que o estudo antropológico aborda as relações sociais e culturais das sociedades, o tema sofrimento foi tratado em diversos momentos por ser constitutivo do mundo social. Entretanto, foram utilizados termos como aflição ou perturbações da própria dinâmica da vida social. (VICTORIA, 2011). Contudo, na década de 80, intensificaram-se os estudos nas áreas de saúde, doença e sofrimento. Nesse sentido, aumentou, então, o dialogo entre as diferentes áreas.

Autores como Das, Kleinman e Lock (1997) inovaram na abordagem do tema ao proporem a discussão de sofrimento social,

(...) a linha de pensamento segundo a qual o mal-estar não pode ser observado e explicado independentemente das dinâmicas sociais e dos interesses políticos e econômicos que o constroem, reconhecem e nomeiam. As interpretações do sofrimento apelam a uma consciência da história do discurso que as elabora, cujo contexto é sempre o das relações de poder locais (BRAZZABENI E PUSSETTI, 2011, p. 468).

Nesse sentido, o sofrimento precisa ser entendido a partir de uma ótica em que esse processo ocorre de acordo com situações produzidas pelas diferentes relações de poder. São essas relações que definem as posições desiguais dos sujeitos sociais e que determinam a sujeição dos sujeitos aos processos de sofrimento (Brazzabeni e Pussetti (2011). Portanto, segundo Das, Kleinman e Lock (1997),

o sofrimento social resulta daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como estas mesmas formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais. Incluídas na categoria sofrimento social estão situações que eram normalmente divididas em campos separados, casos que simultaneamente envolvem saúde, bem-estar, questões legais, morais e religiosas.

Nesse sentido, para DAS (1995), SANTOS (2007) e OLIVERIA (2014), a categoria é entendida como uma construção coletiva que envolve atores, constituição de memórias e narrativas sobre determinados acontecimentos, que possibilitam a evidenciação dos medos, das dores e dos sofrimentos suportados por determinados grupos sociais violentados nas diferentes situações produzidas socialmente. Assim, “a transformação de elementos constitutivos do mundo social vivido, até então naturalizados, em *direitos*, por sua vez, traduzidos em uma retórica de justificação, que se reproduz na arena pública”. (SANTOS, 2003, 262).

A partir dos trabalhos lidos (SANTOS, 2007, SILVA, 2010 e OLIVEIRA, 2014), o agente que tem corroborado com o quadro de sofrimento social dos sujeitos são as instituições governamentais e privadas, devido às diferentes racionalidades pautadas na lógica capitalista. Nesse sentido, a partir dessas diferentes lógicas ocorrem os silenciamentos dos sujeitos sociais quando suas falas e

denúncias são desautorizadas nos espaços oficiais e nos instrumentos técnicos. Momento este que o poder se faz presente em sua forma mais evidente.

(...) as vítimas tem o seu sofrimento negado, mas por via de uma negação que ocorre não pela censura ou pela repressão, mas na forma como o sofrimento expresso e recebido e automaticamente refratado no âmbito dos contextos institucionais da regulação ambiental. É por meio desse mecanismo que os moradores experimentam o silêncio que marca a profusão de suas vozes e narrativas. (OLIVEIRA, 2014, p. 295)

Nesse sentido, de acordo com as autoras, as formas como essas agências e as empresas privadas recebem essas narrativas, contribuem para a intensificação do quadro de sofrimento social em que os sujeitos que estão submetidos.

3.3.6: Desastre tecnológico de Mariana e os efeitos derrame nas comunidades situadas à jusante da barragem do empreendimento Minas-Rio

Em 5 de Novembro de 2015, a barragem de Fundão da mineradora Samarco rompeu-se, derramando mais de 50 milhões de rejeitos de minério de ferro na bacia hidrográfica do rio Doce. O desastre causou a morte de 19 pessoas e deixou outras 1200 desabrigadas. Como consequência, o rio Doce foi assoreado, comunidades como Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram extintas, e outras comunidades rurais, como Barra Longa, tiveram estruturas destruídas. A lama com rejeitos espalhou-se por toda a região. Ao longo do seu percurso, até o litoral do estado do Espírito Santo, mais de 1,2 milhão de pessoas foram atingidas pelo rompimento (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2017). O desastre tecnológico da Samarco é o maior do mundo em termos de impactos socioambientais. Além das perdas ecológicas e econômicas, o evento crítico sepultou histórias, vidas, diferentes formas de organização social, patrimônios culturais e simbólicos.

A tragédia de Mariana, no estado de Minas Gerais, evidenciou os riscos e a vulnerabilidade de comunidades que estejam situadas à jusante da estrutura. O evento é tratado pelos autores Zhouri et al (2016a) como “desastre tecnológico”, entendido como fruto da negligência humana, opondo-se ao entendimento de “acidente” ou “desastre natural”. O “desastre tecnológico” está intrinsecamente relacionado ao universo do modelo econômico urbano industrial (RIBEIRO, 1995).

Ribeiro (1995) aponta a importância de considerar os desastres como processo social e não somente a partir de uma visão reducionista e tecnicista do fenômeno e/ou como rotineiro. Para o autor, os desastres são entendidos como “falhas no sistema social e não como manifestações meramente externas e socialmente inimizáveis” (RIBEIRO, 1995, p.24). Pensar em desastres como processos sociais implica compreender que:

independentemente da casualidade imediata que lhes for atribuída, os desastres consistem, sobretudo, em processos de ruptura social, refletindo, necessariamente, o tipo e o grau de preparação do sistema social para lidar com riscos naturais e tecnológicos para gerir fenômenos em grande parte por ele próprio criados, na produção de um ambiente cada vez mais socialmente construído (RIBEIRO, 1995, p.24)

A partir dessa perspectiva, os desastres tornam-se um processo intrínseco ao sistema social e às dinâmicas da construção social do ambiente. Valencio (2014a) aponta que para a sociologia, o

desastre é visto como “um acontecimento social trágico, no qual se mesclam dimensões objetivas e subjetivas de perdas e danos” (p.231). Portanto, o desastre precisa ser compreendido a partir da perspectiva de que se constitui como um processo social que gera um acontecimento social trágico, abarcando as dimensões objetivas e subjetivas da tragédia. Além disso, é necessário ser entendido também como um contexto de crise crônica. (ZHOURI et al, 2016b).

No dia do desastre tecnológico em Mariana, ao ler e assistir os noticiários do rompimento da barragem, fiquei assustada. Imediatamente, lembrei-me dos moradores das comunidades do Passa Sete e de Água Quente: Graça, Expedito, Fátima, Guilherme, Julieta, Carmen, Ricardo, Eliseu, Vera, Teodoro, Marta e outros tantos. Questionei-me como esses atingidos haviam recebido a notícia e quais teriam sido suas reações. Por haver um número grande de idosos nessas localidades, preocupou-me os sentimentos dessas pessoas em função das notícias relacionadas à tragédia.

Fiz algumas visitas à comunidade do Passa Sete durante o ano de 2016. Hospedei-me na casa de Dona Graça e fui às casas de quase todos os moradores. Durante as minhas conversas com eles, o período anterior à instalação do empreendimento era sempre retomado. As narrativas remetiam a um passado em que a região era tranquila, as casas eram movimentadas de visitas, havia circulação de pessoas e mercadoria e existia água em abundância. Um tempo marcado por alegrias, festas e fartura de alimentos,

De acordo com os relatos, a instalação do empreendimento significou uma ruptura nos modos de vida da comunidade. Nesse sentido, o tempo passado é visto em comparação com o tempo presente. As memórias do passado representam tempos da alegria, da vida em comunidade e da fartura. Enquanto, o tempo presente representa o medo, o sofrimento, pessoas doentes, as perdas e as inseguranças relacionadas ao futuro. Ao narrarem as experiências vividas do passado, os atingidos trazem à tona a “harmonia das relações sociais vigentes no “antigamente”, as relações sociais do passado (...) entendidas como uma construção social, a partir da qual os camponeses elaboram e vivem as transformações em seu modo de vida” POLLAK, 1989, 204).

Clarissa: Lá era na Mumbuca, né?

Dona Fátima: era na Mumbuca, virava para cá um pouquinho...ne? Naquele morro. Era uma paz minha fia.

Clarissa: A senhora ia muito lá?

Dona Fátima: la, toda semana, era dia de culto.

Clarissa: A senhora tinha muitos amigos lá?

Dona Fátima: Tinha, as amigas, os amigos... Lá morava a Dulce, a Liliane, mais a dona Dudu, a Maria... os parentes da Graça, lá morava família do pessoal tudo aí ó (referindo-se aos moradores do Passa Sete), o pai de Graça (...) Era muita gente que morava naquela serra. Acabou tudo mundo.

Clarissa: que juntava tudo e as vezes...

Dona Fátima: No, minha fia, era muita gente...

Clarissa: Imagino

Dona Fátima: mas o Clarissa, aqui era uma bença, minha fia. Eu subia aqui pra cima (Apontando na direção de um morro) e ia no culto lá no Oswaldo, passava ali naquela placa que entra na Mumbuca, né? Lá em cima, eu ia lá sempre ao culto na casa do Oswaldo. A gente ia lá direto.

Clarissa: o Oswaldo?

Dona Fátima: Sobrinho aqui do Seu Eliseu. Ele é filho da irmã do seu Eliseu. A gente ia no culto na casa dele e era uma bença, minha fia. Ce precisava de ver como a gente ria, não tinha bagunça. Ia por aquela estrada a fora mais as minhas netas, ia a pé. Passava aqui no Sr. Teixeira³⁴ que morava lá em cima, eu passava ali mais meus meninos, montado em um burrinho velho que eu tinha. (Entrevista, Passa Sete, 05/08/2016)

Dona Carmen: todo mundo tinha muita água, o rio passa mesmo aqui... era um rião nós tinha uma cachoeira bonita ali... acabou a cachoeira... ai quando vinha gente de BH³⁵ pra cá, minha casa era muito cheia de gente... agora que quase não tá vindo porque o pessoal mudou tudo... nós ia pra lá... nós ia tomar banho... tirava foto....

Clarissa: quem que mudou?

Dona Carmen: o pessoal da Água Santa mesmo, quase todos eles eram meus parentes.

Sr. Ricardo: e eles não saiam daqui.

Dona Carmen: se não era parente, era cumpadre, minha menina dava aula lá no grupo na Água Santa, juntava aquela turma e ia pra lá, dia de Domingo juntava aquela turma e vinha pra cá. Nós fazíamos reza aqui e depois a gente ia pra outro canto. Nó tinha que vê que beleza.

Clarissa: e você era da família de quem lá? de Água Santa

Dona Carmen: família da Dona Graça, do Beto, que é a família grande... aquela festona.. Quando eles passam lá... gritava, chegava aqui.. nós conversava, a família do Zé Couto, mesma coisa de ser irmã. Nós fomos criado juntos, nós comia em um prato só. A família lá... todo mundo da família do Oswaldo... do Paulo..., coisas de irmão..

Clarissa: o Oswaldo é o marido da Dona Constância?

Dona Carmen: é, da Constância, ele tinha moinho, nós levava milho lá e ficava o tempo todo lá...

Clarissa: Dona Graça contou que juntava muita gente e ia ajudar roça também.

Dona Carmen: é uai, lá na roça a gente arrumava aquele tanto de risada, o povo brincava, o povo arrumava namorada. A moça arrumava namorado, daqui a pouco tava todo mundo casando. Quando era na época de plantar, as moças ficavam tudo trabalhando para poder arrumar namorado, porque era

³⁴ O senhor Teixeira residia com sua irmã e seu irmão na comunidade do Passa Sete. Eram agricultores idosos e, por esse motivo, Dona Graça sempre que podia cuidava nos três. O Sr. Teixeira e seus irmãos foram reassentados pela Anglo American em caráter de urgência. Segundo Dona Graça, nunca foi explicado aos moradores o que significava o "caráter de urgência".

³⁵ Belo Horizonte.

muito rapaz e muita moça. Naquela paz, naquela alegria, hoje a gente nem vê moça mais, não vê rapaz, estão crescendo lá pra longe para poder trabalhar, só os velhos da roça que tão aqui. (Entrevista, Passa Sete, 06/08/2016)

Dona Graça: é porque antes, em Água Santa a gente tinha de tudo. né? O que a gente não tinha outros tinham, dava pra gente, o se tinha um mandiocal, a gente fazia uma farinha a meia, um polvilho a meia, sabe? Dava pra gente a mandioca, a gente fazia, mas hoje a gente não tem escora mais de nada, né? Porque não planta. O plantio maior que existia entre nosso meio, que abastecia Conceição, todo mundo, era Água Santa. Depois que a Anglo comprou, o pessoal cortou os plantios, a gente acabou o lucro todo.

Clarissa: plantava todo mundo junto em Água Santa?

Dona Graça: É, em Água Santa, a produção pra nós era na Água Santa. Igual a mim, eu na minha roça a gente plantava mandiocal, tudo na Água Santa e perto do meu pai, no quintal do meu pai, beirando o quintal, sabe? A gente tinha outra produção lá. Então com essa baixa que deu aí eu fiquei só com a minha roça. A gente adquiria mandiocal em outras partes pra ajudar a gente a sobreviver mais, agora à gente não tem outras roças. Os trabalhadores eram mais... sabe Clarissa? Assim ó, o movimento do trabalho era mais porque se meu marido ia trabalhar mais, ele ia trabalhar lá, se outra pessoa chamava ele, ele tinha um dinheiro maiorzinho porque era muitas pessoas que plantavam que precisavam de capinar também... aí ficava semana mais semana capinando... então com essa baixa da Água Santa as coisas, né? Não foi boa pra gente também, que a gente ficou quase trabalhando em bico. Entrevista, Passa Sete, (4/08/2016)

Clarissa: isso mudou muito a vida do cês, né?

Sr. Renato: ah mudou de uma vez! Aqui a gente não tinha preocupação de nada, de nada graças a Deus, de nada... (entrevista, Passa Sete, 05/08/2016)

Essa memória retomada pelas conversas na comunidade representa uma memória que não é individual, e sim construída coletivamente. Ela está inserida no contexto da vida das comunidades (trabalho, família e lazer) e foi desarticulada pela mineração. A memória coletiva expressa, nessas narrativas do passado, uma conexão com um elemento constituinte do sentimento de identidade (tanto individual, quanto coletiva), na medida em que ela é também um fator importante para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1989, 204).

3.2.7 Tempo presente, tempo do sofrimento

Em conversa sobre a tragédia de Mariana, Dona Graça proferiu a indagação: "(...) *E se essa barragem estourar?*". Na sua fala reflexiva, questiona se o mesmo episódio ocorreria em sua comunidade, no Passa Sete, em CMD. Ela me contou que visitou os atingidos da tragédia de

Mariana, junto com outros membros da região. Segundo a agricultora, foram feitas duas visitas para prestar solidariedade aos sobreviventes. As visitas foram idealizadas e organizadas pela equipe da Cáritas. Dona Fátima relatou o seu sentimento quando esteve no local:

Dona Fátima: Nossa senhora!!!! Eu senti tristeza demais, porque, nossa senhora, não gosto nem de lembrar, sabe? Me dá vontade de entrar, pegar todo mundo que tivesse ali, afogado, criação... Assim, deu um fechamento muito triste na gente... A gente vê aquilo tudo destruído, de árvore ao povo. Igual em Barra Longa, aqueles fazendeiros, coitados. E o prejuízo que tiveram, né? (Entrevista, Passa Sete, 05/08/2016)

Esse sentimento de tristeza sobre a tragédia de Mariana se coaduna com o sentimento de preocupação e insegurança, inserido em seu dia a dia após a instalação da barragem de rejeitos do empreendimento Minas-Rio, pois, em seguida, a atingida mencionou o seu contexto atual fazendo um paralelo com o desastre em Bento Rodrigues:

Dona Graça: (...) Depois de Mariana eu fiquei mais preocupada ainda, porque o risco para nós vai ser pior ainda. Se lá em Mariana teve esse risco infinito, para nós aqui vai morrer muito mais gente. Lá morreu 24 ou 17, aqui vai morrer todo mundo que mora beira rio. Vai morrer no Passa Sete a Dom Joaquim, porque tudo é baixo. Muita gente. E tudo tem casa é nas beiras dos rios porque o rio fornecia água, né? (...) então o risco aqui pra nós, a minha preocupação é com o risco aqui. Acho que vai ser mais pior que Mariana aqui, quando a gente assustar, só nos aqui do Passa Sete já foi mais de 200 pessoas. Até Dom Joaquim, porque tem um pedaço de Dom Joaquim que é baixo e tem morador abaixo também. Pode ficar a cidade alta de Dom Joaquim, mas beira rio, tudo vai embora. A minha preocupação é que vai ser muito pior. (Entrevista, Passa Sete, 04/08/2016)

Essa sensação de que um rompimento da estrutura em CMD acarretaria uma tragédia maior do que a de Mariana, justifica-se pelo fato de que a barragem de rejeito do empreendimento Minas-Rio corresponde a 370 milhões de m³, ou seja, sete vezes maior que a barragem da Samarco que se rompeu em novembro de 2015. A sensação de Dona Graça também se justifica pelo fato de as três comunidades situadas à jusante da estrutura localizarem-se a menos de 5km de distância da barragem. Sua casa encontra-se a 2 km e a da Dona Carmen, a 1,5 km. Distâncias menores que a da comunidade de Bento Rodrigues (cerca de 5 km), dizimada pela lama de rejeitos.

Portanto, após o desastre da barragem de Fundão, em Mariana, a comparação entre esses dois contextos tornou-se inevitável nos diálogos com os atingidos. A todo o momento, a tragédia era mencionada e comparada com a experiência vivida da comunidade. Essa comparação é mais uma forma dos atingidos evidenciarem que o sofrimento cotidiano que vivenciam não é um “medo simbólico”, como foi apontado pelos órgãos ambientais e pela mineradora. É um sofrimento elaborado diariamente.

Durante as minhas visitas às casas das famílias no Passa Sete, o medo, a preocupação e a insegurança em relação à estrutura da barragem de rejeitos foi um tema constante nas conversas. O assunto era trazido à tona pelos atingidos sem que eu precisasse mencionar. As falas desses sujeitos eram expressas com um semblante de preocupação e um timbre de voz angustiada, algumas vezes

desesperado. O conteúdo das narrativas expressava o medo rotineiro e constante: “é uma preocupação que não sai da minha cabeça”, explicou o Sr. Ricardo. Dona Fátima também narrou a mesma sensação:

A gente ficou com medo demais, minha filha. Nossa Senhora, minha filha! Nem dá pra dormir. Cê tem que vê quando venta, quando faz barulho lá fora, a gente já tá achando que é a barragem já tá descendo e o barulho já e vem atrás de nós ... Jesus amado, nossa senhora, meu Deus! Igual quando eu saio assim, Clarissa, pra fora, fazer alguma reunião fora, eu não fico tranquila. Eu fico com medo de de repente ela estourar e a gente chegar aqui e não achar nem ninguém. Fica aquele pensamento que só fica na cabeça da gente, de que não dá tempo de correr. Até pra gente sair, a gente fica preocupado com as coisas que a gente tem. Com os filhos, de ficar em casa ou com marido mesmo. A gente sai e não sabe nem a hora que ela pode estourar, porque ela não vai marcar hora nem nada, não é? E feito por um monte de homem, nunca, nunca. (Entrevista, Passa Sete, 23/05/2016)

O medo tem sido abordado por diferentes correntes teóricas. Tuan (2005) entende o medo a partir da perspectiva fenomenológica. Como um sentimento complexo e que pode ser entendido por dois componentes: sinal de alarme e ansiedade. O sinal de alarme diz respeito à ação instintiva em relação a um evento inesperado. A ansiedade é uma sensação difusa que está relacionada com uma ação antecipada a partir do pressentimento de perigo. A partir dessa compreensão do medo, o autor propõe as “paisagens do medo”, que são “quase infinitas manifestações, forças do caos, naturais e humanas. Sendo as forças que produzem caos onipresentes, as tentativas humanas para controlá-las são também onipresentes” (TUAN, 2005, p.12). Portanto, para o autor, as paisagens do medo são uma construção individual da percepção do ser humano sob um determinado ambiente. Essa construção se dá tanto ao nível mental quanto ao material.

Entretanto, Valencio (2010) trata o tema do medo de forma diferenciada em relação aos autores citados anteriormente. Ao discutir os processos desencadeados pelos desastres relacionados a chuvas no Brasil, o medo e a desesperanças são:

(...) algumas das expressões subjetivas da vulnerabilidade de determinados sujeitos. Decorrem, amiúde, da vivência cotidiana de interações sociais verticalizadas que insinuam, frequentemente, a legitimidade de práticas sociopolíticas supressoras e opressoras de modos de pensamento, hábitos, preferências, lugares, vozes e identidades que não estejam em conformidade com aquilo que é convencionalizado, por poucos, como sendo ‘adequado’, ‘de bom gosto’ e ‘belo’. Significa dizer nesse aspecto, que são estados emocionais suscetíveis de serem deflagrados em um sistema concreto e especializado de trocas desiguais, cuja lógica organizativa não aceite refutação. (p.34)

Valencio (2010) também aponta que o medo ocorre na interação entre os indivíduos, cultura e sociedade. Nesse sentido, o medo é uma emoção que não está relacionada somente às experiências universais ou individuais, também é fruto dos fatores de ordem social e cultural.

Diante do que foi exposto, o medo narrado pelas comunidades residentes à jusante da barragem de rejeitos do empreendimento Minas-Rio estabeleceu-se a partir da produção do risco na localidade e na interação entre eles, a mineradora e os órgãos públicos. Configurando-se em um

medo coletivo, através das experiências cotidianas e na relação com esses atores citados anteriormente. Portanto, no contexto das comunidades atingidas, "os medos permeiam a vida cotidiana e, na insistência dos riscos, se acumulam ao ponto dos (...) moradores se sentirem emocional e moralmente exaustos e progressivamente levados a se desenraizar do lugar tido como seu" (VALENCIO et al, 2011, p. 56).

Ao longo das narrativas, é perceptível que a época das chuvas é o período em que o medo, sofrimento, a tensão e a preocupação se elevam, devido ao medo do rompimento da barragem de rejeitos. A justificava que os atingidos apresentam para essa intensificação se dá pelo fato de que as chuvas aumentam o volume da água e, como consequência, eleva também a pressão da água nas estruturas internas da barragem. Cabe ressaltar que a tragédia em Bento Rodrigues ocorreu justamente no período das chuvas. Percebo também, que durante as falas dos sujeitos representados, quando expressam o medo da barragem, o significado que essa estrutura tem para as famílias é a morte, pois como suas casas estão a menos de dois quilômetros da estrutura, caso a barragem estourasse, a lama chegaria às suas casas em apenas quatro segundos, minando suas chances de sobrevivência. As narrativas abaixo expressam os dois elementos citados por Tuan (2005):

Dona Fátima: Uai, minha fia, como que convive? A gente não tem paz... Eu não tenho não. Aquilo não sai da minha mente... eu fico " Meu Deus o que nós vamos arrumar. Eu já penso, Clarissa, quando começa a chuva... ele tem mais possibilidade de acontecer... porque amolece a terra... se aquilo ali é só terra, ai fica mole... Cê vê que um barranco 'desse ai ó... Ce vê que o barranco é bem firme, né? (Entrevista, Passa Sete, 05/08/2016)

Dona Fátima: Agora muito mais com esse negócio lá de Mariana, nós já tava com medo agora que nós ficamos com mais preocupação ainda. Enquanto começa a chover aqui minha filha, ninguém dorme não. A gente... ninguém dorme. Cassio, tem problema de cabeça, coitado de Cassio, ele fica preocupado. Ele fica: "É a barragem tá enchendo, a barragem tá enchendo... o meu Deus do céu..." Me preocupa, ainda mais com isso... ne? Que fica na cabeça dele... A gente fica aí nessa preocupação, porque quando tá chovendo, é pior, porque já pensou aquela terra amolecer lá, a barragem foi construída com terra... aí a gente não tem sossego nem de dormir. (Entrevista, Passa Sete, 23/05/2016)

Dona Graça: A preocupação da gente aqui é muito grande. É muito grande mesmo. E a vizinhança aqui pra mim também, é a mesma coisa que eu penso pra mim, eu penso pra eles também. Tem muita família com menino pequeno vai perder a vida, fica tudo pensando na cabeça, tem criança que nem conhece como é o mundo, vai morrer, a gente fica só pensando nisso. (Entrevista, Passa Sete, 04/08/2016)

Dona Carmen: aí quando arruma a chuva, é uma zueira, menina. A gente acha que a barragem tá arrombando. Pouco tempo mesmo, arrumou uma zueira, acordei com aquela zoeira e pensei, "O meu deus a barragem deve está desmanchando..." e fui lá na porta da sala e fiquei escutando...

pensei "qualquer coisa eu acordo o Binho porque ele tem um sono muito forte." e nós passa a mão ao menos nos documentos e pega as coisas mais fácil e vamos correr" mas correr pra onde? correr para o morro acima? nós não aguenta... pra lá é morro, cá é morro... nós vivemos no pé do morro, a água só vai descer...(Entrevista, Passa Sete, 06/08/2016)

Sr. Ricardo: nós pensamos que se essa daqui a arrebenta, acontece o mesmo... tá é doido

Dona Carmen: e é muita água

Sr. Ricardo: que a gente tá sujeito tá

Dona Carmen: Só que eles falam que não tem perigo da barragem desmanchar, mas esses grandes que fala esse pessoal da empresa... eles não tão morando aqui, eles tão morando lá.. eles vem aqui... passa mingal na nossa boca e vai embora... né? Vai para os palácios deles... né? nós fica aqui, na hora que desmanchar, " o coitada, a barragem desmanchou, levou todo mundo embora.." ai vai vir prefeito, vai vir vereador... vai vir os presidentes tudo da empresa... né? ai é tarde...

Dona Carmen: é meu deus agora nós vamos ficar de baixo dessa barragem perigosa, o que nós vamos arrumar aqui de baixo..." um mundo de água daquele, né? Muita água... aí a gente... Preocupação já começou desde dai. (Entrevista, Passa Sete, 06/08/2016)

A partir dessas narrativas, podemos perceber que as comunidades abaixo da barragem de rejeitos vivem o paradoxo da água como vida e morte (VÍCTORA e RUAS-NETO, 2011). Esse paradoxo foi abortado pelos autores Víctora e Ruas-Neto (2011) no caso da etnia Charrua, que vive na área urbana de Porto Alegre - RS. Essa tribo foi reconhecida como indígena pela câmara municipal, no ano de 2007, e no mesmo ano recebeu uma extensão de terra da prefeitura para a construção da primeira aldeia Charrua, "Aldeia Polidoro". Após a conquista da terra, a etnia passou a lutar pela instalação de infraestrutura básica. descente no local. A água que abastecia a tribo era contaminada, por isso se configurou como o principal elemento de luta dos Charrua.

Segundo Víctora e Ruas-Neto (2011), na Aldeia Polidoro havia um córrego que abastecia as casas das famílias através de um encanamento por mangueiras. Essa água era utilizada para irrigar plantas, consumo animal e abastecimento das casas. No entanto, era imprópria para o consumo humano. No ano de 2010, segundo os autores, todos os membros da etnia adoeceram "com sintomas de náusea, dores no corpo, vômitos e diarreia." (p. 52). Os Charruas recorreram às diversas instâncias públicas para solucionarem a questão. Entretanto, a morosidade e as dificuldades impostas por esses órgãos burocráticos para a resolução da questão potencializou o quadro de sofrimento social das famílias, sofrimento esse que é corporificado pelos efeitos da contaminação nos corpos dos indígenas. Portanto, o paradoxo da água como vida e morte se configura nesse contexto. A água, ao mesmo tempo em que é a fonte de vida e responsável pela reprodução social da tribo, é sua principal ameaça letal, ocasionando doenças graves no território, que conseqüentemente poderia levá-los à morte e à eliminação da etnia. A invisibilidade do problema da água se deu em duas

instâncias. A primeira quanto a uma ameaça invisível devido à falta do nexo causal entre a contaminação da água e as infecções. A segunda instância quanto à invisibilidade da luta dos indígenas nas instâncias administrativas pelo abastecimento de água. O “jogo do empurra” das instituições contribuiu para a consolidação do sofrimento da tribo. Assim, “a invisibilidade e a potencial toxicidade do produto, juntamente com a ameaça histórica de extermínio, acrescenta grande dramaticidade ao ‘problema da água.’” (VÍCTORA E RUAS-NETO, 2011, p. 55).

Retomando o drama das famílias situadas à jusante da barragem de rejeitos do empreendimento Minas-Rio, o paradoxo da água como vida e morte (VÍCTORA E RUAS-NETO, 2011) também faz parte do cotidiano dessas famílias. Esse paradoxo dá no contexto em que a água fazia parte dos usos múltiplos e costumeiros da comunidade, através das nascentes e do rio Passa Sete. O rio era a fonte da dessentação animal, do lazer, da sociabilidade e da abundância. No contexto atual, a água do rio, “presa” na barragem de rejeitos, representa ameaça, medo, sofrimento e morte.

Portanto, a violência das afetações, nesse contexto, configura-se no medo coletivo e no sofrimento social, constituídos pelos atingidos através da produção do risco na sua localidade, formando “(...) experiências corrosivas que mobilizam todos os recursos, pessoais, familiares e comunitários (...)”. (VALENCIO, 2014b, p.41). Em vista desse cenário, as comunidades estão vivendo em um contexto de crise crônica, no qual as incertezas circunscrevem um cenário em que o presente e o futuro são nebulosos e angustiantes diante do risco a que estão expostos. Assim, existe em seus cotidianos “um medo persistente, que dilacera o corpo, a mente, as emoções, as relações sociais do presente e a visão de futuro.” (Idem).

3. 3 “O corpo não está mais aguentando”

Iniciarei esse tópico com dois episódios que vivenciei na comunidade do Passa Sete junto com os atingidos.

Episódio 1 (diário de campo)

No dia 28 de Janeiro de 2017, visitei Dona Graça, Eliseu, Fátima e a Simone para convidá-los a participar da oficina de Cartografia Social que o GESTA-UFMG, juntamente com o Núcleo da Nova Cartografia Social da Amazônia, estava organizado na comunidade do São José do Jassém. Eu e Guilherme, filho da Dona Graça, andamos o dia inteiro no sol quente e nos sentíamos cansados pelo dia puxado das andanças e das visitas nas quatro casas. Saindo da casa da Simone, última visitada, eu e Guilherme estávamos subindo o morro pela estrada de terra, no sol quente, sem sombra alguma, e nos encontrávamos morrendo de calor.

Como eu estava toda suada e desejando um banho de cachoeira, a partir da minha lógica urbana, disse em meio à conversa:

- Guilherme, imagina se tivesse um mar aqui perto para a gente nadar agora. Iríamos refrescar rapidinho...Ou melhor, se tivesse uma cachoeira...

Guilherme respondeu-me secamente:

- É. Pois é.

Diante da pouca fala do Guilherme, que me soou quase como um silêncio, minha ficha caiu. Fiquei sem graça e, ao invés de ter ficado calada e não ter piorado a situação, emendei:

- Nossa Guilherme! Vocês tinham cachoeira na porta da casa de vocês, né? Naquela última vez que vim, vocês me levaram lá na lapa onde nadavam. Também acabamos de sair da Casa da Dona Fatima e da Simone. Elas tinham uma cachoeira na porta da casa delas, né? Se a empresa não tivesse acabado com tudo, estaríamos nadando no rio agora.

Guilherme então respondeu:

- Sim! No dia do sol quente como esse, eu e meus primos vinha aqui para a casa da Dona Fátima nadar. A gente pedia permissão para ela, tudo direitinho, e ela deixando, a gente nadava de com força aqui. Era muita diversão. Agora, só tem o Teodoro, né? Só que é longe. Não dá para ir toda hora. Quando você voltar aqui, se Deus quiser, eu já vou ter comprado um carro e a gente vai lá.

Eu respondi:

- Ok! Combinado. Vamos sim.

Logo em seguida, calei-me, morrendo de vergonha pela minha insensibilidade quanto ao meu primeiro comentário com relação à perda da cachoeira. Não acreditei que depois de tantos anos acompanhando o sofrimento dos atingidos, eu tinha cometido esse ato falho. Segui o caminho envergonhada, pensei se eu deveria ter pedido desculpas a ele. No entanto, durante essa minha reflexão, Guilherme comenta comigo:

- O suco de manga verde na casa da Simone tava gostoso, né?

Eu respondi:

- Sim. Muito bom! Nunca tinha tomado.

A partir desse comentário, iniciamos outro assunto e seguimos juntos até a casa da Dona Graça novamente, pois já estava quase na hora das meninas do GESTA irem me buscar para voltarmos à cidade de CMD.

Episódio 2: (Diário de campo) 04/08/2016

Depois do almoço, estávamos eu e Dona Graça conversando na cozinha. Como era de costume, Vera e Eliseu, seus vizinhos, chamaram a agricultora na porta da sua casa para recebê-los. Ela os convidou para entrar. O casal carregava dois galões azuis de água de 25 litros, vazios.³⁶ Cumprimentei o casal e disse que eu tinha me programado para ir à casa deles hoje ou amanhã. Os dois, sempre muito solícitos, disseram que eu poderia ir quando quisesse. Vera seguiu para a bica da casa da Dona Graça para encher os galões, enquanto Eliseu ficou dentro de casa conversando com a agricultora.

Eu queria conversar com Dona Vera, já que eu ainda não a tinha visto desde a minha chegada. Para fazer uma gentileza, eu disse que iria ajudá-la a encher os galões e carregá-los pelo menos até uma parte do caminho. Então eu disse:

- Dona Vera, vou te ajudar a encher os galões e a carregar.

Dona Vera, com uma voz doce e muito educada, disse:

- Ô, minha fia, não precisa não.

Eu respondi:

³⁶ Há mais de três meses, o casal estava sem água em sua propriedade. Iam buscar água na casa da Dona Graça quase todo dia.

- Não, Dona Vera, eu quero ajudar a senhora. Sempre que vou à sua casa, a senhora me serve um cafezinho, um suco e um pedaço de queijo, pelo menos essa ajuda eu vou oferecer para a senhora.

Tirei algumas fotos do galão, no que ela começou a contar que a nascente tinha secado já havia três meses e falar de como era difícil ter que buscar água praticamente todo o dia na casa da vizinha. Contou também da dificuldade de ter que economizar água e da tristeza que é ficar sem água.

Após encher o primeiro galão, Dona Vera o encostou para fora da bica e começou a encher o outro. Eu disse que iria encher o outro, mas ela não deixou, de forma alguma. Então falei:

- Então tá, Dona Vera, vou levar esse galão para a senhora.

Ela respondeu novamente:

- Ô, minha fia, não precisa. É muito pesado. Pode deixar.

Eu não dei ouvidos à agricultora e peguei o galão. Nessa hora, não consegui nem tirá-lo do chão. Fiquei impressionada com o peso. Soltei o galão, juntei todas as forças que eu tinha e o peguei novamente. Consegui levantar um pouco e comecei a andar com bastante dificuldade. Mal conseguia manter o galão de água no ar. Na mesma hora, comentei com espanto:

- Dona Vera do céu, como esse trem é pesado. Como a senhora consegue carregar esses dois galões, Dona Vera? É muito pesado!!!

Dona Vera respondeu-me:

- Ô, minha fia, é o costume. A gente tem que fazer, né? Não tem como ficar sem água.

Nessa hora que comecei a reclamar do peso do galão, o pessoal que estava na cozinha passou a me observar. Eu não havia chegado nem na metade do caminho, quando comentei:

- Gente, minhas costas já estão doendo. Meus braços então...! Esse trem é muito pesado. Tô muito chocada!

As pessoas que estavam me observando começaram a rir de mim, inclusive Dona Vera, e eu percebendo isso, comecei a rir junto com eles. Continuei fazendo os comentários com humor para que eles continuassem rindo. Alguns me deram incentivo para continuar carregando o galão até meu objetivo; outros, falaram para eu largar o galão no meio do caminho. Eu, persistente, falei:

- Não, gente, vou carregar pelo menos até a porta da cozinha, pelo menos! Vou cumprir pelo menos uma parte do combinado com a Dona Vera.

Com toda a dificuldade que alguém poderia ter, consegui cumprir o objetivo e levei o galão até a porta da cozinha. Minhas costas e meus braços estavam doendo bastante. Todos comentaram que, realmente, o galão era muito pesado e que era mais fácil carregá-lo no ombro do que pelos braços. Para completar a cena e para meu espanto, descobri que o galão não estava completamente cheio, estava pela metade. Fiquei, então, muito mais impressionada com o peso dele. Era muito pesado para carregar nas costas. Dona Graça já tinha me contado que Dona Vera ficou doente carregando esses galões. Segundo a agricultora, o membro superior, próximo ao ombro da Dona Vera, tinha inchado.

As duas cenas narradas possuem como objeto central a água, elemento fundamental para a constituição e manutenção da organização social das comunidades na localidade. A água é

compreendida como um bem cotidiano, sendo considerada tão importante quanto o ar e a comida que as pessoas necessitam. Água e vida estão intrinsecamente relacionadas para essas famílias. Em função dessa significação, as conversas com os atingidos são perpassadas por essa temática. Independente dos assuntos que discutíamos, em algum momento do diálogo, o tema água era abordado por eles. A partir dessas duas cenas, é possível perceber como as atividades rotineiras relacionadas à água foram modificadas devido às interferências operacionais da mineradora na região. Nesse sentido, como pesquisadora da localidade, não fui alheia a essa questão. Não só nesses dois momentos, como também em outros, presenciei como a escassez de água desestruturou as relações sociais e simbólicas para lidar com o ambiente. Vi como essas alterações na localidade se perpetuaram também nos corpos, na saúde e na vida das famílias atingidas.

A água então, tida como um dom divino, é considerada um bem comum entre as famílias e não está restrita ao uso individual. As casas que visitei possuíam como fonte de abastecimento principal as nascentes e como fonte complementar o córrego Passa Sete. Segundo Ribeiro e Galizoni (2003), as "(...) nascentes servem como referência na sociabilidade e identidade, na delimitação do território e localização da população." (p.8). Na comunidade do Passa Sete, assim como também exposto por Galizoni (2005), as moradias são construídas próximo aos cursos d'água para a realização das atividades cotidianas dos modos de vida local. Dona Graça expressou de forma clara o motivo das casas serem assentadas próximo aos rios e às nascentes: "*porque a água do rio era uso pra todo mundo... então todo mundo caçava o quê? A beira rio e aonde nasce uma água, uma grotta, pra tá morando...*". Portanto, segundo a agricultora, para as comunidades rurais situadas próximo ao empreendimento, as nascentes e os córregos são referências para a organização do trabalho, devido à facilidade de instalação de sistemas de captação de água para viabilizar o abastecimento doméstico.

Durante as entrevistas, em conversas informais e nas audiências públicas, os atingidos descreveram como eram as águas da região. A abundância do bem comum era uma fala central nos relatos:

Dona Carmen: (...) Todo mundo tinha muita água, o rio passa mesmo aqui. Era um rião, nós tinha uma cachoeira bonita ali. Acabou a cachoeira. Aí quando vinha gente de BH pra cá, minha casa era muito cheia de gente, agora que quase não tá vindo porque o pessoal mudou tudo. Nós ia pra lá, nós ia tomar banho, tirava foto...

Clarissa: Era muita água, né?

Sr. Ricardo: Era água de mais!

Dona Carmen: Tinha tanto peixe esse rio. Tinha época de pesca que a gente não ligava pra isso não, a gente ia ali, pegava aqueles piazão e a gordura já tava no fogo esquentando, só limpava e punha na gordura e comia.

Clarissa: É, o Guilherme tava me contando a altura que o córrego passava ali na beiradinha da trilha.

Sr. Ricardo: A gente passava quase pisando dentro d'água berando o caminho...

Dona Carmen: Quando dava chuva e enchente, o rio jogava aqui na beira da porta. Ali na enxurrada... (Entrevista, Passa Sete, 06/08/2016)

Outra característica comentada pelas famílias em relação à qualidade da água está associada à sua aparência:

Dona Carmen: (...) Aí nos atravessava esse rio, ia para casa da minha menina, pra ir no grupo de escola lá que minha menina dava catecismo para os meninos. Nós começava a saltar aqui no Passa Sete, ia saltando [o rio] até no grupo, atravessando o rio, aquela **água clarinha**. Nós ia lavando as mãos, os pés...

Clarissa: Eram outros rios que vocês iam saltando?

Dona Carmen: Era esse rio mesmo.

Sr. Ricardo: Ele vai, faz outra volta e torna a passar. Ele dava umas 5 ou 6 passagens. A nascente era lá pra cima, final de Zé Carlos mesmo.

Dona Carmen: Onde eles fizeram uma casa grande lá em cima. Uma espécie de uma parede, lá nós sentava pra tomar água e lavar os pés pra chegar na casa da nossa menina. Nossa menina morava lá trás daquele morro, **água cristalina**.

Sr. Ricardo: Bonita assim, a **água cristalina nas pedras assim**, que até **brilhava**.

Dona Carmen: É, era muita água, e agora tá presa.

Sr. Ricardo: As águas caía tudo dentro desse rio aí. (Entrevista, Passa Sete, 07/08/2016)

Galizoni (2005), em seu estudo sobre população rural, cultura e água, identificou em comunidades pertencentes aos diferentes biomas (cerrado, mata atlântica e caatinga) que a gestão das águas ocorre a partir de uma classificação e hierarquização do bem comum. Segundo a autora, as águas das nascentes são consideradas finas, leves, vivas, frias, cristalinas e sadias. São as melhores para o consumo humano. No sentido oposto, as águas paradas são caracterizadas como grossas, pesadas, quentes, mortas e presas. Não são consideradas boas para consumo do homem, somente para atividades produtivas. Diante dessa classificação e a partir das narrativas das comunidades sobre águas do Passa Sete, é possível afirmar que o córrego possuía a melhor qualidade de água para o consumo humano: cristalina e clarinha.

Assim, as áreas de cultivo (horta, quintal e roça), a criação e a produção da indústria doméstica rural (fubá, farinha de mandioca e polvilho) só eram possíveis com a disponibilidade de água em abundância. Atividades de lazer como nadar e pescar também só eram viáveis quando fontes de água eram sadias. A água, como bem comum e fonte da vida das comunidades atingidas pelo empreendimento Minas-Rio, está diretamente relacionada com a cultura, a produção, o território, a sociabilidade, o corpo, o lugar e o saber.

3.3.1: o sacrifício para carregar água

O casal Eliseu e Vera são agricultores e residem há 20 anos na comunidade do Passa Sete. Eles são casados há 24 anos e mudaram-se para a casa atual devido à idade avançada e ao adoecimento do pai do Eliseu, que residia sozinho na localidade. Após o falecimento do familiar, o casal continuou residindo ali.

Eliseu é um senhor de 77 anos, com estatura mediana, negro, corpo marcado pelo tempo e pelos anos trabalhados na roça. A sua voz é calma e firme ao mesmo tempo. Ele é um homem de poucas palavras, mas, quando lhe é dirigida a palavra, fala de forma clara e certa. Atualmente, Eliseu é agricultor e aposentado. No entanto, no passado, trabalhou em outras fazendas. Dona Vera, irmã de Carmen, que é sua vizinha, tem 53 anos, estatura mediana, é negra, possui uma voz doce e gentil. Todas as vezes que visitei o casal, fui recebida de forma solícita e atenciosa.

O casal ainda reside na casa que era do pai de Eliseu. Nesses últimos tempos, no entanto, iniciaram a construção de uma nova casa na propriedade, pois a atual já está com a estrutura comprometida. O terreno da família é dividido em quatro ambientes: roça, horta, quintal e pasto. Na roça, tem milho e mandioca; no quintal, tem árvores frutíferas, plantas medicinais e ornamentais. Nesse ambiente, tem também o galinheiro, a bica da nascente e benfeitorias como o forno de barro, a casa de farinha e o engenho de rapadura. Na horta, quando visitei, havia hortaliças e alguns legumes como: cenoura e alho. No pasto, há um curral para abrigar alguns poucos bovinos.

Eliseu e Vera possuíam como fonte primária de abastecimento de água uma bica que nasce no terreno de um fazendeiro vizinho e como fonte secundária, o córrego Passa Sete. Seus vizinhos Dona Fátima, o casal Simone e Tunico (filho de Dona Fátima) e Cleide (Nora de dona Fátima) também possuíam as mesmas duas fontes de abastecimento de água, ou seja, a sua nascente abastecia a casa do Eliseu e mais três residências. Dona Graça relatou como era a bica de água do Casal:

Clarissa: Essa nascente que secou era a mesma que dava para o Sr. Eliseu?

Dona Graça: Não, a de Eliseu é outra. Nasce na outra grotta de lá, só que a água dele era o tanto daquela minha que ia pra ele e pra Fátima e ainda dava uma bica que corria num brejo pra baixo assim que hoje, quando era no tempo das águas, ele colocava ela pra pingar no barranquinho. Mas agora ela já secou.

Clarissa: Hoje tá seca, né?

Dona Graça: É, por isso que ele tem que buscar aqui. Aí a dele era outra. Sabe? E tinha o rio também. A nascente dava aquele canção de água assim caindo no rio, purinha. A de Eliseu ele tinha uma caixa no campo que ela enchia essa caixa, vazava nessa caixa, ainda vazava no outro rego. Era quase a quantidade da minha. A minha era mais um pouco, mas a dele era muita também. Ela tomava até boi do vizinho, atolava, porque a água era muita, dava para os bois do vizinho beber e dava pra Eliseu mais Fátima abastecer a casa com tudo e ainda saía fora que virava brejo até fazer atoleiro pra criação.

Desde as atividades de prospecção do empreendimento Minas-Rio, em 2007, as comunidades rurais têm denunciado as alterações na qualidade e na quantidade da água das localidades. Nas audiências

públicas, passeatas, documentos de denúncias das violações de direitos humanos, dentre outras manifestações, a água surge como elemento central dos conteúdos denunciados nessas instâncias.

Diante desse contexto de denúncias da escassez de água e contaminação dos cursos d'água, a nascente que a abastecia a residência do Eliseu tornou-se intermitente – alguns meses ela seca por completo e em outros escoava água, porém, em volume reduzido. A nascente não é mais suficiente para abastecer os vizinhos do casal. Para completar o cenário de desestruturação dos modos de vida da família, o córrego Passa Sete, que era uma alternativa em tempos de seca, quando ocorria a diminuição natural da vazão da nascente, está inviável para o consumo.



Figura 13: Bica da água da propriedade do Eliseu e Vera, sem vazão. (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto/2016)

Devido à escassez de água que acometeu a propriedade da família, o casal foi obrigado a buscar água na casa da Dona Graça. Todos os dias, percorrem um trajeto de 610 metros (medidos pelos próprios moradores) em que carregam, cada um em suas costas, um galão de 25 litros de água, equivalente a 25 kg. O trajeto percorrido é uma trilha em um terreno irregular, de terra batida, com subida e descida. Além disso, durante o percurso, o casal necessita passar por uma pinguela estreita, o que dificulta o transporte. Devido à idade avançada do Eliseu e pelos seus problemas de saúde (diabetes, pressão alta e dificuldade de enxergar), tem dias que Dona Vera busca água sozinha na casa da vizinha, carregando os dois galões.



Figura 14: Dona Vera e os dois galões de água de 25 litros, na bica da casa da Dona Graça. (Fonte: Arquivo Pessoal/ 04/08/ 2016)

Tanto Eliseu como Dona Vera já apresentaram efeitos nos seus corpos devido às alterações profundas nos seus modos de vidas. Houve um dia em que Eliseu foi buscar água para abastecer sua residência e desmaiou no meio do percurso de volta para casa. Foi resgatado pelos seus vizinhos e levado ao hospital. Já Dona Vera teve seu ombro e parte do braço inchada devido ao esforço de carregar os galões de água até sua casa. Em agosto, o casal me contou que tem três anos que eles passam pela mesma situação nos tempos de seca. Em meio a uma conversa em sua casa, Eliseu disse: “o corpo já não está mais aguentando.”

3.3.2 O corpo e o lugar

A compreensão dominante sobre o significado do corpo humano advém da concepção médica, que o entende como um organismo biológico, no qual há uma separação entre as dimensões físicas e psíquicas. O corpo, então, é compreendido como um objeto, um conjunto de órgãos que está susceptível a doenças (SOUZA, 2007). Nesta dissertação, entretanto, trabalharei com uma concepção mais ampla em relação ao entendimento do que é o corpo. Para isso, adotarei as perspectivas da geografia humana e da antropologia.

Nesse sentido, o corpo é o local onde o sujeito experimenta a sua singularidade, registra na carne e na sua história as experiências vividas em seu cotidiano. (CHAVEIRO, 2012). O corpo ouve, sente cheiros, gostos e vê. Constrói “sentidos de mundo” (SCRIBANO, 2007). Portanto, desde o nascimento até o final da vida, as percepções do mundo estão sendo construídas e/ou consolidadas. É a partir do corpo que o ser humano experimenta o mundo, são “essas questões [que] fazem parte de um universo simbólico que norteia as representações sociais e que dão sentido à existência humana.” (OLIVEIRA, 2010, p. 104). Dizemos, então, que a noção de corpo é socialmente construída.

Entretanto, nesse caso estudado, ao falar de corpo também é necessário discutir *lugar*. Chaveiro (2012) aponta que não existe corpo sem *lugar* e *lugar* sem a presença do corpo. O autor entende o *lugar* como um feixe ininterrupto de relações e experiências em que diferentes sujeitos produzem sentidos, símbolos, valores e sentimentos para a manutenção dos modos de vida. A compreensão de Escobar (2005) sobre lugar complementa a de Chaveiro (2012) quando aponta o lugar como uma experiência enraizada de determinada localidade em a conexão direta com a vida diária. Portanto, o corpo atua na produção dos lugares, a partir dos seus experimentos e experiências. O *lugar* é construído dando sentido aos os símbolos, valores e sentimentos oriundos das experiências vividas pelo corpo dos sujeitos. “O corpo é o modo como o lugar está sendo efetivado”. (CHAVEIRO, 2012, p.253).

A partir da relação do corpo com o *lugar*, tem-se a *corporeidade*. Escobar (2005), apoiado na concepção fenomenológica de Merleau-Ponty, entende que esse conceito é a conexão entre o corpo e *lugar*, a “práxis do nosso viver”, que constrói e reconstrói mundos a partir das experiências cotidianas.

Em janeiro de 2017, no tempo da chuva, no mesmo dia do episódio 1 do meu diário de campo narrado anteriormente, visitei Dona Vera e Sr. Eliseu em sua casa para convidá-los a participarem da oficina da Nova Cartografia Social. No momento que eu estava caminhando com Dona Vera no seu quintal, comentei:

- Nossa Dona Vera! Aqui está diferente! Parece que está mais bonito do que da última vez que eu vim.

Dona Vera responde:

- É, minha fia, quando chove, tudo muda. Tudo fica mais bonito! Até a nossa saúde melhora.

A fala da Dona Vera nesse contexto ilustra como o corpo e *lugar* estão intrinsecamente relacionados. Em sua fala, o “tudo” significa o ambiente, a natureza que envolve não só a mata ao redor da casa, mas a roça, a horta, a nascente que havia voltado a ter uma vazão mínima de água e todos os elementos relacionados com os seus modos de vida. Depois da sua fala, reparei o que eu havia achado mais bonito: as plantas estavam com as tonalidades das folhas vivas e as flores se exibiam no quintal. No momento da fala de Dona Vera, também reparei que ela se encontrava com o rosto mais corado e um aspecto mais saudável em comparação com a última vez que a tinha visto.

Como estava no tempo das águas, a chuva também representava um ambiente sadio e limpo em comparação com o período de seca. No mês de agosto, a poeira encontrava-se estagnada no ambiente e as plantas possuíam um aspecto murcho devido à escassez de água.

Além disso, o tempo da chuva representa a fertilidade da terra, a abundância dos alimentos e a garantia da colheita no decorrer do ano. A fartura dos alimentos relaciona-se com refeições diversificadas na mesa e, conseqüentemente, uma qualidade melhor de vida. A palavra “saúde”, na fala da Dona Vera, relaciona-se com corpo. Não ter mais que carregar os galões de água de 25 litros significava um alívio para o casal. Eram períodos em que o corpo era poupado do desgaste. A disponibilidade de água, mesmo que em pequena quantidade, também possibilitava que as atividades

de higiene pessoal (tomar banho e escovar os dentes) e domésticas (lavar louça, lavar roupa e regar horta) fossem realizadas sem a preocupação da economia e da necessidade de ir buscar água novamente.

Portanto, o corpo e o lugar representam a centralidade do modo de vida camponês das comunidades atingidas pelo projeto Minas-Rio. É partir dessa relação que as práticas costumeiras da localidade são executadas e reproduzidas pelos agricultores desde o seu nascimento e repassadas às novas gerações pelos mais velhos. O conhecimento local, as relações sociais e simbólicas se materializam no *lugar*. Portanto, como aponta ESCOBAR (2001) a conexão entre o lugar, o corpo e o ambiente reúnem coisas, pensamentos e memórias. Ainda segundo o mesmo autor, o corpo vivido é resultado de uma cultura e de processos sociais em que ele está envolvido.

O corpo, para os moradores da zona rural, é o instrumento fundamental na manutenção de suas vidas, pois é através dele que os alimentos são produzidos para garantir a reprodução social e vital das famílias. Além disso, é por meio do corpo que o agricultor capina, ara a terra, planta e colhe o mantimento. As atividades domésticas também demandam um corpo sadio para lavar roupa, louça, arrumar a casa, cuidar do quintal, da horta, da criação e cozinhar. A produção da “indústria” doméstica rural (farinha, polvilho, cachaça, quitandas etc.) também exige o corpo em condições saudáveis. Além disso, as atividades de lazer como nadar, pescar e jogar futebol também são executadas a partir do corpo.

Portanto, é por meio dessas atividades cotidianas que são vivenciadas no lugar que o conhecimento local é aprendido, apreendido e repassado através da corporeidade no lugar. Cabe mencionar que o conhecimento local “é um modo de consciência baseado no lugar, uma maneira lugar-específica de outorgar sentido ao mundo” (ESCOBAR, 2005, p.31). Nesse sentido, esse conhecimento é prático e corporizado, constituindo-se a partir dessas relações no *lugar* e na maneira como as famílias tornam o mundo compreensível.

Os *lugares* não são estatísticos, fechados ou associados a uma identidade única. (MASSEY, 2000). Os *lugares* são vistos como processos (APPADURAI, 2004) e são produzidos a partir das experiências cotidianas das famílias que o constroem. Essa construção faz parte das relações materiais e simbólicas constituídas entre o ambiente e as relações sociais situadas no local.

Nesse sentido, durante as minhas entrevistas e nas conversas informais, os vínculos com a terra e a água (nascente e o rio) se evidenciaram na fala das pessoas.

Dona Vera: A gente plantava, porque tem tudo ali. O meu pai já plantou muito pra aqueles lados daquela serra. Aí eu era menina nova, ajudava, plantava mandioca. A gente conhecia aquele trem tudo.

Dona Fátima: (...) Igual eu tô te falando, tem uma pedra e a pedra dava pra pessoa deitar, sabe? a gente roçava, cortava os gaios pra o sol pegar, os meninos ficavam deitados de barriga pra cima, a gente lavava a lapa bem lavadinho. A meninada entrava e fazia a festa. Hoje, como disse os meus meninos, "eles nem conhecem a água do rio mais".

Dona Carmem: Toda vida nós plantamos na roça. Desde o tempo de nós solteiro. Ele plantava na companhia do pai dele e eu também plantava na companhia dos meus pais. Nós crescemos trabalhando na roça. Plantando, capinando,

colhendo, milho, feijão, arroz, mandioca. Ai casamos e continuamos do mesmo jeito. O mesmo plantio que nós plantava, no mesmo terreno e nós fomos nascido e criado no terreno da dona Suzana, casamos e criamos nossos filhos no mesmo terreno.

Dona Carmen: Ah, eu era criança. Igual aquela menina da Marininha. Mas eu lembro, meu pai falava assim: nós vamos ter que andar de cavalo, Be, porque carro não tá rodando mais. 45 dias de chuva e não tinha um guarda chuva, não tinha nada. A gente punha um monte de banana na cabeça pra ir trabalhar de baixo da chuva, molhando. (...) Era um tempo gostoso.

Diante dessas falas, é possível perceber o vínculo das pessoas com a terra e a água resultando em um envolvimento ativo. Escobar (2001) expõe que essa conexão resulta em um reflexo além da “tradição”, configura-se como parte integrante da vida dessas comunidades. A partir dessas falas, percebemos que a produção da localidade (APPADURAI, 2001) foi constituída pelo trabalho, pelo movimento, pelas experiências e pelas relações sociais. A relação entre o corpo e o lugar se faz presente nesses relatos.

3.3.3: Violência no *lugar* e o sofrimento no corpo

Como foi apresentado anteriormente, os efeitos do empreendimento Minas-Rio se iniciaram na fase de pesquisa do minério de ferro, em 2006. Alguns atingidos perceberam alteração na cor e na qualidade da água e alteração da paisagem devido ao desmatamento de uma área relativamente grande de mata. Desde esse período, os atingidos já denunciavam as modificações na localidade.

Em 2008, com licença prévia aprovada, o avanço do licenciamento ambiental ocorreu de forma acelerada, no qual, originou um processo denominado por Santos (2014) como encurralamento. Esse processo ocorre na medida em que o discurso da inexorabilidade do empreendimento é construído à deriva das violências sofridas pelos atingidos (p. 154). Segundo a autora, o encurralamento se dá a partir das estratégias e subterfúgios utilizados pelo empreendedor e pelo órgão ambiental para a promoção da flexibilização ambiental (ZHOURI, 2014) e sob o discurso do progresso econômico advindo do empreendimento. As consequências da flexibilização ambiental foram as ações violentas e extralegais exercidas pela mineradora no território (SANTOS, 2014).

Na etapa 1 do licenciamento ambiental, os métodos relacionados à negociação das terras constituíram um cenário conflituoso e de desagregação social (SANTOS, 2014). Procedimentos esses que permearam ações violentas na localidade, como fragmentação das famílias, cercamentos de terras de uso comum sem consentimento de todo o núcleo familiar, fechamento de estradas e caminhos costumeiros, intervenções em propriedades sem a permissão do proprietário, quebra de mata-burros e perseguição dos comunitários locais. Esse período significou, também, a degradação das condições de vida no lugar.

O cenário crítico teve início na fase de instalação do empreendimento, momento em que as obras se intensificaram. As áreas onde a mina e o mineroduto seriam instalados tornaram-se um imenso canteiro de obras. Máquinas de diferentes modalidades passaram a operar, homens dos diferentes estados do Brasil e de outros países passaram a circular pela região – inclusive, invadiram

a propriedade dos moradores da comunidade. Surgiu, então, no local uma nova dinâmica da organização social, que passou a imperar no município.

Com isso, os atingidos passaram a conviver com barulhos, poeira, pessoas de fora da comunidade, contaminação dos cursos d'água, dentre outros problemas. O avanço das obras do empreendimento intensificou processos como: escassez de água, perda dos espaços de lazer, diminuição e/ou perda da produção agrícola, redução da pauta alimentar, queda da renda familiar, fragmentação das famílias e sentimentos de insegurança e medo.

Esse processo violento de desestruturação da organização social das comunidades é denominado por Aráoz (2013) como mineralização³⁷. Ele implica em novas modalidades de expropriação vinculada ao neoextrativismo e não está relacionada somente à expropriação dos recursos naturais ou à devastação ecológica. Essas novas modalidades estão relacionadas também a uma expropriação epistêmica, cultural e política.

Nesse sentido, a expropriação ecológica do solo e da água, juntamente com a insalubridade do ar e dos ecossistemas, fazem parte do novo tipo de modelo de expropriação, que resulta na degradação dos corpos e na deterioração das energias psíquicas e corporais dos sujeitos. Esse processo violento provoca a contaminação ambiental, que afeta a materialidade e a subjetividade dos atingidos, contaminando os corpos, as subjetividades afetivas e as sensibilidades. A devastação da terra se completa com a devastação profunda das almas.

Fui para campo no período pós-licença de operação da primeira etapa, fase em que a mineradora já estava em plena atividade produtiva. Durante as minhas conversas, entrevistas e observações das reuniões públicas e da REAJA, pude identificar mais um processo violento que as comunidades estavam vivenciando, a violência lenta (NIXON, 2011):

Por violência lenta, quero dizer violência que ocorre gradualmente, uma violência de destruição tardia que está dispersa no tempo e no espaço, uma violência de atrito que geralmente não é vista como violência. (...) Precisamos, creio eu, envolver um tipo diferente de violência, uma violência que não é espetacular e nem instantânea, mas gradual e acumulativa, cujas repercussões se desenrolam em uma série de escalas temporais (Nixon, 2011, p. 2).³⁸

Para Nixon (2011), a violência lenta está diretamente relacionada com uma temporalidade longa, cotidiana, cumulativa e silenciosa. Ela transforma o lugar em um espaço inidentificável aos atingidos. Invisível e duradoura, é sentida no corpo cotidianamente, através do olfato, do paladar, da visão, da audição e do tato. Essa violência não degrada somente o ambiente, também deteriora os corpos e as saúdes das comunidades expostas a ela.

Durante todo o processo de licenciamento da etapa 1 até meus últimos dias de campo, pude perceber que a transformação do lugar pela mineração foi percebida e sentida pelo corpo dos atingido. Essa transformação ocorreu de forma abrupta na fase de instalação e se intensificou de forma progressiva e acentuada ao longo dos anos. A modificação do lugar degradou os modos costumeiros das famílias no entorno do empreendimento, expropriando os corpos e as almas. Como

³⁷ “*mineralizació*” (ARÁOZ, 2013, P.28)

³⁸ “By slow violence I mean a violence that is typically not viewed as violence at all. Violence is customarily conceived as an event or action that is immediate in time, explosive and spectacular nor instantaneous, but rather incremental and accretive, its calamitous repercussions playing out across a range of temporal scales”.

expõe Oliveira (2014), em seu estudo a partir da experiência cotidiana dos moradores do bairro Camargos, a compreensão da percepção da mudança ocorreu através da:

(...) orientação dos moradores para a percepção e a avaliação da mudança ambiental dada pela fonte emissora se faz em função de suas experiências, ou seja, em função dos processos históricos em que seus corpos e seus sentidos estão modulados pela atenção, pelo cuidado e pelas práticas de uso dos recursos. (p.226)

No caso dos atingidos pelo empreendimento Minas-Rio, a percepção da expropriação ambiental também ocorreu através dos processos narrados pela autora. A partir das suas experiências com o *lugar*, do conhecimento do local, do corpo, do cuidado com o ambiente e pelas práticas de utilização da natureza, os comunitários passaram a sentir, através dos olhares, dos odores, dos sabores e dos toques, as alterações no *lugar* advindas da atividade minerária.

A mineralização (Aráoz, 2013) devastou o ambiente como um todo. A contaminação da água, por exemplo, ocorreu a partir de um rápido processo. A intensificação da poluição se deu de forma gradual, chegando ao nível crítico de modificar o odor, a cor e extinguir a fauna aquática nativa do rio. A escassez hídrica na localidade foi percebida através da seca das nascentes, que tem ocorrido de forma também gradual. Cada vez mais famílias têm denunciado a diminuição da vazão ou a completa falta de água das suas fontes hídricas. A contaminação da água contribuiu para o processo de escassez desse recurso, pois o rio tornou-se impróprio para o consumo humano. Essa transformação foi narrada pelos entrevistados durante o campo, em agosto de 2016.

Dona Graça: E a água do rio, a gente não caçava água pra sair pra casa dos outros não, com garrafinha de água não. Hoje nós gasta. Se eu for ali em Vera, se eu dá sede eu tenho que levar a minha garrafinha de água. Em compadre Teodoro ou em Cumadre Carmen também. Antes, você podia só passar no rio, levava a mão e tomava água e tava abastecido. Ou lavava um pé, né? A gente não ficava com pé empoeirado, ocê podia passar, tava fazendo muito calor, tomava até banho. Pra chegar na casa do outro, podia sair suja de casa. Lá no rio era assim, cê podia sair suja de casa e depois já chegava limpa na casa dos outros. Muitos rapazes iam passear, às vezes não dava tempo de tomar um banho em casa, punha roupa na sacolinha, tomava banho, deixava a roupa suja no mato e chegava à casa da namorada limpinho. Hoje jamais. (...) (Entrevista, Passa Sete, 24/05/2016).

Nesta fala, a atingida expõe como a escassez e a contaminação da água modificaram práticas rotineiras. O ato de levar uma garrafinha de água para a casa das pessoas era algo impensável ou até mesmo considerado uma ofensa em tempos anteriores à mineração, pois a abundância de água na região, como exposto anteriormente, significava vida e saúde. Para os moradores, não ter água é viver na pobreza e na escassez da vida. Andar com garrafas d'água para visitar as pessoas representa o inverso dos seus modos de vida na localidade.

Dona Carmen narra como o rio Passa Sete em escassez afetou de forma aguda a pauta alimentar dos moradores:

Dona Carmen: Tudo dava pra despesa, agora quase não está dando pra despesa mais, depois que a água diminuiu, a gente não está colhendo quase nada mais. A terra ficou seca, meu

quintal tinha cana aqui. Cortava aquelas varonas de cana, tinha uma arvore de laranja, uma de goiaba... Morreu tudo. Acabou tudo. Ficaram esses pezinhos ai porque sempre tem umas plantas que é mais forte, né? Mas as outras plantas morreu tudo, colhia cada cachão de banana, acabou tudo. Acabou as minhas frutas tudo. (Entrevista, Passa Sete, 07/08/2016)

Essa redução da produção da agricultura de subsistência resultou não só na redução qualidade de vida de vida dos comunitários, como também na diminuição da renda familiar dos atingidos, pois, os alimentos que eram produzidos ou coletados pelos indivíduos, são hoje comprados nos mercados da cidade. Outro sentimento gerado pela expropriação hídrica na região está relacionado ao medo de as nascentes que ainda possuem vazão secarem, como ocorreu com as nascentes situadas na casa do Expedito, do Eliseu e em outras comunidades.

Dona Carmen: Eu tinha três manguerona, eu tinha 3 biconas daquelas que a gente usava nas telhas. Eu depois coloquei uma mangueira lá perto dos porcos, coloquei outra para aguar as minhas plantas, coloquei na porta da sala pra gente tomar banho, mas acabou. Tô dando graças a Deus que eu tô tendo essa bica. Acho que a minha não vai continuar não. Vai secar, porque só tá diminuindo, diminuindo... Tem dia que ela tá pouquinho. Nem sei o que eu vou arrumar, porque eu nem guento buscar aqueles galões. Eu tenho problema nossos ossos. Eu não aguento buscar longe por causa da doença.

Clarissa: E aqueles galões são pesados!

Sr. Ricardo: É pesado mesmo

Dona Carmen: É pesado boba, é um sofrimento. Antigamente não tinha isso aqui não, todo mundo tinha muita água, o rio passa mesmo aqui... Era um rião, nós tinha uma cachoeira bonita ali. Acabou a cachoeira. Ai quando vinha gente de BH pra cá, minha casa era muito cheia de gente. Agora que quase não tá vindo porque o pessoal mudou tudo. Nós ia pra lá, nós ia tomar banho, tirava foto... (Entrevista, Passa Sete, 06/08/2016)

A partir das experiências sensoriais advindas da visão e do olfato, os atingidos narram, de forma minuciosa, as alterações das características das águas do rio decorrentes da contaminação, tanto em relação à sua aparência quanto em relação ao odor exalado:

Dona Carmen: Eu gosto de falar as coisas que eu vi. Deve ter um ano esse trem, essa catanga [do rio e da barragem]. Disse que eles colocaram um produto pra lavar minério de ferro e a água [do rio Passa Sete] tá azulinha. Tem dia que ela tá mais clara. O dia que ela tá clarinha, o fundo do poço tá pretinho e o dia que ela tá toda escura, ela tá azulim. Aonde ela bate, tá dando espuma igual sabão.

Dona Vera: Vem da barragem [o mau cheiro do rio]. Nunca teve catanga de nada aqui. A água era sadia, água boa, saia ai e não via mau cheiro só quando morria alguma criação pra lá pra longe.

Dona Graça: Cê viu como ela tá? [a água do rio] Ela tá azul parecendo que foi com mingau, ontem ela tava assim, com a cor azul e parece que veio uma

neve branca, e ela igual um mingau como se tivesse jogado um pouquinho de cal, sabe? (Entrevista, Passa Sete, 06/08/2016)

Dona Graça: (...) Vera ontem pisou na água pra conseguir tirar o peixe morto e aí, minha filha, nossa senhora, fedeu de um jeito que eu falei: “nossa senhora minha filha, vai embora logo pra oce lavar o pé. Esse seu pé vai empolar todo.” Ela entrou no barro assim, o fedô subiu na hora, ela falou assim: “Nossa Senhora Graça, meu deus, essa lama tá fedendo de mais. Aí eu falei: “Tá é de vero, você tem que ir embora pra lavar esse pé.” Ela teve que entrar pra pegar o peixe que tava lá boiando. Aí o fedô tava no ar, como que entra? Ela tava azul. (Entrevista, Passa Sete, 04/08/2016)

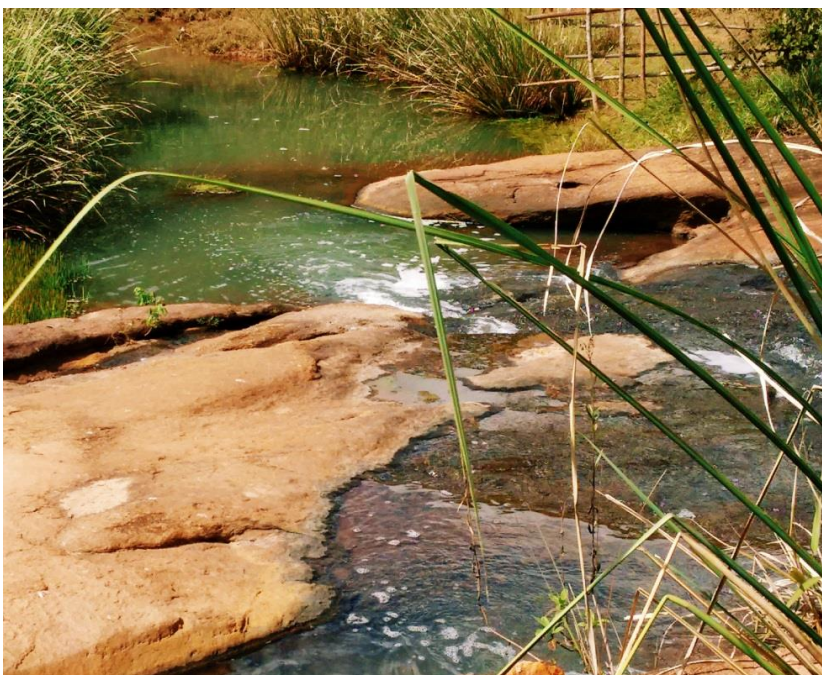


Figura 15: Na imagem, é possível observar o córrego Passa Sete, com suas águas em tons verdes e azuis, e a presença de espumas, como foi narrado pelos atingidos nas entrevistas. (Fonte: Arquivo Pessoal, 05/05/2016).

Essas modificações percebidas a partir das experiências corporificadas do lugar apontam que o rio, que antes do empreendimento ocupava a centralidade no modo de vida dos atingidos, se transformou em um ambiente sujo, poluído, morto e um foco de doenças. O desespero e a preocupação das duas atingidas devido ao pé de Vera, quando ela entrou no curso d'água para coletar a carcaça do peixe morto, apreende o quanto o rio não é mais um espaço dos usos costumeiros dos ribeirinhos, e sim lugar da doença e da contaminação. A perda do córrego significou a desestruturação das famílias ribeirinhas. Perderam a fonte da diversão, do lazer, da tranquilidade e da vida.

Outro elemento do novo modelo de expropriação narrado pelos comunitários está relacionado ao forte odor emanado da barragem de rejeito. A expressão local utilizada pelos atingidos para esse efeito é “catinga”, “mau cheiro” e “fedô”. Uma experiência sensorial que acomete o corpo causando fortes incômodos no organismo:

Dona Carmen: Agora a catinga da barragem é de lama podre, catinga mais ordinária do mundo. O Bem fala "cheiro", eu falo: "Não é cheiro não, é fedô" vai falar que catinga é cheiro? Até coça o nariz da gente, dá coceira na garganta... Eu tô muito sofrida aqui.

Clarissa: O que a senhora sente quando aparece essa catinga?

Dona Carmen: Eu sinto é coceira no nariz e tosse. Esses dias tá meio parado. Nariz cossa direto e tosse. Quando eu tô dormindo aparece aquela tosse. Eu não tinha tosse, coceira no nariz. Se tiver com prato de comida na mão comendo eu não aguento comer, não dá, é de fazer vomito.

Clarissa: E você, Sr. Ricardo, o que você sente?

Sr. Ricardo: eu sinto é fadigado, a cantiga vem e a gente fica ruim, né? Mal, fica achando tudo ruim. (Entrevista, Passa Sete, 06/08/2016)

Dona Fátima: Ah, minha filha, um dia eu tava ali enterrando a cachorra e Deus castigou com esse fedô... Eu falei assim: " Ô, Guilherme, você tá sentindo?" porque a cachorra não tá fedendo, ela morreu hoje. Mas era a barragem. Minha fia, é catinga com lama de porco com cifre queimado, parecendo que queimou o chifre... Sabe? Aquela lama fedendo. Mais fedendo, fedendo MESMO, igual chiqueiro de porco que dá aquela lama preta.

Clarissa: E a senhora sente o quê assim?

Dona Fatima: Uai, minha filha, eu sinto que a cabeça até dói, mas dói mesmo. Mas fede mesmo, porque entra dentro do nariz assim ó. Eles falou com Simone que ia resolver [o problema do mau cheiro]... Simone ligou pra lá [a Anglo American]. Não sei pra onde que ela ligou o que ela falou comigo que eles que ia resolver. Foi pouco dias. Resolve o que menina? Só se eles tirarem aquela lama toda. Vai por a onde? (Entrevista, Passa Sete, 05/08/2016)

Dona Graça: Eu tenho certeza Clarissa, que se você sentir o mau cheiro aqui, ocê vai ver como as coisas é triste. E quando é mais ventoso, mais fede. Nossa senhora, mais fede. Assim como cê tá dentro, é como se tivesse queimado couro de boi podre, assim, sabe? Ou queimou bastante óleo e você ficou dentro da fumaça. Sabe aquele gás assim que ataca até o pé do ouvido da gente, a garganta assim? Nossa senhora! Você vai perceber, muito pior do que Barra longa. (Entrevista, Passa Sete, 04/08/2016)

Como pode ser percebido na fala dos indivíduos, a experiência sensorial interfere diretamente no corpo. O odor é tão forte que chega a causar dores de cabeça, problemas respiratórios e náuseas. Esses sintomas passam a fazer parte da vida cotidiana dos comunitários. O *lugar* que era um ambiente tranquilo, saudável e "bom de se viver", transformou-se em um ambiente contaminado onde não tem como "*fugir dessa catinga*". O filho do Teodoro, morador do Passa Sete, me contou que precisa tomar remédios constantemente para conseguir conviver com o mau cheiro. Sua namorada não dorme mais em sua casa devido ao "fedô".

Segundo os atingidos, a “catinga” da barragem de rejeitos ocorre principalmente entre 6 e 9 horas e, ao entardecer, entre 18 e 20 horas.. Quando eu estava em campo, saindo da casa do Teodoro no Passa Sete, pude sentir a “catinga”. Abaixo reproduzo as anotações do diário de campo:

24/02/2016 - notas do diário de campo

Saindo da casa do Teodoro, começo a sentir o “fedô” da barragem de rejeitos. Já são 20h da noite. Estou no carro do Júlio (o taxista que me levou no Passa Sete) e está cada vez mais forte. É um cheiro horrível! Parece que a casa do atingido está ao lado de um esgoto a céu aberto ou de algo muito podre misturado com cheiro de fumaça, difícil de definir essa sensação. Começo a sentir um embrulho no estômago e peço para o Júlio acelerar um pouco mais o carro para sairmos do ambiente. Ele também disse que passa mal com esse odor quando está dirigindo a noite na estrada.

Diante da exposição à insalubridade do ar e da deterioração hídrica da localidade, os atingidos têm vivenciado têm-se fomentando novas experiências cotidianas. Algumas doenças que não faziam parte da rotina dos moradores passaram a se manifestar. Os enjoos, as dores de cabeça, as irritações da garganta e tosses advindos do ar e problemas de pele oriundos da contaminação do rio não eram sentidos antes da mineração. Nesse sentido, o processo de adoecimento das comunidades é percebido e sentido pelos atingidos:

Dona Graça: Hoje todo mundo tá ficando doente. É doído na gente. Os filhos da gente, os vizinhos da gente e as famílias da gente. Hoje já não tem mais prazer que os antigos tinha. Hoje a gente não tem. (...) Tá bem difícil. Isto me dói muito. Tanta gente fica doente, porque não tem prazer de ver os outros dias. (Entrevista, Passa Sete, 04/08/2016)

Simone: (...) A gente não tá aguentando mais, não. Tem dia que a gente tem que pingar soro no nariz dos meninos de tanto que o fedô atrapalha. (Entrevista, Passa Sete, 06/08/2016)

Dona Carmen: (...) Tudo era limpinho, não tinha poeira, não tinha nada. Ninguém adoecia. O povo morria de véio (risos). Quando adoecia, tomava um chá de folha de mamão e daí a pouco, tava todo mundo bão... hoje não. (Entrevista, Passa Sete, 06/08/2016)

Dona Carmen também relatou que cada vez mais, tem se ouvido falar em pessoas das comunidades com câncer ou outros tipos de doenças que não existiam na região.

Portanto, essas experiências cotidianas entre o corpo e o lugar significam que a “percepção de si atualiza seu idioma corporal” (OLIVEIRA, 2014, 133). Assim, o ambiente contaminado (mineralizado) impõe ao atingido um corpo contaminado. O processo de adoecimento lento, advindo da violência lenta, gerou transformações do *lugar* e da experiência cotidiana.

A doença pode ser entendida não somente como um evento biológico mas sim, a partir de uma vivência e de uma exposição que se relacionam com uma conjuntura de vida. Nesse sentido,

(...) a doença entra em cena não como “patologia médica” ou “anormalidade individual”, mas como uma vivência compartilhada de perigo, incerteza e fragilidade que se produz em um espaço social cujas posições e relações produzem experiências comuns e sentidos intercambiáveis entre os moradores (...). Desse modo, as biografias sintetizam forças e condições sociais que conformam também sua experiência atual, fazendo-os repensar em suas narrativas a articulação entre o passado e o presente. (OLIVEIRA, 2014, p. 138).

Nesse sentido, o adoecimento é apreendido pelo sofrimento social e é “um processo social corporificado nos sujeitos históricos” (VICTORIA, 2011, p.4). Portanto, o sofrimento, a dor e angústia são processos corporificados que se entrelaçam a partir dos contextos históricos e sociais vividos, em que corpo, pessoa e sofrimento se entrecruzam em um só processo. (OLIVEIRA, 2014).

Diante do que foi exposto, o sofrimento, a dor e as perdas são marcas do processo de mineralização que o neoextrativismo impõe no território. Os efeitos são derramados nos corpos de forma literal e metafórica, expondo-os a múltiplas e diversificadas formas de violência que envolvem o conflito da mineração.³⁹

3.4 “Me tiraram de cena”

Conheci o Pedro quando retornei a CMD, em fevereiro de 2016. O Renato, um atingido que eu já conhecia, sugeriu que eu o procurasse, pois era um atingido que seria um bom informante sobre o tema que eu estava buscando informações naquele momento. O nosso primeiro contato ocorreu na sede do município de Conceição do Mato Dentro, onde nos conhecemos. Ele me convidou para visitá-lo em sua casa, na comunidade da Cabeceira do Turco,⁴⁰ no dia seguinte.

Como nesse momento do campo, eu ainda não sabia como eu iria me deslocar até as comunidades atingidas e o Pólos já havia me convidado para participar de uma atividade que estavam organizando na Cabeceira do Turco (comunidade que é próxima à comunidade em que Pedro reside), consegui articular com eles a minha visita na casa do atingido no mesmo dia da atividade programada, já que a instituição iria participar de uma reunião em sigilo na residência de outro comunitário e, enquanto esse encontro acontecia, eu visitaria o Pedro em sua casa. Ao término dessa reunião do Pólos, seguiríamos para casa de outros atingidos para iniciarmos a atividade que eu havia sido convidada para participar. No carro em que eu estava, conheci duas técnicas Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH-MG) que também iam à casa do atingido, porque também haviam marcado uma reunião com ele.

Ao chegarmos à comunidade, fomos direto à casa do Pedro, que se situa no topo do morro e é um pouco afastada das outras. O atingido já estava nos aguardando e nos convidou para entrar. Entrei juntamente com as assistentes sociais do PPDDH-MG. Pude observar certa intimidade entre as assistentes e a família do atingido. Pedro então, me apresentou sua esposa, Eliana, sua filha Ana e o Thiago – seu filho recém-nascido. Em seguida, me apresentou sua casa e nos ofereceu um café. A reunião foi iniciada na sala.

³⁹ “Los cuerpos son, por tanto, las materialidades ex-puestas, de modo literal y no metafórico, a las múltiples y diversificadas formas de violencia que surcan los entornos de la conflictividad minera”. (ARAÓZ, 2013, p. 24)

⁴⁰ Nesse período do campo, eu ainda não havia conhecido a comunidade da Cabeceira do Turco.

Nessa fase do campo, eu ainda estava me inteirando do cenário atual do conflito e me encontrava perdida perante os acontecimentos ocorridos após Licença de Operação. Eu ainda eu não conhecia o PPDDH-MG, a comunidade Cabeceira do Turco, o Pólos e as suas atividades e o Pedro e sua família. Fiquei um pouco deslocada naquele contexto. Como eu não queria ser invasiva, apenas observei a reunião e depois conversei com as profissionais para conhecer o programa.

Segundo elas, o PPDDH-MG é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC-MG) e é executado pelo Instituto de Direitos Humanos (IDH). O programa tem como objetivo adotar medidas para a proteção de grupos ou pessoas que possuem seus direitos violados e sofrem ameaças por suas atuações em defesa dos direitos humanos. Para ingressar no PPDDH-MG, segundo elas, é necessário que se preencham alguns requisitos: comprovação de atuação na defesa desses direitos, apresentação da ligação entre as atividades do defensor e as ameaças, solicitação de ingresso no programa e aceitação das regras . Após essa explicação, elas me deram um folheto com todas as informações e um papel com a lei que regulamenta o programa no estado – Lei 21164.

Como procedimento, os técnicos visitam periodicamente os defensores para acompanhar a eficácia das medidas adotadas pelo programa para a proteção deles e das suas famílias, para saber como se encontrava o cenário das ameaças e para ouvir novos relatos e/ou denúncias.

Assim, durante a reunião, Pedro expôs que a polícia de Conceição do Mato Dentro não tem ido à sua comunidade quando é solicitada pelos moradores e, também, que nos dias anteriores a essa visita, uma caminhonete estava se dirigindo até a porta de sua casa tarde da noite. O motorista acendia o farol rumo à sua casa e fazia barulhos com o motor do veículo, acordando todos na sua casa.

Após a reunião, eu, as assistentes PPDDH-MG, Pedro e sua família passamos a conversar sobre assuntos rotineiros até o horário de irmos embora. Na circunstância em que nos encontrávamos, achei melhor abordar em outra oportunidade o assunto que eu havia programado para conversar com o atingido, para que tanto eu quanto ele ficássemos mais à vontade para dialogar.

3.4.1 A contradição perversa da criminalização

Após o intervalo do Carnaval, retornei a Conceição do Mato Dentro para continuar acompanhando as atividades do Pólos na comunidade da Cabeceira do Turco, para me aproximar da Cáritas e tentar uma visita à comunidade do Passa Sete e à casa do Pedro. Consegui marcar uma entrevista com o atingido e segui para sua casa no dia e horário combinados.

Nesse dia, então, sentada na cozinha da casa do Pedro, tivemos a oportunidade de nos conhecer melhor e de conversar sobre alguns temas do conflito que seriam relevantes. Pedro é um homem alto, negro e, como dizem seus companheiros de luta, “fala o que tiver que falar”, às vezes de forma impulsiva, entretanto, certa. Quando eu o conheci, fiquei impressionada com a sua fala articulada e com a clareza que tinha de todo o contexto do conflito. Durante a nossa conversa, como já estávamos um pouco mais próximos, ele me disse de forma franca e sucinta: “Se você não viesse

até minha casa, eu iria ficar chateado, porque pesquisador que é pesquisador tem que vir conhecer a realidade da gente. Colocar o pé na terra.”

O atingido tem 38 anos, nasceu em Belo Horizonte e reside há 20 anos no local. Ele se mudou para a região depois que casou com Eliana, que é “filha da terra”, nas suas palavras. Segundo ele, para conseguir o sustento da família, ele plantava nas terras dos fazendeiros ou na dos parentes da sua esposa, além de trabalhar também nas empreitadas – roçar uma roça ou alguma atividade nas fazendas. No entanto, quando os trabalhos na roça diminuían e o dinheiro recebido não era suficiente para garantir a renda familiar, Pedro ia para Belo Horizonte trabalhar em algum emprego temporário, geralmente como pedreiro.

Nesse dia, dentre diversos assuntos, ele me contou como ocorreu a sua entrada no PPDDH-MG. O seu ingresso no programa ocorreu no final de 2015 e foi entendido como necessário, na medida em que ele passou a se sentir vulnerável quanto à sua segurança e a da sua família, em função da atuação dentro do movimento dos atingidos. Segundo Pedro, desde então começaram a ocorrer “ameaças veladas”. Ele relata os seguintes episódios: invasão da sua casa e revirada de seus documentos; caminhonetes sem identificação acendendo os faróis e fazendo barulho na porta da sua casa durante a noite; recebimento de ligações de números desconhecidos em seu celular; homens de fora da região indo à porta de sua casa e o procurando pelo nome; carros de segurança privada da mineradora seguindo seu veículo nas estradas; abordagens policiais feitas em tons ameaçadores; viaturas policiais não se descolocando até à sua comunidade quando solicitadas por ele, dentre outros acontecimentos. O Programa, inclusive, instalou uma câmara de segurança em sua propriedade para que ele e sua família se sentissem menos vulneráveis perante as ameaças. Para Pedro, entretanto, essa medida não havia sido muito eficiente, em função dos episódios relatados.

Após essa minha segunda visita à casa do atingido, passei a visitá-lo com mais frequência em sua residência. Eu pegava o ônibus na cidade, descia no ponto em frente à entrada do SAPO, onde ele me buscava. Em um desses encontros, Pedro me explicou o motivo de ter entrado no movimento. Segundo ele, após a LO da etapa 1, os efeitos da operação do empreendimento começaram a afetar a sua comunidade, principalmente as atividades relacionadas ao funcionamento do mineroduto. As casas próximas à estrutura tremiam e, dependendo do dia, “parecia que estava ocorrendo um terremoto na região”.⁴¹ Outros efeitos notados foram: diminuição e seca das nascentes, poeira, barulho, desestruturação da agricultura local e falta de emprego para os comunitários na região. Foi devido a essas consequências que as primeiras manifestações ocorreram em 2014. Os atos na MG-10 protagonizados pelas comunidades do Turco e da Cabeceira do Turco proporcionaram um diálogo maior entre os atingidos e os representantes da mineradora, da Prefeitura, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, da Câmara dos Vereadores, dentre outras instituições. Entretanto, segundo o atingido, as articulações não foram efetivas para cessar os efeitos da operação do empreendimento.

Assim, em 2015, ocorreu a primeira manifestação na MG-10, que se estendeu por três dias, de 28, a 30 de Julho. O ato ocorreu em conjunto com as comunidades de São Sebastião do Bom Sucesso, Água Quente, Taquaral, Ferrugem, e Passa Sete. A manifestação teve o caráter pacífico e

41 Vi alguns vídeos dos tremores e fiquei impressionada ao ver como as casas tremiam. A vibração era muito forte.

paralisava somente veículos vinculados à mineradora ou às suas empresas terceirizadas. O objetivo do ato foi dar visibilidade às violações de direitos humanos e às violências às quais as comunidades estavam sendo sujeitadas e exigir soluções da empresa.

Pedro: (...) manifestação que a gente fez no MG-10 foi porque nós tavamos sofrendo com tremores, falta d'agua que era nossa reivindicação, poeira, muito barulho a noite, a gente tava sofrendo, tinha falta de segurança. Então a gente resolveu fechar a MG-10 para reivindicar isso aí. E nós, como a nossa agricultura tinha sido destruída, a gente queria que a empresa apresentasse para a gente um plano, ou de retirada, ou o que ela ia fazer com a gente aqui. (Entrevista, Turco, arquivo pessoal, 17/02/2016.)



Figura 16: Manifestação na MG-10, em Julho de 2015, que durou três dias. Fonte: foto fornecida por um atingido, Arquivo pessoal. 29/07/2015).

Entretanto, a manifestação foi reprimida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, que enviou a tropa de choque para encerrar de forma violenta o ato. Segundo nota do Coletivo Margarida Alves:

No terceiro dia de manifestações (quinta-feira, 30 de julho), houve forte repressão da Polícia Militar, que agindo de forma truculenta e agressiva, hostilizava aqueles que faziam parte do movimento e proibiram o registro de qualquer imagem vinculada à PM. Os PMs intimidaram as lideranças, realizaram o abafamento da manifestação com a ameaça de prisão imediata. (COLETIVO MARGARIDA ALVES, 2015).

Em reunião da REAJA, em maio de 2015, uma atingida narrou a abordagem dos policiais:

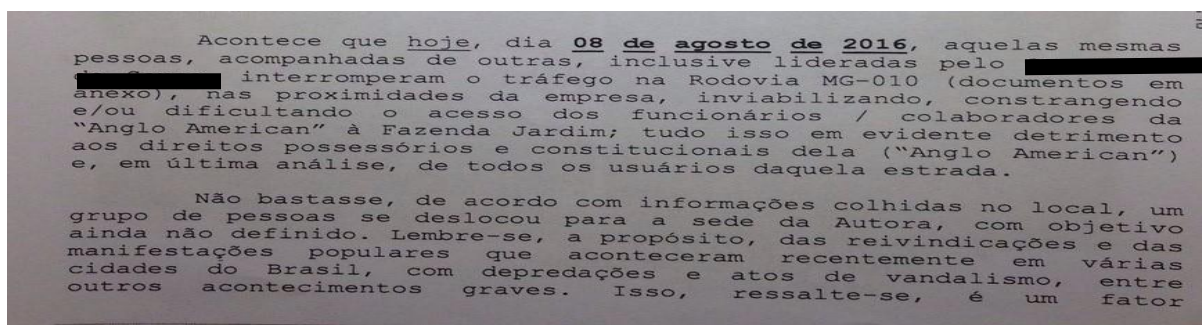
(...) os policiais chegaram coagindo a gente, tinha que tirar da estrada rapidamente, eu queria saber como e de qual forma, de que jeito, mas colocaram arma no meu peito, não só em mim e outras pessoas; fizeram também que nós desligássemos as nossas câmeras, porque a gente estava registrando e se a gente continuasse aquele movimento, todos seriam presos. Perguntaram quem é o líder, sendo que não existe líder, na comunidade não existe líder, todos somos líderes (Atingida, fala na Reunião da REAJA, Conceição do Mato Dentro-MG, 28/05/2016)

O ato, então, foi encerrado no dia 30. No dia seguinte, as comunidades se uniram novamente e marcharam em direção à audiência pública convocada pela prefeitura para tratar da anuência do município em relação à etapa 2 do empreendimento Minas-Rio, denominada como “Otimização da Mina do SAPO”. A marcha teve como finalidade denunciar o avanço do empreendimento sem que todas as condicionantes fossem cumpridas, sem a clareza do universo dos atingidos e sem que os direitos das comunidades atingidas tenham sido efetivados. Portanto, a marcha exigia que a anuência fosse indeferida até que as condicionantes fossem cumpridas e os direitos dos atingidos fossem garantidos.

O resultado da manifestação na rodovia foi uma ação jurídica contra três membros da comunidade do Turco e Cabeceira do Turco. A Anglo American utilizou o instrumento Interdito Proibitório para criminalizar os três comunitários considerados “lideranças” pela mineradora. A assessoria jurídica dos “réus”, em nota, explicou a estratégia utilizada pelo empreendedor para criminalizar esses atingidos:

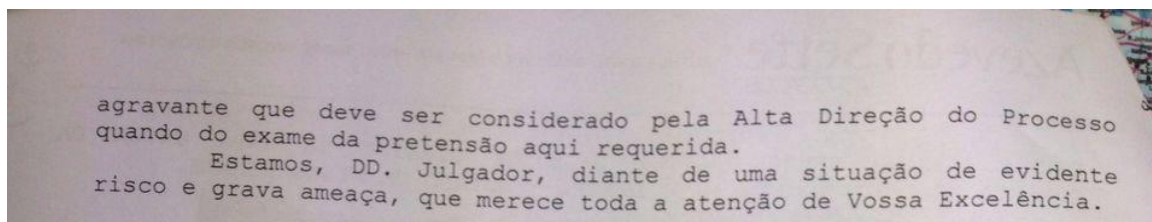
O interdito proibitório é instrumento jurídico específico, utilizado quando o possuidor se vê ameaçado em sua posse. Não era esse o caso, já que em nenhum momento as comunidades ameaçaram a posse da empresa: elas exerciam seu pleno e legítimo direito de manifestação na via pública. (COLETIVO MARGARIDA ALVES, 2016).

Ações como essa têm como objetivo silenciar os atingidos e engessá-los em futuras manifestações. Tanto que em 8 de Agosto de 2016, em novo ato na MG-10 (vide preâmbulo), a Anglo American ingressou com um novo pedido de expedição do mandado de Interdito Proibitório em caráter de urgência contra os mesmos atingidos processados anteriormente, alegando:



Acontece que hoje, dia 08 de agosto de 2016, aquelas mesmas pessoas, acompanhadas de outras, inclusive lideradas pelo [REDACTED] interromperam o tráfego na Rodovia MG-010 (documentos em anexo), nas proximidades da empresa, inviabilizando, constringendo e/ou dificultando o acesso dos funcionários / colaboradores da “Anglo American” à Fazenda Jardim; tudo isso em evidente detrimento aos direitos possessórios e constitucionais dela (“Anglo American”) e, em última análise, de todos os usuários daquela estrada.

Não bastasse, de acordo com informações colhidas no local, um grupo de pessoas se deslocou para a sede da Autora, com objetivo ainda não definido. Lembre-se, a propósito, das reivindicações e das manifestações populares que aconteceram recentemente em várias cidades do Brasil, com depredações e atos de vandalismo, entre outros acontecimentos graves. Isso, ressalte-se, é um fator



agravante que deve ser considerado pela Alta Direção do Processo quando do exame da pretensão aqui requerida.

Estamos, DD. Julgador, diante de uma situação de evidente risco e grava ameaça, que merece toda a atenção de Vossa Excelência.

Figura 17: Trechos do pedido de expedição do mandado de Interdito Proibitório feito pela Anglo American 08/08/2016. Para consultar o documento completo ver anexo 1. (FONTE: Ação de Interdito, data: 08/08/2016)

No trecho do documento, é possível verificar a tentativa de criminalização dos atingidos, sobretudo ao relacionar o ato em tela com as “recentes manifestações populares nas cidades brasileiras”, explicitando ações de “depredação e de vandalismo”. Essa analogia não tem fundamento, visto que as recentes manifestações populares nas cidades brasileiras em nada se aproximam do ato dos atingidos pela mineração em Conceição do Mato Dentro. Com efeito, as

manifestações das comunidades atingidas pela mineração reivindicavam a observância de seus direitos, incluindo o direito à vida, além de denunciarem as violências cometidas pela empresa. Os atos mencionados pelo empreendedor nas cidades, ao contrário, apresentaram uma pauta difusa contra as flexibilizações dos direitos sociais.

As demandas da manifestação dos atingidos foram pelo reassentamento, pela sobrevivência e pela a manutenção da vida. Elas expressavam concretamente o medo por estarem vivendo à jusante da barragem de rejeitos e a deterioração dos seus lugares e dos seus modos de vida. Cabe mencionar, ainda, que embora a última ação jurídica de Interdito se refira novamente aos três atingidos que haviam sido processados pela empresa em 2015 somente um deles estava presente no ato em agosto de 2016.

Essa estratégia de judicialização utilizada pela mineradora não é novidade para o movimento dos atingidos. Em 2008, outras importantes referências do movimento de resistência também foram alvos da criminalização:

A primeira delas se deu com a interposição concomitante de ações de interdito proibitório contra lideranças dos atingidos da zona rural e ação cível com pedido de indenização cumulada com ação penal por crime de ameaça contra outra importante liderança. Os efeitos foram desastrosos e resultaram na marginalização e estigma irreparável de algumas pessoas, sobretudo da família Pimenta. (ZHOURI et al b, 2016, p.351).

Segundo Rocha (2012), as estratégias de criminalização no Brasil não são recentes. Porém, após o contexto neoliberal, essas práticas ganharam uma nova roupagem, que são as tentativas de “judicialização” dos sujeitos e dos movimentos sociais com ações jurídicas que procuram enquadrar os réus em práticas criminais como:

“Dano”, “Ebulho possessório”, “Furto simples e qualificado”, “Sequestro e Cárcere Privado”, “Formação de Quadrilha”, “Incitação ao crime” e “Apologia ao crime”, tudo previsto no Código Penal Brasileiro (MNDH, 2006 apud ROCHA, 2012, p. 233

Assim, nesse contexto, o instrumento do Interdito Proibitório se configura como uma prática constante das empresas transnacionais no Brasil. Segundo os autores Sant’Ana e Cardoso (2016), a Vale S.A também utilizou o mesmo recurso para a criminalização do movimento dos atingidos no contexto da resistência ao Programa Grande Carajás no Maranhão. Dentre os conflitos identificados nesse caso, é significativo aquele que atinge as comunidades em torno da estrada de Ferro Carajás. O município de Santa Rita, na região dos lagos, é um exemplo analisado pelos autores. Segundo eles, as comunidades rurais do município possuem como principal fonte de renda a pesca. Após a implantação da estrutura, lagos destinados à pesca foram soterrados, encostas degradadas e igarapés assoreados. Além disso, os autores narram o fato de que quando o trem da Vale S.A está em manutenção, a mineradora impede o direito de ir e vir dos pescadores que, como consequência, acabam perdendo o dia de vendas, pois não conseguem chegar a tempo no mercado. Ademais, essa situação também impede os moradores locais de irem às consultas médicas ou de cumprirem seus compromissos em outras cidades (SANT’ANA E CARDOSO, 2016).

Diante desses conflitos, as comunidades passaram a exigir seus direitos. Entretanto, de acordo com os autores, os atingidos são invisibilizados pela mineradora ao não serem reconhecidos como atingidos e tornam-se visíveis quando reivindicam seus direitos e são criminalizados pela mesma. Nesse sentido, os autores expõem:

Algumas lideranças, através de um interdito proibitório emitido pela justiça local, estão impedidas de vender na cidade o peixe que pescam e hortaliças que produzem, pois, judicialmente, não podem se aproximar da ferrovia, o que inviabiliza seu acesso ao mercado de vendas. A empresa alega que um protesto pacífico das comunidades afetadas durante três dias, entre 05 e 07 de fevereiro de 2013, interrompendo o tráfego na ferrovia, teria gerado um prejuízo de aproximadamente 600 milhões por dia, que é o valor equivalente ao minério que deixou de ser transportado. (SANTANA E CARDOSO, 2016, p.196).

Esse processo de visibilidade e invisibilidade narrado por Sant'ana e Cardoso (2016) também ocorre da mesma forma no "Caso Conceição". Os comunitários são invisibilizados quando exigem serem reconhecidos como atingidos, devido aos seus medos de residirem à jusante da barragem de rejeitos e a todos os problemas trazidos pela mineração: a mortandade dos peixes, o forte odor da barragem de rejeito, a seca das nascentes, a poluição dos córregos, a poluição do ar e sonora e outras tantas violações. No entanto, quando passam a ser sujeitos indisciplinados (ZHOURI, BOLADOS e CASTRO, 2016), tornam-se visíveis em atos de interdito proibitório, ameaças, perseguições, e são até expostos nas redes sociais para serem discriminados pela população local.

Essa contradição perversa tornou-se ainda mais visível quando uma ação civil popular assinada por cinco atingidos (que não oficialmente são reconhecidos como tal) impediu a realização da audiência pública de 11 de abril de 2017, sobre o licenciamento da Etapa 3 do empreendimento. A partir desse episódio, as vidas dessas pessoas se transformaram. Seus nomes foram expostos nas redes sociais como os responsáveis pelo "atraso do desenvolvimento" do município, ameaças foram dirigidas a eles e ocorreram episódios de discriminação por parte da população local. Em audiência da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, esses cinco atingidos denunciaram as ameaças sofridas:

ATINGIDO A: Além de sofrermos com várias violações de direitos, como as que estão lá para quem quiser conferir e ver, agora somos ameaçados, hostilizados pelas pessoas nas ruas e na nossa comunidade. Essas hostilizações começaram depois da divulgação de notas em redes sociais e em jornais locais, quando a Anglo nos expôs, nos culpou por parar tal acontecimento, só porque pedimos informações, o que é nosso direito. Eu fui hostilizada nas ruas, recebi bilhete contendo ameaça, fui abordada em uma festa por um fazendeiro e intimidada por um motoqueiro em minha casa, que hoje é da Anglo; moro de aluguel social há dois anos. Sem contar a expectativa que a empresa criou, divulgando que a próxima audiência seria em 1º de junho. Chegou a divulgar os nossos nomes em uma nota em jornal da cidade. Nós não somos culpados, somos vítimas, vítimas do capitalismo, atingidos por um projeto minerário estrangeiro que só visa a lucros. A comunidade está aqui hoje para pedir respeito, para ser considerada como atingida que realmente é. (Atingido A, Notas Taquigráficas 25/05/2017)

ATINGIDO B: Tivemos êxito no entendimento da obscuridade em relação ao fato de que esse *Step 3* seria implantado para a comunidade como um todo. A partir do meu caso, a partir do cancelamento, fui incluído em vários grupos de WhatsApp, nos quais fui ameaçado com vídeos, falas e sites, além de telefonemas. Os outros também já falaram, e cada um deles sofreu um tipo de ameaça. E continuamos sofrendo isso em Conceição. Naquela foto ali, aquele senhor de vermelho é um ex-integrante da Polícia Militar que fica nos vigiando 24 horas por dia. (Atingido B, Notas Taquigráficas, 25/05/2017)

Como medida de urgência os cinco comunitários entraram para o PPDDH-MG, alguns foram conduzidos temporariamente para outra cidade e outros permanecem no local, mas sob acompanhamento atento ao programa.

Nesse processo, também ocorreu uma inversão de posições no jogo político. A criminalização impõe aos atingidos uma condição de bandidos e criminosos, enquanto a mineradora se torna a

vítima. O empreendedor passa a ocupar posição de prejudicado pelas comunidades. Assim, diante desse cenário, Rocha (2012) expõe que além da possível condenação judicial das lideranças pelo interdito ou outra ação judicial, essa estratégia de criminalização passa a criar rótulos criminosos para essas pessoas, antes mesmo das ações judiciais terem sido julgadas. Além disso, o autor aponta que a partir do momento que um comunitário recebe o *status* de criminoso, mesmo sem a sentença ter sido julgada, ele passa a ser discriminado por seus conterrâneos e se torna alvo das instituições policiais que “através de ações de cunho ostensivo (revistas, buscas, interpelações), constroem as famílias e os próprios acusados, além estabelecer uma vigilância permanente” (p.238).

Como pode ser observado nos dois casos de conflito minerário, a criminalização e a judicialização dos atingidos e dos movimentos de resistências fazem parte da *práxis* do neoextrativismo. Segundo Gudynas (2016) essa prática é mais um efeito derrame que se estende para além das fronteiras do empreendimento. O termo “*extrahección*” utilizado pelo autor, derivado da palavra do latim *extraher*, significa arrancar com violência. Segundo o autor, a utilização desse termo se faz necessária para explicitar a relação direta entre a extração dos recursos naturais e as violações de direitos humanos, contrapondo-se assim às posturas que entendem esses dois processos como separados. Gudynas (2016) aponta, ainda, que o conceito de *extrahecciones* está sempre associado à violação dos direitos e à violência utilizada para impor o projeto neoextrativista.

O interdito proibitório, no entanto, é somente mais uma faceta do processo de criminalização do movimento dos atingidos. Em seu relatório de 2012, a rede Justiça Global aponta que a ação é mais uma dentre tantas outras estratégias de deslegitimação dos movimentos.

3.4.2 A criminalização como elemento fundamental da deterioração da vida

Pedro e sua família tiveram suas vidas alteradas após a sua entrada no movimento dos atingidos. A criminalização por ele sofrida não é individualizada e perpassa por ameaças diretas e veladas. A rede Justiça Global, no mesmo relatório de 2012, organizou uma tipologia de seis dessas estratégias. É possível identificar que Pedro é alvo das seis estratégias elencadas:

- Desqualificação: estratégia que busca distorcer os sentidos dos discursos das lideranças de modo a promover a difamação pública;
- Invizibilização: processo esse em que se ocultam as demandas, os contextos sociais ou qualquer outro tipo de manifestação que possa legitimar suas falas ou vivências;
- Inferiorização: ato de reduzir ou desconsiderar a legitimidade, a alteridade, a historicidade, as diferenças culturais, as práticas sociais dos atingidos;
- Não reconhecimento dos direitos: estratégias que desqualificam a legitimidade do movimento;
- Omissão: prática vinculada diretamente ao Estado, remete à omissão da instituição perante as tantas ilegalidades ocorridas no território que não são combatidas;

- Despolitização/individualismo: corresponde à estratégia que buscar retirar o caráter político da luta social, procurando individualizar a questão em debate e/ou em luta. (JUSTIÇA GLOBAL, 2012, p.23)

Pedro, devido à sua visibilidade política no movimento e à sua capacidade de mobilização foi, e ainda é, vítima dessas seis estratégias. Para sustentar essa identificação, mencionarei pelo menos uma ação da qual o atingido foi alvo, enquadrando-a na tipologia de cada estratégia, embora sem pretensão de ser exaustiva.

Em diversos momentos do meu campo, principalmente quando eu estava na sede do município, ouvi críticas à atuação de Pedro, principalmente vindas dos agentes institucionais. Adjetivos como: doido, problemático, cabeça quente e criador de problema eram recorrentes quando se referiam à sua pessoa. A principal demanda de Pedro é o reconhecimento como atingido, não só para a sua comunidade, como para as demais. Entretanto, essa pauta é ignorada pela agenda da mineradora e do Estado. Assim, a deslegitimação das suas ações era recorrente em todas as instâncias.

A inferiorização do atingido também é uma constante, seja nas audiências públicas ou no diálogo com as instituições, inclusive quando ele chama a polícia para fazer um BO em sua casa e a instituição não se dirige à sua comunidade para atender à demanda. Em campo, testemunhei os principais agentes institucionais criticando e classificando o atingido como individualista e por agir de “cabeça quente”, afirmando que ele desconheceria, assim, ações estratégicas para fazer um ato de resistência eficiente.

A omissão e a despolitização também são estratégias frequentes na vida de Pedro. A omissão do Estado perante os atos “alegais” da mineradora tem contribuído para o aprofundamento das violências na região. Em reportagem publicada no Jornal “O Tempo” (10/07/2017) sobre as perseguições sofridas pelos defensores dos direitos humanos, o deputado estadual e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e a gestora do PPDHMG deram sua declaração alegando que não era possível comprovar que as ameaças sofridas pelos atingidos eram oriundas da mineradora.

Já a despolitização do atingido ocorre, por exemplo, quando são espalhados boatos de que ele estaria lutando em benefício próprio para “arrancar” dinheiro da mineradora. Nesse último tópico, a inversão perversa de posição ocorre novamente, a mineradora ocupa o lugar de vítima enquanto o atingido ocupa o lugar do aproveitador. Além disso, cabe mencionar que essas estratégias elencadas pela Justiça Global não ocorrem somente no caso de Pedro, mas acometem todo o movimento dos atingidos pela mineração em Conceição do Mato Dentro, sendo mais intenso em alguns do que em outros.

A deterioração da vida de Pedro após a sua criminalização ocorreu de forma a afetar o seu corpo, os seus sentimentos e a sua alma. Além disso, as suas relações com os vizinhos e alguns parentes também foram modificadas. A criminalização atingiu não só a ele, mas à sua família, que também sofre todas as consequências dessas ações.

Pedro explica que o sofrimento tomou conta da sua vida quando resolveu entrar para a luta. Segundo o atingido, a criminalização que ele tem sofrido já era esperada:

Pedro: (...) Porque eu peguei essa luta com amor mesmo, não peguei interessado em dinheiro, então por isso eu sabia que eu ia desgastar, por isso tudo que eu via errado, eu denunciei tudo de uma vez na minha ansiedade, porque eu já esperava esse impacto muito negativo na minha vida por essa criminalização sobre a minha pessoa, é algo que eu tinha que passar, porque eu fiquei como parasita. Eu vi pessoas lutando e sendo difamadas igual o Mário Lucas, Gabu, eu via falando deles e eu era um parasita e não fazia nada. Eu fui aguentando, aguentando, aí uma hora chega, eu também não aguento, isso já é demais. (Entrevista, Turco, 15/02/2016)

Ao longo da sua inserção no movimento, Pedro foi percebendo as estratégias da mineradora para vigiá-lo e intimidá-lo, inclusive nas datas próximas das manifestações.

Pedro: (...) nossa, cê é vigiado o tempo todo aqui, cara. Na época que a gente organiza manifestação eles colocam caminhonete na estrada, eles vigiam a gente todo momento, tudo que a gente vai fazer, os passos da gente. Eu quando vou pra Belo Horizonte, eles sabem que eu tô em Belo Horizonte, entendeu? Se eu vou lá pro lado de cima, eles sabem. Eles perguntam aos vizinhos, eles ficam vigiando. (Entrevista, Turco, 07/0/08/2016)

Pedro afirma que essa estratégia de intimidação não o afeta, mas causa desgaste. A sua maior preocupação está relacionada à sua esposa e aos seus filhos. Ele diz que não se preocupa com ele, só teme que aconteça alguma violência contra sua esposa e/ou seus filhos.

Esse desgaste mencionado por Pedro tem deteriorado aos poucos o seu corpo e a sua mente. Quando dormi em sua casa, em um campo no mês de maio de 2016, ele me expôs a sua dificuldade de dormir, disse que precisava tomar remédios contra insônia. Nesse período, como ainda estávamos nos conhecendo, eu não quis entrar em detalhes sobre esses problemas. Posteriormente, em outro encontro, ele me esclareceu que os remédios para dormir estão relacionados com o diagnóstico de depressão.

Após a sua participação na manifestação no dia 08 de Agosto de 2016, o atingido passou por momentos de tensão. O primeiro foi relacionado à audiência pública marcada pelo Juiz em relação à ação do Interdito Proibitório proferido pela Anglo American. A sua ansiedade quanto ao resultado daquela audiência era grande, pois, por mais que ele soubesse que não tinha cometido qualquer tipo de crime, ele e seus companheiros estavam à mercê da interpretação do juiz em relação àquele conflito.

Na época, foi divulgada pelo movimento dos atingidos uma nota pública denunciando a tentativa da mineradora de criar precedentes para a criminalização perante ao ato de manifestar, pois, caso o juiz considerasse os atingidos culpados, seria aberta uma nova jurisprudência para a criminalização da manifestação. Assim, durante a audiência no fórum, as comunidades se organizaram e foram até à porta da instituição apoiar os atingidos que estavam sendo processados. Denunciaram, também, a tentativa de repressão das manifestações. Nessa audiência, o Juiz negou a ação de Interdito à mineradora, promovendo um alívio tanto para o movimento quanto para Pedro.

Entretanto, tal decisão pode ter tido um caráter político, pois, os advogados dos atingidos também apresentaram uma ação para a condenação da empresa que não foi acatada pelo Juiz.

Outro momento de tensão vivenciado por Pedro após a manifestação do dia agosto de 2016 foi a intensificação das ameaças em sua casa. No início de setembro, quando ele estava fora de casa, um homem nunca visto na região começou a rondar a sua residência. Eliana estava sozinha com os seus dois filhos e estranhou aquela movimentação. Ao sair de casa para ver do que se tratava, o indivíduo desceu do carro e perguntou por Pedro. Ela, que nunca tinha visto aquele rosto, estranhou a procura por seu marido e informou que seu marido não se encontrava. Após a resposta, o carro foi embora. Quando Pedro retornou à sua casa, encontrou a esposa assustada e preocupada. Nesse dia, o atingido ligou para os técnicos do PPDDH-MG e a solução encontrada foi sua saída da comunidade em caráter de urgência.

Após esse episódio, a deterioração da saúde de Pedro se intensificou. Deprimido, com uma voz claramente triste, ele me disse ao telefone: “Conseguiram. Me tiraram de cena”. Em sua nova residência, sem previsão de retorno para a sua casa, com dificuldades financeiras, longe dos parentes e amigos, sendo questionado por sua filha mais velha sobre quando ela poderia voltar para a escola, seu corpo não aguentou. Foi internado por dez dias, em um hospital próximo à residência provisória, com um diagnóstico incerto.

Segundo Pedro, alguns médicos disseram que ele teve princípio de infarto e outros afirmaram que foi infarto. Além disso, foram identificadas uma angina e uma mancha no seu coração. Ademais, no momento da internação, estava com dificuldades de se locomover, suas pernas se encontravam dormentes e de acordo com seu relato, o hospital não quis identificar a causa. Após dez dias de internação, Pedro recebeu uma receita com vários remédios: ao todo, ele teria que tomar dez comprimidos por dia. Devido às suas condições financeiras, o atingido precisou fazer empréstimos com conhecidos para a compra de remédios que não são encontrados no Sistema Único de Saúde (SUS).

Após diversas tentativas de contato com a PPDDH-MG e solicitações de apoio, Pedro achou melhor retornar para a sua casa na comunidade do Turco. Assim, contrariando as recomendações, Pedro e sua família retornaram para a comunidade e, no final de 2016, ele se desligou do programa. Entretanto, após nova onda de ameaças frequentes à sua pessoa, devido ao episódio do cancelamento da audiência pública, o atingido retornou ao programa.

Aráoz (2013) analisa que as práticas de resistência dos atingidos no território, em muitos casos, significam práticas eminentemente corporais, tais como mobilizações, manifestações, bloqueios de estradas e intervenções em reuniões públicas, que exigem que os comunitários “coloquem o corpo”⁴² como instrumento da luta. Por essa via, toda a materialidade literal do atingido é exposta às diversas práticas de violência.

Assim, o corpo de Pedro foi exposto, violentado e degradado pelas violências sofridas ao longo do processo de mobilização e resistência. Após a última audiência pública ter sido cancelada, o atingido foi agredido fisicamente por um senhor em sua própria comunidade: “Eu chorava, as minhas pernas tremiam, eu nem saí de dentro do carro, porque não conseguia nem dirigir direito.”

⁴² “*poner el cuerpo*”(p.24)

(Depoimento do Atingido, Notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura 24/05/2017).

3.4.3 “Nós e Eles”

Aráoz (2013b) expõe que devido à intensidade dos efeitos da mineração no corpo e nas emoções, os conflitos minerários são antes de tudo conflitos *passionais*, pois promovem antagonismos profundos que surgem através dos enfrentamentos, que em suas palavras são “irredutíveis e viscerais” (p.24). Os antagonismos, segundo o autor, geram “percepções, imprecisões e experiências que se somatizam na vida corporal dos sujeitos envolvidos.”⁴³ (ARÁOZ, 2013b, p. 24, tradução própria.) Nesse sentido, os conflitos de mineração produzem efeitos diretamente nos corpos, processos de “epidermização”⁴⁴ das novas dinâmicas de dominação e resistência. Ocorrem, assim, transformações nas sensibilidades sociais, relacionadas às formas sociais de sentir, de experimentar, vivenciar os vínculos, as relações, as práticas e próprio ambiente. (ARÁOZ, 2013b).

A forma como a mineração extrativista se impôs no território, através das sofisticadas tecnologias do marketing social, das suas políticas de “responsabilidade social corporativa” e dos programas de comunicação, demonstra como as empresas conseguem enfraquecer as resistências, conquistando grupos adeptos aos seus projetos, seja pela cooptação de lideranças ou pelas promessas de um futuro melhor. Assim, as “oportunidades de negócios e de empregos” e o imaginário do progresso conquistam grande parcela da população local (ARÁOZ, 2013b). Essas estratégias das empresas transacionais citadas pelo autor são nítidas em Conceição do Mato Dentro. No município, é visível a associação que as pessoas fazem entre as “melhorias” da cidade e a chegada da mineração. Dentre elas, estão incluídas: o asfaltamento da MG-10, cursos de capacitação do SENAI, a construção de postos de saúde, reforma da Igreja Matriz da cidade, reforma de escolas, hospitais, prefeitura e quartéis policiais, construção de quadras poliesportivas, parcerias com comerciantes locais, contratação de mão-de-obra local, dentre outras. Entretanto, é preciso ter em mente que todas essas ações não são efetivadas por livre e espontânea vontade do empreendedor. Essas ações são frutos das condicionantes impostas pelos órgãos ambientais e acordos jurídicos entre empreendedor e Ministério Público. Mas a partir das estratégias de marketing, a Anglo American transforma tais obrigações em propagandas, “ressignificando (...) uma punição por danos causados ao local” (PENNA, 2016, p. 101).

Além dessas subversões das obrigações impostas à mineradora, PENNA (2016) aponta para a criação do imaginário de uma empresa que “realiza sonhos”, permite “conquistas” e traz a “felicidade.” (p.103). Assim, as pessoas a favor do empreendimento relacionam a empresa ao imaginário de um futuro bom, ao conforto e conquistas materiais. Nesse sentido, Aráoz (2013b) traz outra faceta da mineralização:⁴⁵ a sedução do fetichismo material transforma a percepção das pessoas, promovendo

43 “(...) genera percepciones, impresiones y experiencias que se somatizan en la vivencialidad corporal de los sujetos involucrados”.

44 “Epidermizacion.”(p. 24)

45 Termo discutido no item 3.3.3 “Violência no Lugar e o Sofrimento no corpo”.

“desgarramientos profundos” (p.25), de modo que elas se anestesiavam e perdem seus vínculos com o lugar, com as pessoas e com o ambiente. Assim, surge um novo clima social, em que ocorre um confronto entre os pró-mineração e os anti-mineração, interferindo decisivamente na vida cotidiana das pessoas.

Esse clima social de confronto e hostilidade entre “nós e eles”, expressão que demarca uma cisão entre os que são a favor e os que são contra o empreendimento, permeou o conflito de Conceição desde as primeiras movimentações de resistência na região. As pessoas do centro urbano diziam que os moradores da zona rural somente queriam levar vantagens financeiras em cima da mineradora e estavam atrapalhando o progresso da cidade. Na zona rural, também não era diferente, alguns comunitários acusavam os moradores que resistiam de atrapalhá-los nas suas negociações com a empresa ou de impedir que novos empregos chegassem à região.

Ciente desse clima de hostilidade entre “nós e eles”, a empresa se apropria dessa tensão e inflama o conflito, principalmente quando necessita obter uma licença para avançar em seu cronograma ou quando seus planos esbarram nas estratégias dos atingidos.

Em 2015, no período em que a mineradora solicitou as anuências de conformidade do município das etapas 2 e 3 do licenciamento ambiental do projeto, a REAJA denunciou as chantagens promovidas pelo empreendedor para que o município liberasse, o quanto antes, a documentação e denunciou também o acirramento da tensão “entre nós e eles”. Em carta-denúncia, o movimento expôs:

(...) Os fatos nos levam a crer que se busca obter a desestabilização política e social como tática para se obter a liberação de anuências em desconformidade com as leis municipais e os protocolos acordos assumidos anteriormente. A estratégia da fragmentação de conterrâneos e da transformação deles, pela perda da identidade que os unia e a adoção da lógica da empresa (de romper os laços de reconhecimento entre partes valorizadas de uma mesma comunidade), conseguiu cindir a cidade, transformar cidadãos, famílias, diferentes grupos sociais, em sujeitos antagônicos e, algum vezes, adversários desafiados à revanche. No ardor de legitimar suas aberrações, a Anglo ameaça desempregar e rescindir contratos de aluguel /prestação de serviços. Atira todos ao caos e, de forma antiética e estúpida, ameaça atirar-nos no fratricídio. (...).

Agora, o aviso de férias coletivas de 200 empregados da empresa mineradora, mesmo que tenha sido garantido a eles os direitos assegurados pela legislação trabalhista, passou a ser utilizado como ameaça e justificativa para transpor o controle de legalidade e o esvaziamento de valores de solidariedade a tantos outros trabalhadores rurais que tiveram seus empregos e produção ameaçados pelos impactos causados pela mesma empresa. (REAJA, 2015, para consultar o documento na íntegra ver anexo)

Nesse documento, o movimento descortina a estratégia promovida pela mineradora para obter a anuência. Estratégia essa que inflama a tensão existente entre os grupos “nós e eles” e, ao mesmo tempo, criminaliza o movimento dos atingidos, transformando novamente a Anglo American em vítima das ações contra ela.

Outro episódio recente dessa inflamação perversa da empresa, advinda da estratégia de criminalização dos atingidos e em prol dos seus interesses, está relacionado ao caso, já mencionado nesse item, do cancelamento da audiência pública para a etapa 3 do empreendimento, por via de uma ação popular assinada por cinco atingidos da reunião. Após esse episódio, os seus nomes foram

expostos pela imprensa local e nas redes sociais como os responsáveis por atrapalhar as atividades da mineradora. Segundo um dos atingidos, “as pessoas viram a cara pra nós, ninguém quer dar mais emprego”. (Atingido, Notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, 2017).

Diante desse contexto, o clima de tensão “entre nós e eles” fratura e redefine as geometrias das relações sociais radicalmente. Os que estão contra se associam e os que são a favor, da mesma forma. Assim, “estar a favor ou contra passa a ser a definição central da reestruturação dos posicionamentos e dos novos esquemas de relações”.⁴⁶ (ARÁOZ, 2013, p. 25. Tradução própria). O autor ainda expõe que essa violência retorcida, em que os atingidos entram em conflito com os próprios atingidos (incluo como atingido nessa frase, os moradores urbanos), significa que: “Las propias víctimas de la expropiación enfrentadas entre sí, como en toda guerra colonial, donde el gran vencedor, gana sin pelear y sin ser siquiera visto.” (ARÁOZ, 2013b, p. 30). Nesse sentido, posso afirmar que quanto mais a tensão entre “nós e eles” aumentar, maior serão os benefícios para a Anglo American.

46 “Estar a favor o en contra pasa a ser la definición central em función de la cual se re-estructuran todos los posicionamientos y los esquemas de relaciones...”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoextrativismo foi consolidado na América Latina nos anos 2000, através do movimento denominado por Svampa (2013) como “consenso de commodities”. Segundo a autora, impulsionados pelo *boom* das matérias primas no mercado internacional, os países latinos ingressaram nessa nova ordem político-econômica em que a atividade econômica principal transformou-se na exportação de *commodities*. Diante desse contexto, atraídas pelos incentivos fiscais, as empresas transnacionais se instalaram no Brasil e por todo o continente latino-americano.

O empreendimento Minas-Rio é fruto desse cenário. O complexo compreendido a partir da mina-mineroduto-porto possui o maior mineroduto do mundo e apresenta a racionalidade de alta exploração a custos baixos. Essa lógica fica evidente nas duas autuações recebidas pela empresa por trabalho análogo à escravidão.

Diante desse lema de alta lucratividade a custos baixos, ações violentas se multiplicam pelo território, através dos efeitos derrame (GUDYNAS, 2016), permeando as diversas instâncias da sociedade (jurídicas, econômicas, políticas, ideológicas e sociais), tanto nas escalas locais e regionais quanto nas nacionais. Essa permeabilidade dos efeitos derrame, principalmente nas instâncias institucionais tem contribuído para consolidação das práticas de *alegalidade* nos marcos jurídicos ambientais, através da flexibilização das normas ambientais e da desregulação da política ambiental no Brasil. No caso do Minas-Rio, as *alegalidades* construídas durante o processo de licenciamento ambiental da etapa 1 consolidaram um *modus operandi* que foi utilizado na etapa 2 e, ao que tudo indica, as pretensões para a etapa 3 estão se configurando da mesma forma.

Diante desse contexto, ao passo que o licenciamento ambiental da mineradora avança, questões e pautas fundamentais relacionadas aos modos de vida das comunidades atingidas não foram solucionadas ou consideradas no debate. Problemas como a poluição dos córregos Passa Sete e Pereira, a redução da disponibilidade de água, a ampliação do universo dos atingidos, as inseguranças e os temores oriundos dos moradores residentes à jusante da barragem de rejeitos, conflitos relacionados às negociações e outros. Intensificou-se, assim, o contexto de crise (OLIVEIRA, 2012) nas localidades atingidas.

A partir do início da operação do empreendimento, os efeitos degradadores gerados durante o licenciamento ambiental da etapa 1 somaram-se aos efeitos da operação e do licenciamento da etapa 2, permeabilizando e intensificando as violências cotidianas na rotina dos comunitários. Violências das diferentes tipologias: violência lenta, violência administrada, violência simbólica, dentre outras.

Nesse sentido, a partir da compreensão da defesa do *lugar* (ESCOBAR, 2001, 2005) e das lutas para a efetivação dos direitos, foi possível perceber, através das narrativas de resistências, como os efeitos derrame (GUDYNAS, 2016) da mega-mineração extrativista se enraizaram no território. Os sofrimentos cotidianos de Dona Fatima, Dona Graça, Dona Carmen, Sr. Ricardo, Dona Vera, Sr. Eliseu e do Pedro se materializaram na obrigação de transportar galões de 25 litros de água, na perda do sono em época de chuva devido ao temor do rompimento da barragem de rejeitos, na preocupação diária com o rompimento da estrutura, na privação do lazer em relação à pesca ou ao banho no rio, na imposição de se conviver com a “catinga” da barragem, no empobrecimento oriundo

das perdas produtivas, na criminalização, dentre outros problemas. Sofrimentos esses que são silenciados pelo Estado, devido à sua racionalidade técnica e numérica que impõe aos atingidos o “lugar da aceitação e do ajuste e do consenso.” (ZHOURI, GENEROSO e CORUJO, 2016, p. 344).

Entretanto, ao mesmo tempo em que as violências se intensificaram nos territórios nesse contexto pós-86ª URC-JEQ, como reatividade, o movimento de resistência dos atingidos também se fortaleceu. Tanto as resistências que compõem “as armas dos fracos” (Scott, 2002) quanto as resistências organizadas e coletivas. A REAJA se consolidou como uma instância de articulação, conectando as ações entre as diferentes escalas (locais, regionais e globais), produzindo documentos, notas e cartas, acionando as mídias sociais e também as convencionais.

As manifestações na MG-10, como a mencionada no preâmbulo, também se consolidaram como estratégia dentro do movimento dos atingidos. Em campo, no mês de agosto, fui informada que haviam ocorrido quatro atos na rodovia em 2016. Entretanto, como alguns desses atos aconteceram de forma desarticulada e desvinculada da REAJA, é possível que tenham ocorrido outras e eu não tive conhecimento.

No âmbito das resistências vinculadas às “armas dos fracos”, ações como a produção de gravações ou fotos dos efeitos do empreendimento estão sendo diariamente executadas e divulgadas nas diferentes redes sociais. Também são realizadas ações como: recusassem assinar documentos solicitados pelos funcionários da mineradora; recusas em aceitar convites da Anglo American para visitar o empreendimento ou participar das reuniões; desobediência a ordens como não continuar plantando em áreas que são de propriedade da empresa ou pular cercas para catar lenha, dentre outras. Cabe mencionar que essas ações cotidianas merecem maior reflexão teórica no âmbito da pesquisa acadêmica, o que devido ao tempo do mestrado, não tive condições de realizar.

Portanto, neste trabalho, a partir das narrativas de resistência, busquei compreender como as violências invisíveis perante aos olhos do estado e das instâncias jurídicas foram consolidadas com base na construção da *alegalidade* durante o processo de licenciamento ambiental e, também, como essas violências interferiam na rotina dos atingidos. A pesquisa me possibilitou compreender que, ao mesmo tempo em que as violências cotidianas se enraizavam nas localidades, de forma reativa, o movimento de resistência também se fortaleceu, lutando pela autonomia dos seus modos de vida e para fazer valer os seus direitos e as suas escolhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004 (cap. 1).
- ALMEIDA COSTA, João Batista. Mineiro e Baianos- englobamento, exclusão e resistência. 2003. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais. Brasília: Universidade de Brasília. 2003.
- BRITO, Isabel C. Barbosa de. ECOLOGISMO DOS GERAIS: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Universidade de Brasília. 2013.
- APPADURAI, Arjun. A Produção de Localidade. In. Dimensões Culturais da Globalização: modernidade sem peias. Lisboa: Editorial Teorema Ltda, 2004, pp. 237-263.
- ARÁOZ, Horacio Machado. "Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones". *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 34, pp. 11-43, Abril de 2013. A
- ARÓZ, H. *Entre la fiebre del oro y el polvo de las voladuras...* Cuerpos y emociones en contextos de mineralización. in: *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*. N°11. Año 5. Abril 2013 - Julio 2013. Argentina. pp. 21-33. B
- BRANDÃO, CARLOS RODRIGUES. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *SOCIEDADE E CULTURA*, V. 10, N. 1, JAN./JUN. 2007, P. 11-27
- BRAZZABENI, M.; PUSSETTI, C. Sofrimento Social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. *Etnográfica*, Lisboa, v. 15, n. 3, 2011.
- BECKER, Luzia & PEREIRA, Denise. O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. In: FERNANES, F. R. C, ENRIQUEZ, M. A. R. S, & ALAMINO, R. C. J. (eds). Recursos minerais e sustentabilidade territorial. Brasília: MCT-CETEM, 2011.
- BECK, Ulrich. A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In. BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony & LASH, Scott (Orgs). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p.11-71.
- BECK, Ulrich. *La Sociedad del Riesgo Global*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002.
- BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CARNEIRO, Eder Jurandir. *Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice (Org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- CARNEIRO, Eder Jurandir. Atividades minerárias e conflitos ambientais e territórios em Minas Gerais, Brasil: trajetória histórica. In: ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna. *Mineração na América do Sul : Neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: ANNABLUME, 2016.
- CHAVEIRO, E. F. Corporeidade e Lugar. Elos da Produção da Existência. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de. (Orgs.). *Qual o Espaço do Lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur & LOCK, Margaret. Introduction. In. Daedalus. Special Issue on Social Suffering, vol. 125, n. 1, 1996, pp. XI-XX.

DAS, v. Technologies of Self: Poverty and Health in Urban Settings. Sarai Reader 03- Shaping Technologies. Delhi, n. 3. 2003. Disponível em: http://www.sarai.net/publications/readers/03-shaping-technologies/095_102_vdas.pdf. Acessado em: 01/07/2017.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168. Disponível em la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>

ESCOBAR, A. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. In: *Political Geography*, 20, 2001. p. 139-174.

ESTEVA, Gustavo. "Desenvolvimento". In W. Sachs (org.) *Dicionário do Desenvolvimento*. London: Zed Books, 1996. Traduzido pela editora vozes, 2000.

FARMER, Paul. An Anthropology of Structural Violence. In. *Current Anthropology*, vol. 45, n. 3, 2004, pp. 305-317.

FELDMAN, Shelley, GEISLER, Charles & SILBERLING, Louise. Moving Targets: displacement, impoverishment and development. In. *International Social Science Journal*, v.55, 175, 2003, pp. 7-13.

FERREIRA, Luciana. "O QUE A GENTE QUER É JUSTIÇA": Conflito, mobilização e a luta por justiça dos atingidos pela mineração nas reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), em Conceição do Mato Dentro/MG. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

GALIZONI, F. M. A Terra Construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, 2000, 72f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GALIZONI, F. M. A , ÁGUAS DA VIDA população rural, cultura e água em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

GLOBAL WITNESS, Defenders of the Earth, global killings of land and environment defenders in 2016. LONDRES. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defenders-earth/>. Acessado em: 14/07/2017.

GLUCKMAN, Max. *A Análise de uma Situação Social na Zulusândia Moderna*. In: Feldman-Bianco, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 227-344

GUDYNAS, Eduardo. DIEZ TESIS URGENTES SOBRE EL NUEVO EXTRACTIVISMO Contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual. IN: "Extractivismo, política y sociedad", varios autores. CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social). Quito, Ecuador. Noviembre 2009.

GUDYNAS, Eduardo. EXTRACTIVISMOS EN AMERICA DEL SUR Y SUS EFECTOS DERRAME.in: *La Revista, Boletín 76: 13-23; 2015* . Sociedad Suiza Americanistas.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna. *Mineração na América do Sul : Neoeextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: ANNABLUME, 2016.

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: MCDOWELL, L.; SHARP, J. (Ed.). *Space,*

gender, knowledge: feminist readings. London, New York, Sydney, Auckland: mArnold, 1997. p. 53-72.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). "Informações e Análise da Economia Mineral Brasileira". Brasília. 7ª edição. Dezembro/2012.

JUSTIÇA GLOBAL. NA LINHA DE FRENTE III: Defensores dos Direitos Humanos Brasil. (2006-2012). Rio de Janeiro, Justiça Global. 2013. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Na-Linha-de-Frente-III.pdf>. Acessado em: 30/06/2017.

KLEINMAN, Arthur. Everything that really matters: social suffering, subjectivity and the remaking of human experience in a disordering world. In. *The Harvard Theological Review*, vol. 90, n. 3, 1997, pp. 315-335

LASCHEFSKI, Klemens. "Governança, neodesenvolvimentismo e autoritarismo difuso." IN: ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma (orgs) FORMAS DE MATAR, DE MORRER E RESISTIR: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte, Editora UFMG, no prelo.

LISBOA, Marijane. "Em nome do desenvolvimento: um fundamento pouco sólido para a resolução de conflitos." IN: ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma (orgs) FORMAS DE MATAR, DE MORRER E RESISTIR: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

MASSEY, D. Um Sentido Global do Lugar. In. ARANTES, A. (Org.) O Espaço da Diferença. Campinas: Papirus, 2000, p. 176-185.

MALERBA, Juliana (org.); MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. "Novo Marco Legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?" Rio de Janeiro: Fase. 2012

MENDES, José Manuel. Sociologia do risco: uma breve introdução e algumas lições. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra. 2015

MOTA, Renata. Risco e Modernidade Uma nova teoria social?*in: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 29 N° 86

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – MNDH. *A criminalização dos movimentos sociais no Brasil: relatório de casos exemplares.* (Organizado por Rosiana Pereira Queiroz). Brasília: MNDH; Passo Fundo: IFIBE, 2006.

MYTHEN, Gabe. From 'Goods' to 'Bads'? revisiting the political economy of risk. In. *Sociological Research Online*, vol.10 (3), 2005. Disponível em: <<http://www.socresonline.org.uk/10/3/mythen.html>>. Acesso em: 17/04/2017.

NIXON, R. INTRODUCTON. IN: *Slow violence and the environmentalism of the poor.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

OLIVEIRA, J. H. de. O corpo como significado ou o significado do corpo: poder, violência e masculinidade da polícia militar. *Vivência*. nº 35, 2010, p101-117.

OLIVEIRA, Raquel. "A GENTE TEM QUE FALAR AQUILO QUE A GENTE TEM QUE PROVAR" A geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte – MG. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.a

OLIVEIRA, Raquel. A Crise como Contexto no Medio Jequitinhonha: sobre pericia e politica. In. ALMENIDA, J.; GERHARDT, C; & MAGALHAES, S. Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil:

práticas, políticas, conflitos e interpretações. Dossiê da Rede de Estudos Rurais, Belém do Pará, 2012.

OLIVEIRA, Raquel. "O dano e a prova, o risco e a dor: sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Agosto de 2014, Natal/RN.

O'MALLEY, Pat. Risk and Governmentality. Legal Studies Research Paper, n.09/98. Sydney Law School, University of Sydney, 2009a. Disponível em:

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1478289. Acesso em 15/04/2017.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

PORTO-GONCALVES, C. W. O Meio Ambiente como Mercadoria I: o mercado decarbono e as suas contradições. In: *A Globalização da Natureza e a Natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 326-355.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. Revista Novos Rumos, Ano 17, nº 37, 2002

RIBEIRO, E; GALIZONI, F. M, Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. In: *Ambiente & Sociedade*, 5(2), 2003

RIBEIRO, G. C. Mineração e pessoas que fazem a diferença: Uma pesquisa exploratória sobre estratégias de negociação no contexto do licenciamento ambiental do complexo minerário da bacia do rio Santo Antônio. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Ciências Socioambientais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RIBEIRO, Gustavo L. "Poder, redes e ideologia no campo no campo do desenvolvimento". In: RIBEIRO, G. Outras Globalizações cosmopolíticas pós-imperialistas. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2014.

RIBEIRO, João Manuel. " Sociologia do Desastre". In: *Sociologia Problemas e Práticas*. Nº 18. 1995. p. 23-43

ROCHA, José de H. Relações de poder na hidreletricidade: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 2012.

SACHS, W. Introdução. In: SACHS, W (org.). *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

SANTANA, Horácio. A e CARDOSO, Rosiane, M. "O sistema mina-rodovia-porto e lutas territoriais no Maranhão." In: In: ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna. *Mineração na América do Sul : Neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: ANNABLUME, 2016.

SILVA, Telma C. Eventos Críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios. Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2010.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. Não se pode proibir comprar e vender terra: Terras de ocupação tradicional em contexto de grandes empreendimentos. In: ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma (orgs) *Formas de matar, de morrer e de resistir: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SANTOS, Sonia M. S. B. M. Lamento e Dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Université Paris 13, Belém do Pará, 2007.

SCOTT, James. C. FORMAS COTIDIANAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA. In: Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002

SCOTT, Parry. Negociações e Resistências Persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Editora UFPE, 2009.

SCOTT, Parry. Descaso Planejado: uma interpretação de projetos de barragens a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco. In: ZHOURI, Andréa (Org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: ABA, 2012.

SCRIBANO, A. INTRODUCCIÓN Mapeando interiores: cuerpo, conflicto y sensaciones. IN: SCRIBANO, A. *Mapeando interiores: cuerpo, conflicto y sensaciones* José Sarmiento Editor, 1 de jan de 2007 - 214 páginas.

SEVÁ FILHO, A. O. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas *Amazônias*. In: ZHOURI, A. & LASCHESFSKI, K. *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SVAMPA, Maristella “Consenso de los *Commodities*» y lenguajes de valoración em América Latina. In: Nueva Sociedad No 244, marzo-abril de 2013,

SOUZA, I. M. Produzindo corpo, doença e tratamento no ambulatório: apresentação de casos e registro em prontuário. In: Revista MANA 13(2): 471-498, Rio de Janeiro, 2007.

TÔRRES, Marina. Histórias de água e minério: os efeitos do Projeto Minas-Rio em Água Quente, Conceição do Mato Dentro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

TUAN, Yi-Fu, “Introdução”. In: TUAN, Yi-Fu. Paissagens do medo. Ed. Unesp. São Paulo. 2005.

TURNER, V. Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008

VAINER, Carlos. O conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008.

VALENCIO, Norma. “Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. In: Saúde Soc. São Paulo, v.19, n.4, p.748-762, 2010

VALENCIO, Norma. “DOS DESASTRES RECORRENTES AOS DESASTRES À ESPREITA”. In: ZHOURI, A; VALENCIO, N. (orgs). Formas de matar, de morrer e de resistir. Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014a.

VALENCIO, Norma. “Desastres: tecnicismo e sofrimento social”. In: Ciência & Saúde Coletiva, 19(9):3631-3644, 2014b.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. “Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados” / Norma Valencio. - Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/12/abandonadosedesastrelSBN.pdf>. Acessado: 25/04/2017.

VAN VELSEN, J. A Análise Situacional e o Método de Estudo do Caso detalhado. In: Feldman-Bianco, B. (Org.). Antropologia das Sociedades contemporâneas. São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 345-374.

VICTORIA, Ceres. "Original Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia. In: RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v5, n.4, p.3-13, Dez., 2011.

VICTORIA, Ceres, G e RUAS-NETO, Antonio, L. " Querem matar os 'últimos Charruas':Sofrimento social e 'luta' dos indígenas que vivem nas cidades". In: *Revista ANTHROPOLOGICAS*, ano 15, vol.22(1): 37-59 (2011)

WOORTMANN, Ellen F. *O sítio camponês*. In: Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v.81, p.164-203, 1983.

ZHOURI, Andréa. "Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: desafios para a governança ambiental". IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2008

ZHOURI, Andréa. *Mapeando desigualdades ambientais. Mineração e desregulação ambiental*. In: ZHOURI, A; VALENCIO, N. (orgs). Formas de matar, de morrer e de resistir. Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens (org). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.

ZHOURI, A, LASCHEFSKI, K e PAIVA, A. "Uma sociologia do licenciamento ambiental: O caso das hidrelétricas em Minas Gerais". In Zhouri, A., Laschefski, K. e Pereira, D. (orgs) *A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice. "Introdução. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. IN: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs) *A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

ZHOURI, A e OLIVEIRA, R. Conflitos entre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: Desafios para a antropologia e os antropólogos In: BELA FELDMAN-BIANCO (ORG.) *Conflitos entre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: Desafios para a antropologia e os antropólogos* Desafios da Antropologia Brasileira. ABA.2013

ZHOURI, A, OLIVEIRA, R. E LASCKEFISKI, K "A supressão da vazante e o início do vazio: água e "insegurança administrada" no Vale do Jequitinhonha-MG". In: Zhouri, "Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais." ABA Editora, Brasília, 2012.

ZHOURI, A., OLIVEIRA, R. MOTTA, L. Deslocamentos Múltiplos e a compulsoriedade do desenvolvimento: urbanização e barragens em face aos lugares. Trabalho apresentado no XXXI International Congress of the Latin American Association (LASA), Washington D.C - EUA, 29 May- 1st June, 2013. Painel: Deslocamentos e desigualdades no Capitalismo Global Contemporâneo.

.ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna. "Introdução". In: ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna. *Mineração na América do Sul : Neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: ANNABLUME, 2016.

ZHOURI, Andréa, GENEROSO, Patrícia. e CORUJO, Maria, T. " Nas tessituras da pesquisa e da ação: narrativas das mulheres sobre água, mineração, resistência e colaboração em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna. *Mineração na América do Sul : Neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: ANNABLUME, 2016.

ZHOURI, Andréa, VALÊNCIO, Norma, OLIVEIRA, Raquel. ZUCARELLI, Marcos, LASCHEFSKI, Klemens., SANTOS, Ana Flávia M. "*desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social*". In: *CIÊNCIA E CULTURA*, VOL. 68, NO. 2, SÃO PAULO, JULHO DE 2016.

ROPORTAGENS, SITES, e DOCUMENTOS

ANGLO AMERICAN, Anglo American Brasil. Disponível em: http://brasil.angloamerican.com/?sc_lang=pt-PT. Acessado em: 19/03/2017

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, Notas Taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura, Belo Horizonte MG, 06/05/2013

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, Notas Taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, Belo Horizonte MG, 25/05/2017

CALLE 13, Latinoamérica. Álbum: Entren los que quieren. Porto Rico. 2010.

COLETIVO MARGARIDA ALVES, Coletivo Margarida Alves Assessoria Popular. Disponível em: <http://www.coletivomargaridaalves.org/>. Acessado em: 20/06/2017.

DIVERSUS. Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) - Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG - DNPM Nº: 830.359/2004 - PA/Nº. 00472/2007/004/2009 - Classe 06. Belo Horizonte, 2011.

DIVERSUS. ESTUDO DE DEFINIÇÃO SOBRE COMUNIDADES/FAMÍLIAS A SEREM REASSENTADAS Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Entorno da Cava Licenciada e Estruturas Correlatas - Municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Belo Horizonte. 2014.

GESTA. Parecer sobre o documento "Estudo de atualização das áreas de influência (AI) do Projeto Minas-Rio mineração", elaborado pela empresa de consultoria Ferreira Rocha Gestão de Projetos Sustentáveis. Belo Horizonte, 2013.

JORNAL O TEMPO, Conflitos de mineração levam 11 a programas de proteção. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/economia/conflitos-de-minera%C3%A7%C3%A3o-levam-11-a-programas-de-prote%C3%A7%C3%A3o-1.1495202>. Acessado em: 10/07/2017

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, ficha "Resistência à mineração da Anglo Ferrous Minas-Rio S.A. em Conceição do Mato Dentro" Disponível em: Acessado em: 19/03/2017

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, PARECER DE VISTAS. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Clarissa%20Prates/Downloads/Relat%C3%B3rio de Vistas MP%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Clarissa%20Prates/Downloads/Relat%C3%B3rio%20de%20Vistas%20MP%20(1).pdf). Acessado em: 19/04/2017.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portalpm/portalinstitucional/portalinstitucional/conteudo.action?conteudo=693&tipoConteudo=subP>. Acessado em: 13/07/2017.

PROTOCOLO DE INTENCÕES, Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/profseva/2008_07mar_Protocolo%20de%20Intencoes%20MMX_EstadoMG_%20Municipios.pdf > Acessado em: 03 de Março de 2014.

REDE DE ACOMPANHAMENTO SOCIOAMBIENTAL (REASA). Transcrição ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada 17 de abril de 2012. Disponível em: <

<http://cimos.blog.br/wpcontent/uploads/2012/06/Reuni%C3%83%C2%A3o-p%C3%83%C2%BAblicaltapanhoacanga.pdf>> Acessado em: 27/03/2017

REDE DE ACOMPANHAMENTO SOCIOAMBIENTAL (REASA). ATA 11ª em São Sebastião do Bom Sucesso, realizada 15 de agosto de 2013. Disponível em: <http://cimos.blog.br/reasa/atas/> Acessado em: 27/03/2017

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSNTENTÁVEL (SEMAD). Ata da 44ª reunião da URC Jequitinhonha. Reunião do dia 10/06/2010. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha> . Acesso em: 23/05/2017.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSNTENTÁVEL (SEMAD). Ata da 89ª reunião da URC Jequitinhonha. Reunião do dia 20/11/2016. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha> . Acesso em: 23/05/2017

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSNTENTÁVEL (SEMAD). Ata da 99ª reunião da URC Jequitinhonha. Reunião do dia 06/09/2016. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha> . Acesso em: 23/05/2017.

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente. Parecer Técnico Único SISEMA N.º 001/2010. Processo COPAM N.º0472/2007/001/2007. 2010. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha>. Acessado em 24/04/2017

ZHOURI. A. “Eu vi o horror e vos acuso!”. 01/10/2014 Disponível em: <http://acervo.racismoambiental.net.br/2014/10/01/eu-vi-o-horror-e-vos-acuso-por-andrea-zhuri-denuncia-forte-e-corajosa-que-precisa-ser-espalhada/>

ANEXO I

COMARCA DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - ESTADO DE MINAS GERAIS.

URGENTE

Proc. n. 0015857-87.2015.8.13.0175

ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A. ("Anglo American" - "Autora"), nos autos da Ação em epígrafe, movida em face de [REDACTED] e OUTROS ("Réus" - também qualificados), vem, respeitosamente, com a urgência que o caso comporta, expor e requer a Vossa Excelência o seguinte.

Excelência, como se vê dos autos, a "Anglo American" ajuizou a presente demanda uma vez que, entre os dias 28/07/2015 e 30/07/2015, um grupo de aproximadamente vinte pessoas, entre elas os aqui Réus, ameaçaram a posse dela na "Fazenda Jardim", unidade operacional da empresa, as vias particulares do terreno, bem como ocuparam e bloquearam a Rodovia MG-010, em local próximo ao acesso do referido imóvel, com o suposto fim de protestarem contra as suas atividades.

Ao receber a petição inicial, este DD. Juízo determinou que a Polícia Militar de Minas Gerais assegurasse a ordem, garantindo o direito de ir e vir das pessoas, inclusive da "Anglo American", que, como sabido, desempenha atividade pública e de interesse nacional da região.

Naquela oportunidade, a posse da "Anglo American" foi garantida e o trânsito dos veículos na Rodovia MG-010 foi normalizado.

Acontece que hoje, dia 08 de agosto de 2016, aquelas mesmas pessoas, acompanhadas de outras, inclusive lideradas pelo [REDACTED], interromperam o tráfego na Rodovia MG-010 (documentos em anexo), nas proximidades da empresa, inviabilizando, constringendo e/ou dificultando o acesso dos funcionários / colaboradores da "Anglo American" à Fazenda Jardim; tudo isso em evidente detrimento aos direitos possessórios e constitucionais dela ("Anglo American") e, em última análise, de todos os usuários daquela estrada.

Não bastasse, de acordo com informações colhidas no local, um grupo de pessoas se deslocou para a sede da Autora, com objetivo ainda não definido. Lembre-se, a propósito, das reivindicações e das manifestações populares que aconteceram recentemente em várias cidades do Brasil, com depredações e atos de vandalismo, entre outros acontecimentos graves. Isso, ressalte-se, é um fator

1166 CMD 1802937716 01/AGO/2016 12:48

agravante que deve ser considerado pela Alta Direção do Processo quando do exame da pretensão aqui requerida.

Estamos, DD. Julgador, diante de uma situação de evidente risco e grava ameaça, que merece toda a atenção de Vossa Excelência.

O caráter público que envolve os interesses postos nesta ação justifica, por si só, a atenção excepcional que deve ser dirigida a este caso e a necessidade, suprema, de avaliação objetiva dos impactos negativos decorrentes da turbacão praticada / idealizada pelos Réus.

Diante do exposto, tendo em vista a continuidade e o agravamento das situações fáticas e considerando a ameaça da posse regular, mansa e pacífica da "Anglo American" e a presumível interrupção das suas atividades, a Autora requer, com urgência, a expedição de mandado de interdito proibitório com o escopo de impedir que a ameaça aqui reclamada seja efetivada, bem como seja garantido o direito de ir e vir de seus funcionários, prepostos, empregados, fornecedores pela Rodovia MG-010.

Sem prejuízo do quanto acima requerido, pede a Autora a expedição de ofício em caráter de urgência para a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais para que aquela Autoridade Policial garanta a ordem e o livre acesso de quem quer seja na Rodovia MG-010 e as dependências da Autora, nos termos da decisão de fls. 85/87.

Registre-se que a manifestação é um direito do cidadão, mas que deve ser exercido com parcimônia, sem prejuízos aos demais direitos dos usuários da rodovia e da própria Autora. O direito de reunião é garantido apenas em locais abertos, o que não é o caso das rodovias e autoestradas, por inteligência do artigo 254, incisos I e IV, do Código de Trânsito Brasileiro. É neste contexto que a demanda e os pedidos aqui deduzidos devem ser interpretados, sendo direito da "Anglo American" que suas atividades sejam respeitadas e desenvolvidas normalmente, sem percalços.

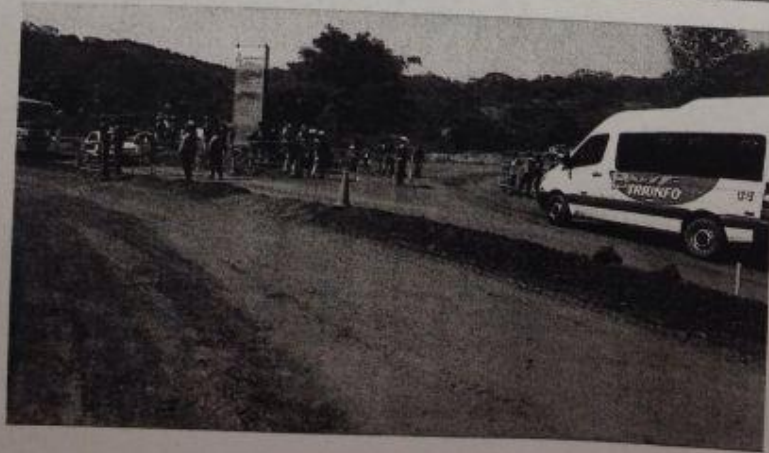
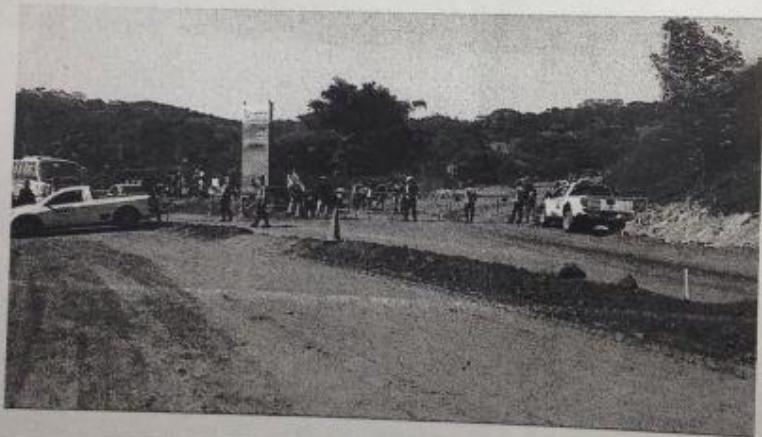
Pede deferimento.

De Belo Horizonte para Conceição do Mato Dentro, 08/08/2016.

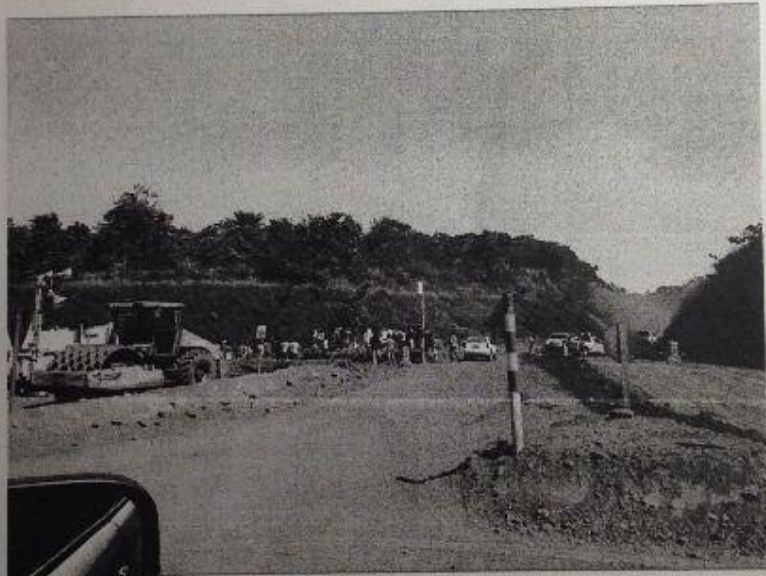
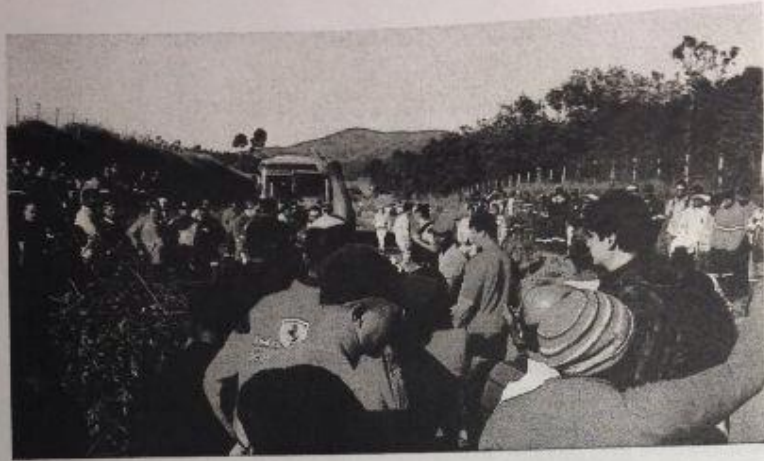
P. p.,

P. p.,

P. p.,



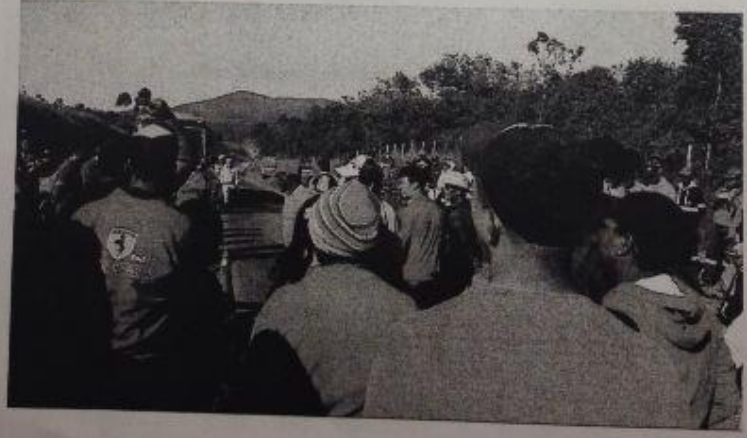
223
8



228
E



222
9



ANEXO II

21/07/2017 ANGLO AMERICAN, EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, É SINÔNIMO DE DESRESPEITO E VULNERALIZAÇÃO DE PESSOAS | G...

7 de outubro de 2015

ANGLO AMERICAN, EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, É SINÔNIMO DE DESRESPEITO E VULNERALIZAÇÃO DE PESSOAS

Voltamos a público para alertar a população de Conceição do Mato Dentro que a prática de fragmentação de comunidades, com frequência utilizada pela mineradora Anglo American, está atingindo agora o meio urbano. O argumento principal continua sendo a ameaça de desemprego. Os fatos nos levam a crer que se busca obter a desestabilização política e social como tática para se obter a liberação de anuências em desconformidade com as leis municipais e os protocolos /acordos assumidos anteriormente.

A estratégia da fragmentação de contêrreos e da transformação deles, pela perda da identidade que os unia e a adoção da lógica da empresa (de romper os laços de reconhecimento entre partes valorizadas de uma mesma comunidade), conseguiu cindir a cidade, transformar cidadãos, famílias, diferentes grupos sociais, em sujeitos antagônicos e, algumas vezes, adversários desafiados à revanche.

No ardor de legitimar suas aberrações, a Anglo ameaça desempregar e rescindir contratos de aluguel /prestação de serviços. Atira todos ao caos e, de forma antiética e estúpida, ameaça atirar-nos no fratricídio.

O projeto Minas-Rio é pau que nasceu torto. Foi elaborado a toque de caixa pela MMX, com tecnologias ultrapassadas e com o discurso de baixo custo logístico em razão da utilização do mineroduto que não considerou as consequências e impactos ambientais sistêmicos. Chegou a Conceição de forma disfarçada enquanto fazenda de criação de cavalos de raça. Comprou terras com valores díspares e vendia a ideia de negócio sustentável do ponto de vista social e ambiental.

À medida que obtinha licenças, facilitadas pelo governo estadual e uma sucessão de prefeitos, a Anglo American foi assumindo seu caráter coronelista, a ponto de tripudiar de autoridades, particularmente daquelas mais complacentes, que acreditavam ou passavam a ideia de terem boa fé em quem, os fatos vêm demonstrando, não é merecedor de tanta consideração.

Parece patente agora que a Anglo American quer passar seu negócio pra frente, da mesma forma que Eike Batista o fez em 2008, ajustando as tratativas e licenças ambientais, antes de vender o projeto Minas-Rio, e dar início ao seu depois frustrado enriquecimento. A Anglo American quer porque quer obter a anuência (sem que tenha sido feito Estudo de Impacto Ambiental) da Etapa 3 do empreendimento quando ainda não licenciado a Etapa 2. A pretensão de ocupação do território pela empresa parece algo tão desordenado quanto a reprodução de células cancerígenas.

Qual a justificativa para um empreendimento exigir duas (02) novas licenças de acréscimo de áreas antes mesmo de completar um ano de licença de operação de uma área que, segundo estudos da própria empresa seria equivalente a 05 anos de exploração?

Agora, o aviso de férias coletivas de 200 empregados da empresa mineradora, mesmo que tenha sido garantido a eles os direitos assegurados pela legislação trabalhista, passou a ser utilizado como ameaça e justificativa para transpor o controle de legalidade e o esvaziamento de valores de solidariedade a tantos outros trabalhadores rurais que tiveram seus empregos e produção ameaçados pelos impactos causados pela mesma empresa. São os Antônios, Zés, Marias, Ritas, Anas, Raimundos, Pedros, Bentos e tantos outros que tiveram e continuam tendo suas vidas, destinos e produção inviabilizada por tantos anos e sem quaisquer garantias, nem mesmo de que a lei seria cumprida.

Lamentamos que o mesmo clamor social não tenha ocorrido em novembro de 2013 quando 172 trabalhadores foram resgatados em obras da Anglo American, em condições análogas à de escravo, incluindo 100 haitianos e 72 nordestinos. Tampouco os concecionenses manifestaram-se diante da reincidência do flagrante em maio de 2014, com mais 185 trabalhadores submetidos a condições análogas às de escravo pela fiscalização do Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho.
<http://reporterbrasil.org.br/2014/05/fiscalizacao-volta-a-flagrar-escravidao-em-megaobra-da-anglo-american/>

E o muitos continuam assistindo da janela, sem estranhar o massacre de contêrreos, considerando normal este processo de dominação econômica, jurídica, política, social, territorial. Alguém se pergunta o que está por trás das férias coletivas da Anglo... Da interrupção de compromissos...

-A inviabilidade da produção em razão da escassez de água que levou o interrupção na captação do Rio do Peixe para uso no mineroduto?

- A redução de gastos já anunciada publicamente desde julho/2015 para viabilizar maior lucratividade?

- O plano de fragmentação maciça da comunidade para deixar novamente acéfala uma cidade?

- Dividir cidadãos e transformar a cidade em uma arena de gladiadores?

- Chantagear para superar limitações legais?

- Responsabilizar os atingidos e os técnicos encarregados do controle de legalidade a responsabilidade da redução dos 53.000 postos de trabalhos em todo o mundo já anunciada pela empresa desde julho de 2015.
<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/mineradora-anglo-american-ira-demitir-53-000-em-todo-o-mundo>

A Anglo que pretende encurralar a administração pública municipal e os órgãos licenciadores é a mesma que recusou-se a participar de audiência pública do Sapo no dia 02 de julho de 2015, ocasião em que teria obrigação de informar aos cidadãos e interessados o projeto de expansão da Mina do Sapo (Etapa 2).

<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/anglo-american-em-conceicao-do-mato-dentro-e-sinonimo-de-desrespeito-e-vulnerizacao-de-p...> 1/4

21/07/2017 ANGLo AMERICAN, EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, É SINÔNIMO DE DESRESPEITO E VULNERALIZAÇÃO DE PESSOAS | G...

É também a mesma que recusou-se a participar da reunião convocada pelos secretários estaduais, membros da comunidade e da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente sobre Ocupações Urbanas e no Campo no dia 26/05/2015 em Conceição do Mato Dentro .

É a mesma que continua se recusando a cumprir as condicionantes, compromissos públicos e obrigações legais assumidas.

Não iremos nos calar diante de tantas irregularidades. Somos todos concepcionenses.

REAJA – REDE DE ARTICULAÇÃO E JUSTIÇA AMBIENTAL DOS ATINGIDOS PELO PROJETO MINAS-RIO



(<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/10/impactos-mineradora-conceição-mato-dentro-MG.jpg>)

O
GESTA
não se

responsabiliza pelo conteúdo dos comentários. Usando sua conta do Facebook, você estará sujeito aos seus termos de uso e políticas de privacidade.